



**UNIVERSIDADE DE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

MICHELY CINQUINI FREIRE DA SILVA

**A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS NA
ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO JUNCAL EM
NAVIRAÍ/MS**

DOURADOS – MS

2019

MICHELY CINQUINI FREIRE DA SILVA

**A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS NA
ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO JUNCAL EM
NAVIRAÍ/MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Produção do Espaço Regional e Fronteira, com linha de pesquisa: Espaço e Reprodução Social - Práticas e Representações,

Orientador: Prof. Dr. João Edmilson Fabrini

**DOURADOS – MS
2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S586o Silva, Michely Cinquini Freire Da
A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS NA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES
DO ASSENTAMENTO JUNCAL EM NAVIRAÍ/MS [recurso eletrônico] / Michely Cinquini
Freire Da Silva. -- 2020.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: João Edmilson Fabrini.
Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. mulheres, agricultura camponesa, trabalho.. 2. mulheres, agricultura camponesa,
agroecologia, trabalho.. I. Fabrini, João Edmilson. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que dele participaram de alguma maneira, as minhas filhas Marina e Ana Luísa que mesmo crianças deram inspiração para me dedicar aos estudos desde de minha graduação, ao meu tio José que mesmo distante sempre acreditou em minha capacidade de vencer , a meu companheiro Adenilson Moreira da Silva que é mais do que meu apoio nos momentos difíceis, é que, enxuga minhas lagrimas quando não consigo segurar o choro é quem sabe aplinar os relevos difíceis da vida, um grande beijo em seu coração, e em especial à minha mãe Regina Cinquini que como uma guerreira, desistiu dos seus próprios sonhos para zelar do bem estar das minhas filhas para que eu pudesse realizar meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa percorrida nesse caminho a que me propus seguir na vida! Primeiramente, agradeço “Àquele” que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos de alegrias e dúvidas que marcam esta minha trajetória na academia. Manifesto publicamente o meu agradecimento a Deus. Obrigada! Para aqueles que acharem demasiadamente contraditório, eu não me importo, pois todos nós temos aquilo que foge à nossa compreensão.

Agradeço a cada uma das pessoas que contribuíram, seja com a história de vida em comunidade, a presença, sorriso, diálogos, sugestões, revisões, correções, e fez com que eu não estivesse sozinha nesse caminhar, agradeço também, às mulheres do grupo produtivo da “agroindústria” e às famílias do Assentamento Juncal, que abriram com satisfação as portas da “agroindústria” e de suas unidades produtivas familiares, se disponibilizaram para essa pesquisa e preencheram as páginas desta dissertação com luta, vida e trabalho. Ao funcionário da AGRAER de Naviraí por nos conceder informações importantes para a construção desse trabalho.

Agradeço minha amiga Jaqueline do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, por me inserir nos debates e nas disciplinas de gênero que tanto me ajudaram a compreender as teorias fundamentam as lutas por igualdade de gênero, pois sabem que o machismo e o patriarcado produzem amarras até mesmo dentro da luta de classes.

A meu orientador, João Fabrini, por ter apostado desde o começo nesse projeto de pesquisa, pela coragem de sair da sua zona de conforto e se aventurar a discutir gênero, um tema distante de sua especialidade de conhecimento, mas no qual conseguiu contribuir com os debates que se tornaram corpo da construção desta dissertação.

Agradeço também por lapidar meu conhecimento sobre as discussões sobre os temas que foram abordados nessa dissertação, sobre as lutas de classe que a minha visão militante, se transformasse numa visão acadêmica, através das orientações, das vírgulas, pontos e novas provocações. Obrigada pela contribuição objetiva, pelos momentos de troca, de conversa, e carinho ao me acompanhar nessa jornada! Principalmente, sempre comigo!

Agradeço aos colegas da turma, professores e técnicos administrativos do FCH – UFG. Aos momentos de presença, conversa e diálogos e aos momentos de necessária ausência que também se fizeram importantes para a construção da minha autonomia e amadurecimento na vida acadêmica. Foi uma alegria tê-los como colegas, companheiros e mestres! Aproveito

para agradecer aos Professores Rodrigo Camacho e Jones Dari Goettert que fizeram parte da banca de qualificação e contribuíram com excelentes apontamentos para o resultado final dessa dissertação.

Agradeço a meu companheiro, amigo, marido Adenilson pelo incentivo ao meu crescimento profissional, às longas discussões e contribuições que vieram da sua experiência local, por ter sido paciente ouvinte. E, principalmente, pela compreensão, carinho e cuidado que demonstram a cada dia o tamanho do seu amor que só me fez bem nessa jornada. A minhas filhas Mariana e Ana Luísa, pelo amor incondicional mesmo nas minhas ausências e momentos de mau-humor em que prazos e responsabilidades desse mestrado me deixavam de cara fechada. Mamãe tem vocês como inspiração para lutar e vencer todos os obstáculos impostos a quem vem de baixo e deseja vencer. Amo muito vocês!

Agradeço a minha mãe que foi, e é peça fundamental na construção pessoa que sou hoje, pois herdei de você a força para lutar e não desistir diante das dificuldades de ser mulher. Reconheço todo seu esforço em deixar de viver seus sonhos para que pudesse viver os meus.

Agradeço aos amigos Priscila e Clodoaldo por me concederem abrigo em Dourados para cumprir as disciplinas do Mestrado.

A CAPES pela bolsa de estudo que possibilitou essa pesquisa e ao mesmo tempo facilitou a formação de uma mulher, mãe de duas crianças pequenas, a fim de que não tivesse que aumentar mais uma atividade a já sobrecarregada rotina de trabalho feminina. A todos e todas que embelezaram meu caminho, muito obrigada!

Se por ventura nesta ocasião de pura ansiedade, alguém, não se ver nesta lista, peço lhe que se sinta inserido como parte indissociável deste trabalho. Assim, agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, possibilitaram a construção desta pesquisa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 -	Assentamento Juncal - Naviraí-Ms	56
Figura 02 -	Plantio, hortaliças e banana, no Assentamento Juncal	67
Figura 03 -	Lideranças da AMAJU em reunião com Secretaria de Educação de Naviraí	71
Figura 04 -	Reunião entre Lideranças do Assentamento Juncal e Gerencia de Obras e Desenvolvimento de Naviraí	77
Figura 05 -	Viveiro de mudas de hortaliças no Assentamento Juncal	82
Figura 06 -	Cronograma semanal de entrega de pão caseiro AMAJU	88
Figura 07 -	Principais produtos comercializados pela AMAJU- Pães e Doces	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 01-	Brasil: Distribuição de estabelecimentos rurais segundo a dimensão - 2017	33
Tabela 02 -	Estrutura Fundiária de Mato Grosso do Sul – 2014	39
Tabela 03 -	Títulos provisórios expedidos pelo Estado em Naviraí	49
Tabela 04 -	Total de estabelecimentos por hectares em Naviraí	53
Tabela 05-	Culturas para autoconsumo e comercialização	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFR	Agroindústria Familiar Rural
AGRAER	Agencia de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul
AMAJU	Associação de Mulheres do Assentamento Juncal
ANTEP	Associação Naviraiense Terra e Paz
CAND	Colônia Agrícola de Dourados
COOPAJU	Cooperativa dos Produtores do Assentamento Juncal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CUT	Central Única dos trabalhadores
INCRA	Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITCP/UFMS	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
M-D-M	Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria
MMTR	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MS	Mato Grosso do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MT	Mato Grosso
NOB	Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDV	Pedido de Demissão Voluntária
PFL	Partido Frente Liberal
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
PRONAF M	Programa PRONAF M Programa Nacional de Agricultura Familiar (Mulher)
SOMECO	Sociedade de Melhoramento e Colonização
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPITULO I	12
1 GÊNERO E MULHER CAMPONESA	12
1.1 REFLEXÕES SOBRE GÊNERO.....	12
1.2 O CAMPESINATO NO PROCESSO DE EXPANSÃO DO CAPITAL	32
CAPITULO II	39
2 A QUESTÃO AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL	39
2.1 A POSSE DA TERRA NO SUL DE MATO GROSSO DO SUL.....	39
2.2 COLONIZAÇÕES E A POSSE CAPITALISTA DA TERRA NO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ/MS	47
CAPITULO III	55
3 O ASSENTAMENTO JUNCAL E A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS	55
3.1 A LUTA PELA TERRA E O ASSENTAMENTO JUNCAL.....	55
3.2 A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA AMAJU - ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO JUNCAL.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
ANEXOS	101

RESUMO

A presente pesquisa analisa a importância da participação das mulheres camponesas no processo produtivo, que adotam a agroecologia como estratégia de desenvolvimento local, a fim de se possibilitar maior divisão social do trabalho na discussão de desenvolvimento rural sustentável. Para a pesquisa foi utilizada uma metodologia quali/quantitativa, caracterizada como um estudo de caso de um grupo de mulheres da AMAJU (Associação de Mulheres do Assentamento Juncal), localizado na área rural do município Naviraí no Estado do Mato Grosso do Sul - Brasil. A coleta dos dados ocorreu por meio de observação direta durante as visitas a Associação de Mulheres e por meio de aplicação de questionário e entrevista com 7 mulheres participantes e em alguns casos de seus respectivos cônjuges e às lideranças da associação de mulheres, aconteceu entre os meses de fevereiro a novembro de 2018. Análise dos dados foi feita a partir da proposta chamada método hermenêutico dialético, na qual a fala dos sujeitos é compreendida dentro de seu contexto social. Os dados levantados foram classificados em categorias de análise: agricultura camponesa, agroecologia, divisão social do trabalho e identidade do indivíduo e suas relações com a terra. A pesquisa evidencia que quanto mais a família e o grupo compreendem, discute e vivencia a agroecologia, mais ela tende a apresentar melhores divisões sexuais do trabalho e novos papéis sociais de homens e mulheres. Mas, a despeito desse avanço, ainda permanecem divisões desiguais e hierarquizadas entre os sexos. Sinaliza-se que a agroecologia sem aluta das mulheres por maiores espaços inclusive nas esferas decisórias e de poder pode não atingir toda a completude de uma mudança de paradigmas a que se propõe.

Palavras chaves: mulheres, agricultura camponesa, trabalho.

ABSTRACT

This research analyzes the importance of the participation of peasant women in the productive process, which adopt agroecology as a local development strategy in order to reach a better social division of labor in the discussion of a sustainable rural development. For the research was used a quali/quantitative methodology, featured as a case study of a group of AMAJU women (Juncal Settlement Women's Association), located in the rural área of Naviraí city in Mato Grosso do Sul State – Brazil. Data collection was made by direct observation during the visits to AMAJU and through questionnaire and interview with 07 woman and in some cases followed by their relatives and also the leaders of association, happened between february to november of 2018. Data analysis was made based on the proposal called hermeneutic dialectical method, in which the speech is understood inside their social context. Collected data were classified in analysys categories: Peasent agriculture, agroecology, labor social division and people identity na their relation with earth. The research shows that the more the Family and group understand, discuss and live the agroecology, the more they present better labor sexual division and new social role of man and women. However, despite this advance, there are still unequal and hierarchical divisions between the sexes still remain. It is concluded that the agroecology without women fighting for more space, including in decision-making and power spheres, may not achieve the fullness of a paradigm shift proposed

Key-words: women, peasant agriculture, work

INTRODUÇÃO

Esse trabalho trata da organização das mulheres camponesas na Associação de Mulheres do Assentamento Juncal (AMAJU), localizado no município de Naviraí- Mato Grosso do Sul. O assentamento Juncal surgiu em 2002, resultante da desapropriação da fazenda Juncal e é composto por 113 famílias. A desapropriação da fazenda Juncal e a realização do assentamento ocorreram a partir da organização dos trabalhadores rurais sem terra na Associação Naviraiense Terra e Paz (ANTEP) e apoiada pela Agencia de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (AGRAER).

No assentamento existe uma importante organização de mulheres camponesas em torno da Associação de Mulheres do Assentamento Juncal (AMAJU). As mulheres vinculadas na AMAJU desenvolvem um conjunto de atividades produtivas como fabricação de doces, pães, biscoitos, conservas, artesanatos, etc. Os produtos são comercializados diretamente pelas mulheres nas feiras livres de Naviraí e outros municípios, no próprio assentamento, de casa em casa e principalmente por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Além da produção para o comercio, as mulheres camponesas produzem para o consumo das próprias famílias do assentamento. Embora as atividades produtivas sejam prioritárias para as mulheres organizadas na Associação, são realizadas também atividades políticas e sociais como participação em reuniões, planejamento de atividades, marchas e lutas diversas relacionadas à questão de gênero e as demandas específicas das mulheres.

Acrescenta-se que o presente estudo nasceu da necessidade entender e compreender as relações de gênero no meio rural. Tendo em vista que as mulheres camponesas muitas vezes se mostram desprovidas de incentivos e informações que mulheres que se encontram no meio urbano. Porém é preciso deixar claro que a mulher camponesa, por meio das organizações produtivas está representada na busca por reconhecimento e melhorias nas relações de gênero e também no que diz respeito à divisão social do trabalho.

Para a realização dessa pesquisa sobre a organização das mulheres na AMAJU foram utilizadas informações empíricas e teóricas. As informações e dados empíricos foram coletados a partir de trabalho de campo, quando foram aplicados 7 (sete) questionários (anexo 1) de um total de 15 mulheres vinculadas a Associação. Além dos questionários foram realizadas entrevistas com o diretor da AGRAER de Naviraí, quando da realização do assentamento em 2002; Presidente da ANTEP, o Presidente da Cooperativa dos Produtores do

Assentamento Juncal (COOPAJU), Prefeitura Municipal de Naviraí, por meio da Gerência de Agricultura e Desenvolvimento, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, bem como outros documentos oficiais acessados pela internet. A observação direta e contatos informais com as mulheres assentadas também proporcionaram informações que serviram para realização dessa pesquisa.

A base teórica foi construída a partir de um conjunto de obras que abordam temas gerais sobre a organização das mulheres camponesas, gênero, território, campesinato, assentamentos, dentre outros. Foram acessadas também bibliografias específicas sobre o Estado de Mato Grosso do Sul, em destaque a estrutura agrária, município de Naviraí, Assentamento Juncal, etc. As bibliografias permitiram também domínio de conceitos importantes para a abordagem sobre a temática da organização de mulheres camponesas.

Alguns autores foram fundamentais para proporcionar o embasamento teórico, esse foi o caso de Chayanov (1974), Wanderley (1996), Carvalho (2005), Heresia (2013), Woortmann e Woortmann (1997) que discutem o conceito de campesinato como uma estratégia de produção que utiliza mão de obra familiar voltado para atender principalmente a satisfação das necessidades da família, mediante a lógica produção-consumo. Sendo dessa maneira autossuficiente e pouco dependente do mercado, a ligação com este último aparece como uma forma de adaptação ao modelo capitalista vigente.

Outras autoras como Scott (1989) e Saffioti (2013) que discutem gênero e patriarcado como, Siliprandi (2004; 2009; 2011; 2013; 2015) também serviram para fundamentar a compreensão do lugar das mulheres, em especial as camponesas no patriarcado. Portanto essas autoras serviram para fundamentar discussão da unidade familiar produtiva e suas relações de poder com uma leitura teórica sobre os estudos de gênero.

Tendo em vista as pesquisas bibliográficas e os dados prévios colhidos através de diálogos estabelecidos com as mulheres do assentamento Juncal podemos apontar que as relações de gênero são complexas e consideradas transversais na vida social, nos métodos, na organização espacial, e temporal, na cultura, nas artes e não se restringem à categoria mulher/mulheres, está faz parte do que se compreende como estudo de gênero. Estes estudos são mais vastos por abrangerem outras categorias como: identidades, masculinidade, diversidade, entre outras, entretanto, são distintos.

É possível fazer abordagens diversas sobre o tema da organização de mulheres camponesas dos assentamentos e gênero, mas foi tratado sobre as mulheres na AMAJU considerando sua organização produtiva e seus vínculos com a concepção de Economia

Solidária. Trata-se de organização produtiva das mulheres para geração de renda, o que indica conquista, bem como se constitui em elemento necessário para alcançar outras conquistas. As mulheres camponesas lutam na esfera econômico-produtiva na busca de geração de renda, participação, igualdade de direitos, enfim, emancipação, por meio da organização produtiva na AMAJU e, portanto, não são mulheres empresárias que visam a emancipação a partir de sua inserção na produção mercadorias.

As mulheres do Assentamento Juncal desenvolvem por meio da AMAJU, a produção e a comercialização de produtos “agroindustrializados” como pães, doces, compotas, conservas e biscoitos, e também produtos artesanais como tapetes e objetos de decoração. Além do trabalho desenvolvido na AMAJU, as mulheres do Assentamento Juncal também desenvolvem um trabalho em suas unidades produtivas, hortifrúti granjeiros, como por exemplo: mandioca, alho, colorau, ovos caipira, entre outros produtos.

Essa pesquisa está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo trata de gênero direcionado às mulheres, que estão em uma condição de subordinação na sociedade patriarcal, que reproduz o machismo e desigualdades de gênero. Assim, ao se organizarem enquanto um grupo que produz, as mulheres são capazes de transformar positivamente os espaços nos quais estão inseridas. No primeiro capítulo também foi discutido sobre campesinato, pois trata-se de mulheres camponesas e não apenas mulheres.

No segundo capítulo será abordada sobre o processo de apropriação concentrada da terra, motivadora de conflitos diversos no campo de Mato Grosso do Sul e Naviraí. Foi tratado ainda nesse capítulo o processo de luta pela terra em Naviraí.

O Terceiro capítulo trata sobre a formação do Assentamento Juncal e a organização das mulheres na AMAJU. As mulheres do Assentamento desenvolvem um conjunto de atividades produtivas, políticas e sociais. Observa-se que o engajamento em grupos sociais como a AMAJU possibilitam as mulheres novas conquistas e ter reconhecida a sua condição de mulher agricultora.

CAPITULO I

1 GÊNERO E MULHER CAMPONESA

A discussão de gênero e campesinato se fazem necessária, pois estamos tratando de mulheres camponesas. O fato de tratar de mulheres camponesas coloca em questão a sua condição de classe, aliada á sua condição de mulher.

Nesse sentido, as mulheres do assentamento Juncal organizadas na Associação de Mulheres do Assentamento Juncal – AMAJU são mulheres, o que demanda de um olhar na perspectiva de gênero. Mas, essas mulheres também são camponesas, o que demanda um olhar na perspectiva de classe, no caso, “classe” camponesa.

1.1 REFLEXÕES SOBRE GÊNERO

Gênero é um conceito constituído social e historicamente na vivência do movimento feminista e fora do movimento feminista também com o objetivo de desnaturalizar os conhecimentos dominantes do masculino e feminismo, de transpor com as percepções já estabelecidas de comportamentos, partindo de uma definição biológica do sexo, direcionados, a homens e as mulheres. No conceito de gênero está implícito um questionamento pautado na organização social em que predomina o modelo heterossexual e branco, predomínio masculino.

A questão de gênero está colocada na vida da pesquisadora desde a infância quando já se indignava com as diferenças no tratamento que recebiam as meninas e os meninos da família, cabendo a elas a responsabilidade pelo auxílio na arrumação da casa, enquanto os irmãos podiam jogar futebol, por exemplo. Por que as meninas tinham a obrigação de cuidar da casa e os meninos não? Essa dúvida infantil ao longo dos anos foi amadurecendo e tomando proporções que ultrapassaram as fases da infância e adolescência, desencadeando na necessidade de pensar sobre essa condição para além do senso comum, como na elaboração de pesquisa científica de pós-graduação.

Nesse sentido, essa dissertação de mestrado, vem nos inspirar para o entendimento da organização das mulheres camponesas do assentamento Juncal. Enquanto pesquisadora e mulher observam-se algumas questões relacionadas à condição de vida das mulheres que exercem duplas ou até mesmo triplas jornadas de trabalho para poderem exercer sua

autonomia em um mundo predominantemente machista, em que a uma considerável parte dessas mulheres são vítimas de violência doméstica.

O capítulo trata de algumas reflexões acerca das relações sociais, de gênero e de trabalho convivas por homens e mulheres no contexto da agricultura camponesa, com base na vivência e observações de campo. É na relação de gênero e de produção familiar, porque a agricultura camponesa abarca o comprometimento de todos os familiares nas atividades produtivas desenvolvidas com estratégia de resistência.

É nas relações sociais que observamos desigualdades de gênero, muitas vezes como herança do sistema patriarcal, no qual o homem é considerado o chefe da família, sendo o principal representante, com poderes de decidir, administrar e distribuir as tarefas a todos os demais membros da família. No entanto pode-se notar que mesmo num contexto desigual a mulher ainda consegue exercer atividades e comandar espaços exclusivos femininos. A cozinha, e as atividades desse ambiente são de domínio da mulher.

As relações sociais de produção familiar no Assentamento Juncal ainda sim se configuram como relação hierárquica, em que o homem ocupa posição privilegiada, o que comprova a desigualdade de gênero com relação à produção, uma vez que as atividades estão baseadas na divisão sexual do trabalho. Diante disso, as mulheres geralmente são encarregadas das tarefas do espaço doméstico, bem como, lavar, cozinhar, lavar louça e roupas, cuidar dos filhos, e ao mesmo tempo, participam de outras atividades ligadas à produção, como por exemplo, ordenhar vacas, alimentar animais, plantar, capinar.

As mulheres vão repassando não intencionalmente às filhas, ou seja, para a próxima geração, as responsabilidades com os serviços domésticos, como a limpeza da casa, lavagem de roupas e preparo das refeições. Situação que demonstra uma expressiva desigualdade nas relações de trabalho entre o masculino e o feminino, o que diminui, segundo Silva e Portela (2006), as probabilidades de autonomia para as mulheres. Os homens acerrar-se pertencer num outro espaço, no caso como responsáveis pela lavoura, criação de animais, comercialização da produção e, sobretudo, na tomada de decisões nos negócios.

A divisão de atividades entre homens e mulheres assentadas também segue o critério da força física em que o “trabalho leve” pertence às mulheres e o “trabalho pesado” aos homens. No que diz respeito ao caráter “pesado” ou “leve”, Brumer (2004, p.211) afirma que é relativa e culturalmente determinada, uma vez que as mulheres em suas atividades cumprem tanto os “leves” com os “pesados”.

Conforme Paulilo (2004, p. 245), o trabalho direcionado às mulheres é “leve”, não por suas características, mas pela posição hierárquica que ocupam na família, que é de subordinação em relação aos outros membros que executam atividades de destaque, as chamadas produtivas que, por sua vez, assumem caráter de “trabalho”.

Assim, na agricultura camponesa, as mulheres não são respeitadas como sujeitos do processo produtivo, pois seu trabalho não é reconhecido pela lógica capitalista, por ser considerado leve e de reprodução. Essas atividades que são realizadas nos lotes, são vistas como uma extensão do espaço doméstico, como “ajuda”, “como um trabalho (invisível), de valor nulo, por que é ‘improdutivo’ (lógica capitalista), não monetarizado (obrigação, virtude), e, portanto, desvalorizado” (FARIAS, 1983 apud MENEGAT, 2009, p. 167-168).

No entanto, como se verá mais adiante, as mulheres camponesas estudadas demonstram que executam os trabalhos da casa, do lote, e as demais atividades da associação, o que lhe impõe uma jornada continua de trabalho, como elas mesmas dizem “são as primeiras a levantar e as últimas a dormir”.

Corroborando com a reflexão de Farias (1983), Portela (2006) diz que os trabalhos das mulheres são desenvolvidos de forma simultânea:

[...] o espaço de trabalho envolve simultaneamente a casa, o seu entorno e as áreas de cultivo ou criação propriamente ditas, que às vezes, são contínuas ao terreno do domicílio. Isso significa que o trabalho doméstico se desenvolve de maneira às demais atividades [...] Dada essa sobrecarga de trabalho, as mulheres realizam uma jornada continua, praticamente ininterrupta, com atividades que variam entre as de manutenção da família e as de beneficiamento de produtos, para comercialização, feitas no interior ou entorno das residências, e aquelas ligadas diretamente à roça ou à criação de animais. (SILVA; PORTELA, 2006, p.142).

Segundo indica as autoras citadas, as mulheres realizam os trabalhos da roça, da criação de animais e de transformação dos produtos para comercialização, simultaneamente com os trabalhos da casa. Embora Woortmann (1984) saliente a importância do trabalho das mulheres e do grupo doméstico como todo um todo na reprodução familiar, destaca que a mulher “é mãe, nunca é inteiramente liberada dos afazeres das ‘afazeres domésticos’ [...] Por isso, a maioria das mulheres casadas trabalha ‘pra fora’ mais do fora” (WOORTMANN, 1984, p.74). A afirmação de Woortmann é comprovada nessa pesquisa, pois nota-se que as mulheres do Assentamento Juncal convencionam ambos os trabalhos, o doméstico e o da produção, trabalhando para ‘fora’ mais do que ‘fora’.

Essas duas esferas de trabalho, a doméstica e a externa a residência, foram qualificadas pelo sistema capitalista pelo viés econômico e, em consequência, ocorreu à nítida

separação entre o trabalho produtivo, ou seja, trabalhos ligados à produção, como compra, venda de produtos; contatos com bancos, cooperativas, entre outros, e não produtivo, ou de reprodução, que estão ligados ao âmbito da casa, o que contribuiu para segregação dos espaços privados (casa) e público (fora da casa), desvalorizando e invisibilizando o trabalho da mulher.

Ao estudar a sociedade francesa do século XIX, Perrot (2005), observou uma valorização do trabalho “produtivo” em detrimento do “não produtivo”. O trabalho das camponesas e donas-de-casa, já naquela época, era visto como “auxiliar”:

[...] A valorização, abusiva mas significativa, do trabalho ‘produtivo’ no século 19, erigiu com única ‘trabalhadoras’ as assalariadas e relegaram à sombra de auxiliares conjugais as lojistas e as camponesas, camadas mais tarde de ‘auxiliares de família’ [...] A separação crescente entre local de ‘trabalho’ domicílio privada [...] fez do trabalho doméstico uma especialidade, economicamente desvalorizada porque não quantificável [...]. (PERROT, 2005, p. 241).

A partir das considerações de Perrot (2005), podemos dizer que essas construções sobre o trabalho “produtivo” e “reprodutivo” de divisão da esfera privada e pública, ainda orientam a vida diária de homens e mulheres no meio rural, mesmo que algumas mulheres planejem romper tais barreiras. O trabalho feminino no meio rural mostrar-se como um período continua entre o trabalho ligado à produção e reprodução da unidade familiar.

Conforme as autoras Carmem Silva e Ana Paula Portela (2006), quando estudam sobre a divisão sexual do trabalho na região nordeste do Brasil, são necessárias considerar as diferentes esferas de manifestações das desigualdades expressadas no campo, por meio das classes: gênero, classe, geração, raça/etnia e região, que transpõem a dimensão econômica. Como se pode observar, existe uma estrutura poderosa que rege essas relações, como a dominação patriarcal associada à dominação capitalista no campo, dificultando as possibilidades de defesa das mulheres.

Segundo Siliprandi (2015) esta situação também está presente no meio urbano. Entretanto as mulheres urbanas recebem uma carga maior de informação e estão muito mais protegidas por meio de estruturas que são mais acessíveis a essas parcelas de mulheres Assim as mulheres do campo sofrem mais violência e opressão de gênero que as coloca num lugar de muito “isolamento”, dependência e sofrimento. (SILIPRANDI, 2015 p.33).

Conforme já mencionado anteriormente é preciso ressaltar que existe uma diferença entre a mulher urbana e a mulher campo camponesa, essa diferença está no espaço em que

estão inseridas, porém não indica que a mulher urbana é superior à mulher camponesa, um exemplo é a organização das mulheres do Assentamento Juncal em torno da AMAJU.

O patriarcado é um sistema de dominação e exploração dos homens sobre as mulheres, que se mantem na sociedade por séculos, alicerçado na força física, no poder, no controle e também no medo que eles exercem sobre as mulheres. Tais relações sociais vividas por mulheres e homens expõem maiores e/ou menores graus de intensidade, de acordo a cultura e o momento histórico de cada grupo. Nos assentamentos, confirma-se certo grau de desigualdade no trabalho entre mulheres e homens. (SAFFIOTTI, 2004; FARIAS, 2003).

A sociedade moderna brasileira, de modo geral, está fundamentada numa estrutura patriarcal, na qual o que é masculino tem mais importância e poder do que o feminino, sendo o urbano mais valorizado do que o rural, pela própria sociedade e até mesmo pelas instituições governamentais.

Os valores eurocêntricos urbanos são reconhecidos pela sociedade como superiores em detrimento dos valores de grupos culturais rurais que também compõem a sociedade contemporânea. Nesse particular, houve uma contribuição muito forte da ciência moderna – dita neutra – que ajudou na disseminação de ideias tais como a superioridade do sujeito sobre o objeto, do homem sobre a natureza, do masculino sobre o feminino que vem levando a uma diminuição da diversidade no planeta: biológica, cultural, alimentar, etc.

As mulheres, embora sejam muitas, ainda sim são minorias quando comparamos a remuneração entre homens e mulheres, quantidade de mulheres que ocupam cargos de chefia, e várias outras circunstâncias. Os valores dos grupos culturais rurais foram considerados inferiores pela sociedade urbana, com suas imagens associadas a coisas negativas, como feio, sujo, problemático, bem como vistos pela sociedade como atraso. Na tentativa de pertencer ao grupo reconhecido e importante, as pessoas acabaram sendo forçadas a se adequarem ao modelo dominante, abandonando suas culturas e raízes rurais.

Os pacotes tecnológicos da Revolução Verde desprezaram os saberes dos camponeses e implicou na sua exploração, subordinação e expropriação. A Revolução Verde está relacionada à prática do monocultivo, a utilização de insumos químicos e agrotóxicos, as sementes geneticamente modificadas importadas dos Estados Unidos e Europa e visando à alta produtividade e preço, foram largamente difundidas no Brasil pelas equipes de assistência técnica e extensão rural do Estado, como políticas públicas de desenvolvimento e modernização do campo. Esta modernização vinha claramente favorecer os grandes latifúndios e o processo de industrialização da agricultura. Deste modo a família camponesa

perde espaço de produção e conseqüentemente a mulher camponesa passa a ter ainda menos visibilidade.

O cenário da Revolução Verde trouxe conseqüências à população do campo e em especial às mulheres que perderam seus espaços e atribuições dentro da agricultura e da unidade produtiva familiar, agravando a questão da invisibilidade do trabalho delas, pela supervalorização do aspecto econômico ligado à parte produtiva da agricultura, em detrimento dos aspectos sociais, ambientais e reprodutivos também importantes para a unidade produtiva familiar, mas foram e ainda são ignorados e excluídos na atual dinâmica de desenvolvimento rural ligada à modernização do campo.

No entanto, como já dito anteriormente, é necessário deixar claro que a mulher sempre teve um lugar limitado no que diz respeito aos ambientes de produção agrícola, que se limitava ao auxílio do homem. Isso fica evidente quando observamos o decorrer da história, em que a mulher quase sempre foi responsável pela alimentação da família, incluindo o próprio homem.

Com isso, restou à mulher o não reconhecimento parte da sociedade da sua importância no processo produtivo e de sua participação ativa na manutenção e no avanço da unidade produtiva, dificultando a participação na tomada de decisão, seja na produção familiar ou na comunidade em que vive. Porém, cabe ressaltar que modernização inseriu a mulher na dinâmica produtiva capitalista, tirando a mulher do isolamento, mas a subordinou à fábrica, por exemplo. No entanto, a modernização tem “pé de barro”, pois permitiu sua inserção social a partir da produção de mercadoria e independência (não pode ficar dependendo do marido), mas não a livrou das atividades domésticas.

Em conseqüência, essa limitação nos espaços de decisão provocou uma maior dependência do pai ou marido e num isolamento que pode ser causador de muitas tristezas e dificuldade no processo de construção de autonomia e identidade mais positiva. As mulheres acabaram reproduzindo e/ou sendo forçadas a reproduzir os valores machistas e do progresso “moderno”, menosprezando seus saberes, diminuindo seu valor e se privando da participação comunitária, priorizando os afazeres domésticos tão internalizados como obrigação feminina.

Nessa conjuntura de vida, recentemente foram incrementadas algumas poucas políticas públicas voltadas para a questão de gênero. A ausência da mulher nos espaços públicos formalizou e internalizou fortemente que o lugar da mulher do campo é no lote, porém circunscrito ao cuidado da casa, seu entorno e das crianças. No entanto, podemos observar que a mulher é capaz de produzir e se nos desenvolverem próprios espaços.

Assim sendo, emergiram grupos produtivos de mulheres rurais, com destaque para os grupos que se organizavam em torno da construção de um modelo de produção baseados na agroecologia, quando foi possível verificar outras faces das mulheres do campo, mulheres estás que são capazes de se desenvolverem e produzirem, criando estratégias de produção, buscando melhorias para esses grupos.

As mulheres engajadas em espaços de produção, que ao mesmo tempo lhes proporcionava subsistência, renda, vínculos de amizade, valorização dos seus saberes e também um espaço de discussão de sua condição. Esse espaço contribuiu para fortalecer o desejo de enfrentar sua atual situação. Juntas as mulheres uniram força suficiente para transformar suas realidades e das pessoas com quem elas conviviam principalmente os filhos jovens que estavam se encaminhando para deixar o campo em busca de uma vida melhor na cidade.

As mulheres são reconhecidas atualmente na sociedade como protagonistas de suas histórias, e elas vivenciam idas e vindas, progressos e retrocessos em suas experiências e constituem-se enquanto sujeitos em um processo ambíguo formado por diversas classes, etnias, raças e gênero. Saffioti (1997, p.76), considera que em vista das suas características plurais as mulheres construir espaços de participação e protagonismo que demonstram uma constituição de uma identidade e pertencimento.

Segundo Erikson (1976), a identidade é uma construção que acontece e se desenvolve a partir de interações sociais. E esse novo espaço de grupo, que comunga de ideais da cooperação, solidariedade, cuidado com o meio ambiente, com a saúde e com as pessoas ao redor, pode fornecer elementos importantes que vão fortalecer o conhecimento e o reconhecimento delas enquanto mulheres, mães, trabalhadoras, agricultoras e também como sujeitos ativos na história de sua unidade produtiva familiar e da comunidade. Embora para construção de uma identidade seja fundamental se sentir pertencente a uma classe, pois quando o indivíduo se enxerga pertencente a uma determinada classe a construção de sua identidade se apresenta fundamentada ideologicamente.

No que diz respeito às relações de gênero para essa pesquisa o trabalho produtivo do grupo de mulheres tem um papel importante no processo de identificação, na construção da identidade, levando em consideração a subjetividade e também aspectos comuns de cada uma dessas mulheres. O ser humano é também o seu trabalho, pois este possibilitará relações que serão ou não mantidas, quais atividades podem ser desempenhadas, o que e como produz. Portanto, as relações de produção determinam os comportamentos humanos e cabe à

academia debater e compreender o comportamento a partir dessas relações de produção. (CODO, 1993, p 55)

Existem diferentes papéis entre homens e mulheres que estão assentados na concepção de gênero. Esses papéis estão relacionados a dominação entre os sexos o que provoca conflitos, a divisão social e sexual do trabalho e também como foram projetadas as subjetividades pessoais e coletivas, os diferentes lugares ocupados pelos homens e mulheres na sociedade. “(...) o gênero possui uma função analítica semelhante àquela de classe social; ambas as categorias atravessam as sociedades históricas, trazem à luz os conflitos entre homens e mulheres e definem formas de representar a realidade social e de intervir nela” (MURARO & BOFF, 2002. p.18).

Campos (2011) diz que a desigualdade de gênero se materializa na vida das mulheres através de menor remuneração do trabalho, menor controle sobre bens materiais, menor participação política e nas diversas formas de violência presentes cotidianamente na vida delas. A autora ainda marca que há, numa perspectiva geral, grandes desvantagens comparativas das mulheres em relação aos homens, mas a situação é ainda pior quando se analisa especificamente a realidade rural.

A participação nos grupos produtivos tem possibilitado transformações de posições sociais das mulheres na família e na sociedade, na medida em que vão construindo juntas novas respostas, novos lugares e a satisfação de sentirem-se completas ante desses novos papéis. (SILIPRANDI, 2009, p. 44).

Cabe ressaltar que a mulher camponesa não se reconhece como mulher com personalidades empreendedora, com um perfil desafiador, porém quando analisamos as entrevistas e até mesmo as conversas informais, fica evidente essa característica, quando elas traçam estratégias para vencer obstáculos que são vivenciados diariamente.

No atual contexto, a mulher contemporânea já conseguiu transpor alguns obstáculos, ainda sim sofre com imposições, até mesmo grandes limitações, principalmente a mulher camponesa, que como dito anteriormente não possui o mesmo acesso as informações e políticas públicas direcionadas as mulheres urbanas.

A respeito da modernidade, Buarque (2002) entende que, embora tenha trazido consigo todo um desejo de transformação social baseado nos ideais de liberdade e igualdade como frutos do progresso, não conseguiu romper com a imensa estrutura de poder que dá legitimidade às hierarquias das relações humanas na civilização ocidental. Ela foi formulada como uma nova proposta social, mas tendo em seu alicerce “o elemento histórico da ordem

preexistente, responsável pela regulação da cultura das desigualdades: o patriarcado.” (BUARQUE, 2002 p. 28). No entanto a modernidade não conseguiu transpor questões como o patriarcado, que ainda impera na sociedade contemporânea, seja ela urbana ou camponesa, pode dizer ainda que esse patriarcado usufrui das barreiras que a mulheres são impostas.

O patriarcado continua presente no cerne da construção da nova ordem social marca a impossibilidade de transformação que tenha como fim último a igualdade e liberdade. Os modernos, segundo Buarque (2002, p. 28) desconhecem na mulher a humanidade e negaram a totalidade humana da espécie.

De acordo com King (1997, p.58) está presente em nossa sociedade uma noção antropocêntrica de que para se alcançar a verdadeira liberdade humana é preciso uma crescente dominação da natureza não humana. Baseado nisso, o capitalismo como cultura predominante está homogeneizando culturas e simplificando a vida na terra, ao romper equilíbrios naturalmente complexos dentro do ecossistema. Os ecologistas têm se ocupado em fortalecer a relação humanidade/natureza, ao demonstrar a perigosa situação da vida na terra, causada pelas tentativas humanas de subjugar a natureza.

De acordo com a teoria de que é necessário controlar para ser livre, Muraro e Boff observa que, o patriarcado deve ser entendido como uma complexa estrutura política de hierarquização, marcada por formas de dominação de uma parte sobre a outra e que construiu relações de gênero altamente conflitivas e desumanizadoras para o homem e principalmente para a mulher. As estruturas de dominação têm um caráter histórico e são reproduzidas pelos homens através das armas e violências e também de instituições como família, Igreja, Escola e Estado. (MURARO, BOFF, 2002, p. 67).

Para Joan Scott (1989) uma das principais referências na discussão do conceito de gênero, definir gênero deve-se seguir duas grandes premissas: Gênero é um elemento constitutivo, ou seja, ele muda de sentido conforme a percepção de cada indivíduo e de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.

Para a autora, compreender as relações sociais de gênero implica relacionar quatro elementos entre si, sendo eles: símbolos culturais e suas representações; os conceitos normativos e suas interpretações do sentido dos símbolos nas quais aparecem como única alternativa a posição dominante; uma noção do político que se refere às instituições e organizações sociais e pôr fim a identidade subjetiva e as distribuições de poder.

Assim, as mulheres participam em todas as etapas, desde as fases iniciais, com esforço e criatividade para ocuparem os lugares de direito: produzindo, comercializando e usufruindo das conquistas sendo elas sociais econômicas e políticas com igualdade de gênero. Porém, nem sempre essas mulheres apresentam uma visão crítica de sua condição nesse processo, apresentam algumas dificuldades para identificação das ditas relações de poder, das hierarquias de gênero, das violências simbólicas, no entanto, apresentam desejos dispersos formados na vida cotidiana, entre a concretude e a materialidade diária, e entre os sonhos de alcançarem o reconhecimento, e a valorização enquanto mulheres que fazem suas histórias com dificuldades, dúvidas e percalços.

Segue, portanto, que gênero tem a função de interpretar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana, legitimando e construindo as relações sociais. Atribui a homens e mulheres diferentes lugares no mundo que significados através dessas relações de poder conferem ao homem, historicamente, uma posição dominante. (MACEDO, 2002).

Sendo assim, as relações de gênero além de estruturarem a forma como se percebe a vida social, estabelecem um acesso diferenciado aos recursos materiais (renda, propriedade, terra e capital) e simbólicos (valores atribuídos às pessoas conforme a sua posição na hierarquia social) da sociedade entre mulheres e homens, evidenciando que as mulheres não tiveram e ainda não têm as mesmas condições que os homens para enfrentar o cotidiano da vida. (SILIPRANDI, 2013, p 98).

Neste sentido, Viezzer (1989) aponta que a ideologia patriarcal – marcada pela subordinação do sexo feminino pelo masculino – parece ter estado presente na história da humanidade e nos diferentes tipos de regimes políticos e tem hoje no capitalismo a sua expressão máxima. O mundo que se conhece foi pensado e regulado pelos homens a fim de se prosseguir com o projeto de desenvolvimento no qual o objetivo imediato é a manutenção do poder masculino.

A sociedade é marcada por todos os tipos de desigualdades: renda, social, etnia, sexo, entre outras. Estas funcionam como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores historicamente dada, os membros de uma sociedade. Sendo a competitividade a marca principal do capitalismo, está favorece a dominação do homem em quase todos os seus setores, marginalizando e oprimindo estruturalmente a mulher. (SAFFIOTI, 2013).

Neste sentido, para compreendermos como a sociedade patriarcal tem influência nas relações de gênero estabelecidas desde a organização das primeiras sociedades observamos várias passagens em que o Pai tem controle sobre a vida de sua família e todos os membros são submetidos às decisões do chefe da família, no caso o pai e quando o mesmo não está presente quem responde é o primogênito do sexo masculino. Essa relação é muito forte na agricultura camponesa, em destaque para camponeses do assentamento Juncal. Mas, como serão destacadas posteriormente, as mulheres não ficam passivas diante dessa condição.

Ainda de acordo como Saffioti (1987; 2004), o termo machismo não pode ser desvinculado do sistema patriarcal, pois é desse sistema que surge a dominação e a opressão contra as mulheres, em que os homens exercem seu poder sobre as mulheres e sobre filhos e filhas.

Diante dessa dominação do homem sobre a mulher há uma dificuldade da mulher agricultora se tornar economicamente ativa e quando isso acontece, a desigualdade na obtenção de renda, apresenta-se ainda maior quando comparado à da mulher urbana. Outro dado alarmante, levantado por Campos (2011), é que a maioria das mulheres ocupadas em atividades agrícolas costuma não ter rendimento do trabalho, pois no Brasil a ocupação em atividades agrícolas é condicionada pela posse da terra e “a propriedade da terra no país está concentrada em pouquíssimas mãos e entre estas é mínima a quantidade de mãos femininas” (CAMPOS, 2011 p. 48).

Cabe ressaltar que a mulher não se emancipa somente a partir de quando produz mercadoria e as comercializa por meio do capitalismo, essa emancipação necessita de questões internas do pensamento feminino, como por exemplo, a autoestima. Segue, portanto para a autora, que a precária inserção no mundo do trabalho e o pouco acesso da população feminina aos bens materiais, intensificam o fenômeno denominado feminização da pobreza. No entanto o que observamos no assentamento Juncal é a mulher construindo estratégias para possibilitar uma melhor qualidade de vida para si e para sua familiar.

Nas unidades de produção familiar a organização se dá a partir da família e segue, por causa disso, os critérios de divisão do trabalho entre os membros do grupo. Fica evidente, então, que a agricultura familiar que marcadamente tem como base o patriarcado continua reproduzindo e perpetuando a opressão das mulheres (GOUVEIA, 2003).

Melo e Di Sabbato (2009), ao apresentarem o diagnóstico do trabalho da mulher rural feito através da análise das estatísticas oficiais da utilização da mão de obra agropecuária apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de 1993-2006, afirmam que o peso da família patriarcal é uma forte marca na construção da sociedade rural. O trabalho das mulheres no meio rural, que majoritariamente se dá nas unidades produtivas familiares, são atividades voltadas para o autoconsumo ou para o trabalho não remunerado. Está ligado à dimensão feminina e ao seu cotidiano, como uma extensão do seu papel de mãe, esposa, dona de casa e seguem, portanto, não remunerados.

Nas unidades produtivas familiares evidencia-se uma fusão da vida familiar e a vida do trabalho para as mulheres que vivem no campo, não aparecendo ou apresentando de forma difusa a separação entre a “mulher mãe” e a “mulher trabalhadora”, o que pode explicar o porquê da permanência da tradição patriarcal na constituição do papel social feminino no meio rural. Essa fusão da vida familiar e a vida do trabalho já foram de certa forma, superada no meio urbano (MELO; DI SABBATO, 2009). “A identidade da trabalhadora rural está centrada nos trabalhos domésticos, destinados à reprodução social do grupo familiar, que se sobrepõe ao papel de trabalhadora na esfera da produção.” (LOMBARDI, 2009. p. 140).

Para Saffioti (2013, p. 78), é “necessário pensar a agricultura camponesa a partir das relações familiares”. Já Burg e Lovato (2007) argumentam que enquanto a família existe como unidade de produção, mulheres e filhos sempre desempenham papel econômico fundamental, sendo que a unidade de produção familiar é:

O resultado da soma do trabalho dos membros da família, e o trabalho produtivo realizado pela mulher constitui uma gama diversificada de funções que favorecem tal unidade. [...] Na maioria das propriedades, a responsabilidade da manutenção dos poli cultivos, ou seja, da preservação da biodiversidade, é de responsabilidade das mulheres. (BURG; LOVATO 2007 p. 1524)

Argawal (1999), aponta duas características sobre as famílias camponesas que geralmente são negligenciadas, pelas teorias economicistas que a tratam como um todo indivisível regida pela abnegação: a primeira é que para se manter como uma instituição estável é preciso que homem e mulher mantenham acesso desigual aos recursos; e a segunda é que homens e mulheres agem com interesses econômicos individuais dentro da família e isso aparece nos conflitos internos pelos espaços de cultivo dentro da unidade de produção (ARGAWAL, 1999. p.15).

Esta relação desigual referente ao acesso aos recursos e também os interesses ditos econômicos que os membros da família apresentam, nos faz compreender a origem dos conflitos internos que aparecem no interior das famílias camponesas. Dessa maneira, a autora

argumenta que não se pode negar que os diversos membros que compõem as famílias camponesas têm interesses distintos e com capacidades diferentes de conseguir fazer valer seu interesse. A tomada de decisões dentro da família é feita por imposição onde operam a limitação. E são nessas limitações que se revelam desigualdade de gênero na divisão das tarefas domésticas e nos recursos da família. (ARGAWAL, 1999).

Pensando nessas desigualdades intrafamiliares que Argawal (1999), traz a problematização do lugar da mulher dentro da unidade familiar, em que na visão masculina considerada machista, a renda proveniente do trabalho da mulher não tem a mesma importância que a renda obtida pelo trabalho do homem.

Conforme as autoras, o papel da mulher está mais ligado ao que é concebido como natureza e cuidado não pode ser interpretada simplesmente como uma maior tendência feminina de ligação com a natureza do que o masculino. Para elas, tal fato é fruto da construção cultural de relações de gênero no qual coloca as mulheres numa posição hierárquica e que destina a elas as atividades menos valorizadas dentro do universo rural. As autoras ainda argumentam que essa naturalização da ligação da mulher à natureza pode favorecer a manutenção dela em um lugar de subordinação, mesmo que estejam lutando e construindo sua autonomia.

A valorização da produção voltada para o mercado industrial desdobrou-se na priorização para a venda, em detrimento da produção para o autoconsumo. Ganham destaque e tamanho os espaços nas unidades de produção familiar voltados para a comercialização, diminuindo em importância e dimensão o espaço ligado à reprodução da família. Assim, houve uma desastrosa ruptura entre produção e reprodução familiar, valorizando e aumentando os espaços de produção, ao mesmo tempo em que diminuiu ou tornou inexistente os espaços de horta e de pequenos animais. Isto se explica à medida que a mulher tem seu trabalho relacionado subordinado ao desejo do homem.

Sendo assim, a mulher se manteve como responsável pelos espaços de reprodução nas unidades produtivas familiares como a horta, os pequenos animais e o âmbito doméstico - considerados de menor ou nenhum valor econômico, ao passo que as atividades produtivas, consideradas de responsabilidade masculina, ganhavam destaque não só em valor financeiro, mas também em tamanho.

A constante exploração da mesma atividade produtiva levava ao desgaste dos recursos naturais e a necessidade de aumento do espaço de produção, em busca de algum lucro, o que favorecia o avanço da produção sobre os espaços de reprodução da família,

reduzindo a importância da mulher, em algumas situações, apenas ao trabalho de cuidado da casa e da família.

Portanto, a lógica do mercado e da racionalidade científica como critério para a modernização agrícola manteve a tradicional divisão sexual do trabalho e reduziu a importância e o espaço de trabalho da mulher, sendo determinada por Campos (2011) como uma das causas para a redução maior da população feminina no campo em relação à masculina.

Hirata e Kergoat (2007) afirmam que sempre existiu nas sociedades a divisão sexual do trabalho que é a divisão do trabalho social em função da forma como os sexos se relacionam na sociedade. Essa divisão social do trabalho, segundo as autoras, se organiza de acordo com dois princípios: o princípio de separação que determina que haja trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e o princípio hierárquico que coloca o trabalho de homem valendo mais que o trabalho de mulher. Dessa forma, os homens se apropriaram daquelas funções com mais valor social adicionado como política, religião, os cargos de chefia, entre outras.

Na questão de gênero construiu-se uma relação de hierarquia e poder que estrutura todo o sistema social na qual, historicamente, as mulheres ficaram destinadas à esfera reprodutiva, responsáveis pelo trabalho doméstico e cuidado dos filhos. Já ao homem se atribuiu a tarefa de prover a casa e o lar, dando a ele, dessa maneira, o poder principal sobre a família. Todos os estudos de gênero afirmam que as diferenças são construídas pela cultura, isso significa que os papéis atribuídos a homens e mulheres correspondem aos modelos que socialmente definimos para o masculino e para o feminino.

É complexa a interação entre os fatores biológicos e socioculturais na construção concreta do gênero, uma vez que as diferenças sexuais são dadas e ao mesmo tempo construídas, para compreender essa realidade dialética é preciso analisá-las em conjunto. (MURARO; BOFF, 2002). Nesse sentido, Hirata e Kergoat (2007) ainda levantam que a ideologia naturalista tem papel crucial na legitimação da divisão sexual do trabalho. Segundo as autoras, tal ideologia “rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a papéis sociais sexuados que remetem ao destino natural da espécie” (HIRATA; KERGOAT, 2007 p.599).

O papel socialmente confiado à mulher, devido a sua maior contribuição no processo de reprodução biológica, é o de produzir e reproduzir vida: cuidar das crianças e de todas as atividades que permitem o desenvolvimento físico ao longo da vida, principalmente a

satisfação das necessidades básicas como alimentação e saúde. E assim, as mulheres foram excluídas do acesso e controle dos recursos econômicos de uma geração à outra que naturalmente foram assumidos pelos homens (VIEZZER, 1989).

Cuidar é, portanto, uma atividade ligada à questão de gênero imposto pela sociedade machista que coloca a mulher como indivíduo incapaz de realizar atividades como administrar o lote, vacinar o gado e também serem capazes de costurar peças de roupas e cozinhar, visto que são atividades que exigem certa delicadeza.

As ocupações das mulheres são na maioria das vezes aquelas que envolvem cuidados e são realizadas numa quantidade desproporcional de atividades de cuidado no ambiente doméstico privado. A atividade de cuidar parece estar ligada à esfera de valores, expectativas e instituições sociais e pode evidenciar a legitimação de uma parte das vidas das mulheres, uma vez que evoca a essência diária das vidas delas (TRONTO, 1997).

A responsabilidade das mulheres com o cuidado da família (e, portanto, com as tarefas de reprodução da sociedade) está profundamente ligada à identidade feminina, construída socialmente e reforçada pelos estereótipos de gênero. O enclausuramento das mulheres nas tarefas do lar foi utilizado historicamente para a sua exclusão dos centros de decisão e de poder, relegando-as a ocupar um papel subordinado na sociedade como um todo (SILIPRANDI, 2013 p. 189).

As mulheres, embora estejam de graus abaixo na hierarquia social, exerce um papel fundamental na produção e desenvolvimentos nos espaços produtivos mesmo que o trabalho exercido não produza renda para a família.

Nessa hierarquia a esfera feminina, subordinada à masculina, não tem reconhecido ou valorizado seu trabalho e sua contribuição na manutenção da vida familiar. Sua remuneração, quando existe, é vista como um complemento da renda principal, o que as mantém dependentes financeiramente do marido e dos familiares. A partir daí, que Gouveia (2003) assegura que as mulheres são invisibilizadas, pois não têm o reconhecimento como sujeitos ativos dos processos produtivos. E isso se dá em função da dominação patriarcal que as colocam em um lugar de menor importância.

Carrasco (2008) nesse mesmo sentido levanta que a invisibilidade do trabalho da mulher pode estar ligada a dois motivos. O primeiro à ideologia patriarcal que atribui maior valor ao que é desenvolvido pelo poder masculino (ciência e cultura). O segundo motivo aos sistemas econômicos que ocultam a importância do trabalho desenvolvido na esfera doméstica, essencial para a produção e a manutenção da vida e ao tratar as mulheres

essencialmente como mães e esposas, classificam-nas como trabalhadoras menos produtivas que os homens no mercado de trabalho.

Assim, a mulher é vista como elemento obstrutor do desenvolvimento, ao ser percebido como menos produtiva no mercado de trabalho quando é a própria sociedade que coloca obstáculos à realização dela ao subvalorizar as capacidades femininas e marginalizar as funções produtivas desempenhadas por elas, entretanto um olhar para as mulheres deve ser lançado, pois a mulher é parte da sociedade e deve ser igualmente respeitada. E isso dificulta para a mulher se organizar entre os diferentes papéis que precisa desempenhar tanto na esfera reprodutiva quanto na produtiva e se adaptar a elas sempre significa uma sobrecarga considerável (SAFFIOTI, 2013).

Freitas (2008) reforça que tornou responsabilidade da mulher encontrar as saídas que permitam conciliar o tempo para o trabalho produtivo e para as atividades de cuidado do lar. Em função disso, a mulher vê sua vida dividida em dois tipos de tempo: um voltado para a esfera econômica e o outro, às necessidades humanas. Para mantê-las, ela intensifica o tempo de trabalho total e reduz o tempo de lazer, podendo diminuir, inclusive, o tempo destinado às suas próprias necessidades pessoais.

Segue, portanto, que os homens apresentam-se na sociedade de maneira integral e plena, enquanto que as mulheres se veem obrigadas a dedicar parte do seu tempo aos cuidados da família, o que dificulta sua participação na vida pública. Esse pode ser visto como fator importante na manutenção das desigualdades de gênero nas relações sociais, sendo ao mesmo tempo causa e consequência do volume desproporcional de trabalho não pago que as mulheres realizam em casa (SORJ, 2008).

Para isso, pode ser necessário construir novos espaços de diálogo na família, na comunidade e também nos demais espaços de atuação em que a desigualdade de gênero se faz presente, para que homens e mulheres possam compreender, construir e distribuir novos papéis e lugares, porque uma vez que as mulheres passem a se incluírem novos papéis, inclusive na esfera produtiva, afetará diretamente os papéis masculinos nesse mesmo lugar.

Não incluir os homens nesse diálogo de problematização das relações sociais de gênero, provoca uma guerra de força, na qual as mulheres em desvantagem estão tendo que arcar, algumas vezes com violência doméstica. A construção da igualdade de gênero passa pela construção de novos papéis tanto femininos, quanto masculinos.

Existem diversos exemplos de dominação patriarcal entre os camponeses dos assentamentos nos dias atuais. Esse é o caso da titularidade e o acesso a terra se dá de forma

desigual, de modo torna-se um item que merece atenção às desigualdades de gênero nos assentamentos. Portanto, por que na maioria das vezes o homem permanece como titular da terra?

Os estudos de Deere e León (2002), que tratam sobre direitos a terra e propriedade da terra na América Latina, nos trazem algumas respostas acerca desse questionamento ao verificarem que a propriedade e o caso a terra é principal fator de sobrevivência no meio rural. Contudo, no mesmo processo, os estudos comprovam a exclusão das mulheres dos direitos de propriedade:

Demostramos que a desigualdade de gênero na posse da terra é devida à preferência masculina na herança e no casamento, a preconceitos masculinos em programas estatais de distribuição de terras, onde a mulher tem menos probabilidade de ser compradora do que o homem [...] os direitos á terra preferencialmente atribuídos a homens chefes de família. (DEERE; LÉON, 2002, p.29).

As autoras mostram que, na herança, os filhos homens têm mais possibilidades de receberem terras que as filhas mulheres, pois se acreditam que eles darão continuidade as atividades do campo, enquanto as filhas ficam com as tarefas de casa, ou seja, nesse caso confirma-se a tendência dos papéis de gênero:

O Estatuto da Terra das 1964, a legislação sobre a reforma agrária vigente até 1985, deu prioridade chefe de famílias maiores que quisessem dedicar-se às atividade agrícola. Esses critérios discriminavam as mulheres, uma vez que, segundo as normas culturais, se um homem reside na casa, ele é sempre considerado seu chefe, uma norma apoiada no Código Civil de 1916 até que também foi modificada pela reforma constitucional de 1988. O critério do tamanho da família foi desfavorável à mulher chefe de família, uma vez que, por definição, são menores do que as famílias chefiadas por homens, dadas a ausência de um adulto na primeira. Além disso na seleção dos beneficiários, o INCRA aplicou um sistema de pontuação através do quais homens de idade ente 18 e 60 anos eram premiados com um ponto, ao passo que as mulheres desse grupo de idade eram premiadas com somente 0,75 pontos, sendo a discriminação pelo sexo mantida para os filhos [...] Os critérios em relação à quantidade de experiência no trabalho agrícola também discriminavam todas as mulheres, uma vez que o trabalho agrícola das mulheres [...] tem sido bastante invisível e desvalorizado [...] (DEERE; LÉON, 2004, p.184)

Como nos mostra a citação acima, as políticas direcionadas a mulher, no que diz respeito ao acesso a terra não são neutras em se tratando de gênero. Entretanto, os primeiros passos para acesso a equidade de gênero teve início na Constituição de 1988, principalmente no artigo 189, onde consta que o título de propriedade pode ser atribuído ao homem, à mulher ou a ambos, independente do estado civil.

A princípio a titulação conjunta, não teve um caráter de obrigatoriedade no Brasil, o que dificultou a garantia de direitos das mulheres à propriedade da terra, tornando sua prática mais fácil. Medidas que, ao serem respeitadas, segundo Deere e Léon, poderiam provocar mudanças nas relações de gênero colaborando para “empoderamento” das mulheres.

Na América Latina [...] os direitos independentes a terra [...] estão associados a um crescimento no poder de barganha da mulher dentro da família e da comunidade e à autonomia econômica da mulher, fatores que contribuem para seu empoderamento e promovem o seu bem-estar e de seus filhos. (DEERE; LÉON, 2004, p.36).

O termo “empoderamento” empregado pelas autoras está ligado a vários outros fatores, que transpõem a aquisição da propriedade da terra. Esses fatores estão assentados também na autonomia das mulheres, adquirida à medida que desenvolvem o respeito por si mesmo, pela sua valorização e pela conscientização sobre o lugar que ocupam na sociedade, até alcançar seu objetivo fundamental: a igualdade real entre homens e mulheres.

O Estado adota mecanismos com relação à distribuição de terras, e esses mecanismos estão relacionados ao trabalho, à família, à educação, aos direitos, às oportunidades, entre outros. Mas apresentam discrepância entre igualdade formal e igualdade real entre homens e mulheres, criando obstáculos para que o empoderamento seja de fato concretizado.

Menegat (2009) aponta que a participação apenas da titulação da terra não caracteriza empoderamento efetivo das mulheres, caracterizando apenas o empoderamento ilusório, uma vez que a administração da propriedade pode continuar exclusivamente do homem. Nesse sentido, cabe ressaltar que a participação das mulheres no que se refere à titulação da terra necessita vir acompanhada de suas participações nos processos decisórios, assim poderão iniciar de fato o empoderamento, o qual teve início como um “processo de inclusão” das mulheres na reforma agrária, a partir de suas lutas nos movimentos sociais.

Lutas e mobilizações que tiveram início na década de 1970, se estendendo para décadas posteriores, principalmente a partir da Constituição de 1988, quando as mulheres conquistam a representação pelo Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), fundado em 1989, composto por mulheres com experiências em outros movimentos, com objetivos diretos: questões pertinentes à saúde da mulher, à regulamentação dos direitos da aposentadoria que foram garantidos pela Constituição, participação da mulher do campo nos sindicatos e cooperativas (BRUMER, 2004).

Continuaram promovendo encontros na década de 1990, com reivindicações e marchas pelo país, ficando conhecida como “Marcha das Margaridas” em prol dos direitos a

terra e a participação na reforma agrária. Conquistando em 1993, o direito de participar da eleição da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que adotou sistema de cotas de 30% de líderes mulheres em todos os níveis: nacional, estadual, regional.

Outros movimentos sociais de grande importância no cenário nacional como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), contribuíram por meio de lutas, buscando visibilizar a importância do papel da mulher no desenvolvimento espaço agrário, no que diz respeito à reforma agrária.

Nesse sentido, na visão de Deere (2004), os avanços dos direitos da mulher a terra se deram efetivamente a partir da segunda parte da década de 1990. Nesse momento o MST iniciava a abordagem das discussões de gênero. Em 2000, as mulheres, por meio de seus movimentos e organizações, reivindicaram políticas públicas de reforma agrária e a titulação conjunta da propriedade e/ou que o título fosse conferido à mulher quando ela fosse solteira. No ano seguinte, o Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) criou o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF MULHER) com destino exclusivo as mulheres.

A partir dos anos 2000, mais precisamente em 2002, o código Civil passou por alterações no que diz respeito à chefia compartilhada e, com a nova legislação, as mulheres passaram a ter direito de se cadastrarem na Reforma Agrária e se serem reconhecidas como chefes de família e provedoras do lar. Em 2003, o INCRA tornou obrigatória a titulação de terra em nome da mulher quanto do homem, nos casos de casamento e união estável, e/ ou à mulher, na ausência do companheiro, ou ao homem da companheira.

Para Deere e Léon, a criação do Pronaf Mulher, o acesso a terra, a chefia compartilhada e os outros direitos ligados à propriedade da terra, são mecanismos de empoderamento das mulheres do campo:

Para as mulheres do campo, a posse da terra é a melhor garantia de que elas são capazes de suprir, pelo menos em parte, as necessidades alimentares de sua família. Além, disso, a posse é frequentemente um requisito para aumentar a produtividade das mulheres, já que age como mediadora para seu acesso ao crédito e a outros serviços. A posse da terra também melhora na posição de retaguarda das mulheres no casamento e lhes dá maiores opções matrimoniais. Ao aumentar o poder de barganha das mulheres, a posse da terra está também associada ao papel de maior importância das mulheres na tomada de decisões quanto à família e à propriedade. Não há quase dúvida de que um aumento maior no poder de barganha das mulheres seria necessário para empoderá-las, para mudar as relações de gênero e alcançar a verdadeira igualdade entre homens e mulheres. (DEERE; LÉON, 2004, p.411-412).

De acordo com Deere e León (2002), o alcance do Pronaf Mulher contribui para uma maior autonomia das mulheres, pois, com o recurso financeiro, elas podem investir em seus projetos, como por exemplo, o da criação e frangos semicaipiras e/ ou de melhorar as instalações da associação, onde se encontra a agroindústria, que fazem os pães, os doces e os artesanatos. Esse processo também proporcionaria a autoestima das mulheres do assentamento. Processo semelhante ocorreu com as mulheres da AMAJU

O empoderamento depende de um conjunto de processos e, assim não pode ser definido unicamente pelo viés das linhas de créditos, pois, segundo Cordeiro (2006), abrange outros processos como: confiança, respeito, ideias, opiniões, aprendizado, conquistas, liberdade de ir e vir, vínculos interpessoais, luta por direito, entre outros.

A partir das análises e de resultados expostos, pode-se destacar que o modelo patriarcal e seus mecanismos excludentes, como a “divisão sexual do trabalho” são fatores que colaboram para desigualdade de gênero, especialmente por colocarem papéis distintos a homens e mulheres. Dessa forma, constrói-se uma barreira entre dois mundos: Barreira essa que, apesar de transponível, até os dias atuais não foi possível romper completamente com suas estruturas.

Entretanto, é preciso mencionar que nem sempre as mulheres não foram vítimas indefesas do patriarcado, em vários momentos arquitetaram suas resistências. “O fato de o patriarcado ser um pacto entre os homens não significa que a ele e as mulheres não ponham resistência [...] sempre que há relações de dominação-exploração há resistência, há luta [...]” (SAFFIOTI, 2004, p. 130). A participação das mulheres nos movimentos sociais, nas organizações sociais, nos acampamentos e nos assentamentos é entendida como formas de resistências.

Vale destacar que, tanto a divisão sexual do trabalho, quanto o sistema patriarcal, não são os únicos responsáveis pela desigualdade de gênero. É importante reconhecermos as particularidades de cada assentamento, de cada região e de cada cultura.

A AMAJU representa para as mulheres associadas uma forma de resistência, pois a partir da organização da associação obtiveram consideráveis melhorias na qualidade de vida e também aumento na renda das mulheres e suas famílias, bem como na sua participação social e política.

1.2 O CAMPESINATO NO PROCESSO DE EXPANSÃO DO CAPITAL

Para que tenhamos uma melhor compreensão do processo de organização de mulheres no Assentamento Juncal, que é o principal objetivo dessa dissertação, é necessária discussão do conceito de campesinato, pois as teorias utilizadas como base teórica defendem um campesinato organizado e resistente frente os avanços do capitalismo.

A abordagem sobre o campesinato se faz necessária por tratarmos das mulheres camponesas do Assentamento Juncal que se organizaram em Associação, ou seja, as mulheres em questão são portadoras de um conteúdo de gênero e que também pertencem a uma classe, ou seja, classe camponesa. Por isso consideramos que se trata de mulheres camponesas, há necessidade de um olhar na perspectiva de classe, além de gênero.

O processo de expansão do capital traz em seu núcleo transformações diversas na organização espacial. Pensando no campo brasileiro, essas transformações têm sido cada vez mais persistentes e notáveis. Desde a Lei de Terras de 1850 que instituiu a propriedade privada da terra, houve dificuldade de acesso daqueles que sempre estiveram à margem na apropriação pela conquista desse meio de produção.

As contradições inseparáveis do desenvolvimento capitalista estão presentes nos mais diferentes lugares do país, e no Estado do Mato Grosso do Sul de forma mais notável e intensa. A longa e duradoura aliança entre capital e Estado materializado nos incentivos à grande propriedade pode ter sido a principal causa dessas disparidades no meio rural no que diz respeito à questão fundiária do Estado.

Ao analisarmos de um modo geral, o dado dos censos agropecuários 2017 é possível observar que, no que diz respeito à área total dos estabelecimentos rurais no Brasil, houve um aumento de 5% em relação a 2006. Nota-se também a diminuição de 2% da área total desses estabelecimentos. Numa visão panorâmica, esses dados automaticamente nos passam a impressão de uma leve desconcentração de terras, no entanto, vejamos que a participação dos estabelecimentos acima de 1.000 ha na área total, passou de 45% para 47,5% enquanto 4.152 unidades entre e 100-1000 ha foram subtraídas.

Tabela 01- Brasil: Distribuição de estabelecimentos rurais segundo a dimensão -2017

Classe Área Total (ha)	Nº de estabelecimentos	Área Total (ha)	% Da área ou dos estabelecimentos
De 0 a menos de 10ha	2.543.778	7.989.114	50,15
De 10 a menos de 100ha	1.979.915	63.783.346	39,04
De 100 a menos de 200ha	218.576	29.355.325	4,31
De 200 a menos de 500ha	146.877	44.809.304	2,89
De 500 a menos de 1000ha	54.683	37.864.983	1,07
De 1000 a menos de 2.500ha	34.185	51.600.088	0,67
De 2.500 a menos de 10.000ha	14.280	63.027.750	0,28
Acima de 10.000	2.400	51.823.420	0,04
Produtor sem área	76.671	-	1,51
Total	5.071.365	350.253.330	

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017, adaptado pelo Autor.

A concentração da posse da terra implicou na expulsão de muitas famílias camponesas. Entretanto, é notável a resistência dos sujeitos sociais que a partir de suas lutas continuam no campo. Eles preservam sua propriedade, a produção familiar e o seu modo de vida, e exercem representatividade na produção de alimentos para a sociedade. São exemplares os camponeses dos assentamentos de sem-terra, no caso o Assentamento Juncal, tema central dessa pesquisa.

O campesinato tem sido tema de constantes debates acadêmicos no que diz respeito a sua resistência ou ao seu desaparecimento. Alguns autores como Kautsky (1980) e Lênin (1982) previam o fim do campesinato diante da expansão do capitalismo. Kautsky (1980) acreditava no prevalecimento de duas classes, sendo uma burguesa e a outra proletária. Ele defendia o desaparecimento das relações camponesas, com a intensificação do processo de expansão da industrialização do campo. Por outro lado, Lenin (1982) acreditava que esse processo de industrialização do campo transformaria alguns camponeses em capitalistas e outros em proletariados.

Na percepção de Chayanov (1974), há uma permanência do campesinato na maioria dos países. Cabe ressaltar que a análise do autor foi feita na Rússia, mas podemos utilizá-la com referência teórica para qualificar e analisarmos os dados aqui contidos. Segundo o autor, a análise dessa exploração camponesa deve ultrapassar a lógica econômica empresarial. O autor também propõe uma teoria que explica a unidade camponesa a partir da análise interna, das especificidades baseada no trabalho do próprio produtor e de sua família.

Shanin (1980) é outro autor que analisa o campesinato a partir de sua resistência e seu modo de vida. O autor entende inclusive, que a mobilidade espacial dos camponeses se constitui como parte da sua resistência:

O que se quer dizer realmente é que os camponeses apresentam uma especificidade de características sociais e econômicas que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem. Quer dizer também que a história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia (SHANIN, 1980, p. 69).

Assim, o camponês é capaz de sobreviver a diferentes sistemas de sociedades, devido as suas especificidades, no entanto não devemos reconhecê-lo descolado do sistema capitalista, embora observassem que Chayanov (1974), discorda dessa análise.

Oliveira (2001) assevera que o sistema capitalista se reproduz a partir de relações contraditórias, classificando o campesinato como resultado destas relações. O camponês não está colocado fora do sistema capitalista, mas se reproduz de modo específico, dado significado do seu meio de produção que é a terra.

Sob a mesma lógica e entendimento os autores, Mizusaki (2009), Oliveira (1981, 2003, 2004, 2007), buscam reafirmar o camponês enquanto classe, enquanto sujeito social de modo específico intrínseco ao sistema capitalista. Mizusaki (2009), Oliveira (1981, 2004, 2007), discordando com a ideia de Abramovay (1992), por exemplo, que entende e defende o camponês modificado e transformado em Agricultor Familiar pelo sistema capitalista. Dessa forma, ao contrário do entendimento dos autores marxistas que defendem a recriação do campesinato mediante o desenvolvimento desigual e combinado do capital, Abramovay (1992) e Lamarche (1998), seguem o entendimento da evolução do camponês para agricultor familiar concomitantemente à evolução do sistema capitalista.

Nesse enfoque, buscamos encadear ideias com autores que trabalham na perspectiva da recriação do campesinato no contexto desigual e contraditório na expansão das relações capitalistas no campo. Nesse contexto é possível compreender a produção familiar inclusive à agroindústria familiar, como o caso das mulheres camponesas do Assentamento Juncal como parte da resistência camponesa.

Desse modo, buscamos entender a relação de trabalho na produção camponesa, partindo do antagonismo no processo de produção da renda. Encontramos aparato teórico em Martins (1981), Oliveira (1994). Esses autores caracterizam a circulação da mercadoria na produção camponesa como característica específica, para eles o movimento configura-se em

M-D-M (mercadoria – dinheiro – mercadoria), ou seja, o camponês produz e vende para adquirir aquilo que não é produzido por ele. Martins (1981) ressalta a diferenciação do significado da terra para o camponês e para o capitalista. Segundo esse autor a terra para o camponês é terra de trabalho, enquanto que para o capitalista, é terra de negócio.

Com base na tese, da contradição do capital, de existência de relações não capitalistas, cabe enfatizar a resistência camponesa no Estado de Mato Grosso do Sul, que perpassou desde o período colonização, os domínios dos coronéis, as ações Estaduais de integração nacional e planos desenvolvimentistas, até a expansão do capital industrial que participa da reconfiguração territorial no campo Sul mato-grossense, onde fica evidente que a luta pela posse da terra e a permanência nela caracteriza em controle territorial.

A discussão sobre o conceito de território se faz necessário para compreensão da importância da posse da terra para esse indivíduo, que cada vez mais sofre com o avanço do agronegócio frente à agricultura camponesa, ou seja, não podemos negar que o poder está na posse da terra e conseqüentemente a posse do território resulta em resistência.

Nesse contexto, a conceituação de território parte da concepção de Raffestin (1993), que tem o território como posterior ao espaço, sendo sua produção mediatizada pelas relações de poder. O poder contido nessas relações está presente em todas as relações e esferas do território, não restringe somente ao Estado. Desse modo, as ações realizadas pelos atores sociais, são responsáveis por territorializar o espaço, sejam elas assimétricas ou dessimétricas. Nesse contexto, o autor argumenta, *“onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder”* (RAFFESTIN, 1993, p.53).

A multidimensionalidade é peça chave na conceituação Raffestiniana do território. Segundo ele, as superfícies (tessituras), pontos (nós) e redes são responsáveis pela integração e a coesão dos territórios, os quais são produzidos por diversos atores, desde o Estado até o indivíduo em diferentes escalas. Sua produção demanda a combinação de informações no sistema sêmicos composto por códigos e Símbolos. Além disso, defende a existência de várias representações territoriais de acordo com os autores que as produzem, dada a sua função ideológica.

Desse modo, considera-se expansão do capitalismo como base para as modificações territoriais. A expansão do capitalismo no campo ocorre a partir da apropriação da terra e da modernização da agricultura, considerada, segundo como Graziano da Silva (1980) conservadora e dolorosa A modernização conservadora, inserção das técnicas e tecnologias no

campo para alta produtividade, caracterizam o processo de reestruturação produtiva a partir da década de 1950, representado pelo agronegócio. Esse processo promovido pela expansão do capital produz relações contraditórias que idealizam o sistema capitalista e de certo modo (re) produz sujeitos sociais inerentes a ele, porém não capitalistas. Deste modo, a partir do avanço do agronegócio acontece a desterritorialização do camponês.

Os camponeses, como sujeitos sociais, são considerados por Oliveira (2007) resistentes e buscam estratégias para sua manutenção no campo em meio à perversidade do sistema capitalista. Nesse sentido, o autor considera o camponês como resultado da contradição no desenvolvimento capitalista, pois ele é ao mesmo tempo o sujeito não capitalista reproduzido dentro do território do Capital.

Assim, integrantes da região capitalista, lutam e resistem por sua permanência no campo, cercados pela monopolização do território realizado pelo capital industrial, que ao mesmo tempo em que subordina a renda da terra e limita relativamente à autonomia da produção camponesa, possibilita estratégias para sua (re) produção.

Oliveira (2007), afirma que o capital industrial encontrou no campo o caminho para a apropriação da renda da terra produzida pela unidade familiar, essa apropriação se dá no processo de subordinação da produção à circulação. Nesse sentido, Mizusaki, (2003) ao analisar as relações de trabalho no viés do capital industrial na produção de frangos (avicultura) argumenta que esse capital não se reproduz homoganeamente conforme sua lógica.

Desse modo, entende que dada essa heterogeneidade outras formas sociais são produzidas a partir da mobilidade social. Essa mobilidade social consiste no deslocamento dos sujeitos sociais no território. Nessa ação, ora o camponês é expropriado, ora se (re) produz sob outra condição social, mas, mantém a unidade de produção de base familiar, fazendo assim um movimento migratório, exemplificado como o que ocorreu com a vinda dos imigrantes da região Sul do Brasil para a região Centro- Oeste.

Nesse contexto, os autores como Gressler (1988) Queiroz (1997,) Oliveira (1997), Corrêa (2006), Campestrini (2009), ao resgatarem geograficamente o processo histórico do povoamento da Região sul Mato-grossense, aponta os enfrentamentos dos camponeses imigrantes, na busca pela terra e a partir dela os seus meios de vida, incentivados pelo programa desenvolvimentista do Estado Novo, conhecido como Marcha para o Oeste. Abreu (2014), muito bem enfatiza o papel do Estado nas suas estratégias de Colonização atrelado à visão desenvolvimentista, que culmina na reconfiguração socioterritorial sul mato-grossense,

tendo como a principal característica a grande propriedade voltada para produção alimentando o agronegócio, que por sua vez exclui o camponês.

Dessa forma, é na perspectiva de estratégia de resistência que se centra o nosso objeto de estudo em que a agricultura camponesa permanece na unidade produtiva, produzindo de forma artesanal alimentos que são comercializados com intuito de agregar renda às famílias pertencentes ao assentamento em questão. Nesse sentido, a abordagem referente à organização das mulheres do Assentamento Juncal em torno da AMAJU, trata-se de resistência camponesa nos movimentos sociais, e serão abordados no capítulo 3 dessa dissertação.

A resistência camponesa ocorre também na esfera da produção e circulação dos produtos. O beneficiamento de matéria prima, de produtos agrícolas ou não pelos camponeses, com o uso da mão de obra familiar no Assentamento Juncal é aparte do processo de resistência camponesa. Assim, emerge uma “Agroindústria Camponesa” que pede interpretação. A agroindústria camponesa consiste no espaço físico empregado para o beneficiamento e/ou processamento de matérias-primas agropecuárias onde o destino final da produção é a comercialização, visando aumentar o valor agregado do produto final.

Nesse sentido, Mior (2005) define agroindústria camponesa, como uma forma de organização em que a família do campo produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo a produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Desse modo, essa atividade se constitui como alternativa para a permanência dos “agricultores familiares no ambiente rural”.

Chayanov (1974) é outro autor que fundamenta discussão sobre beneficiamento de matérias-primas pelos camponeses, referindo-se inclusive as atividades não agrícolas como parte da resistência camponesa:

Trata-se de atividades artesanais e comerciais que fornecem uma remuneração muito mais elevada por unidade de trabalho. Com sua ajuda pode-se obter ganhos maiores com menos esforço, e a família prefere ajustar o equilíbrio básico entre consumo e desgaste da força de trabalho principalmente por meio da ocupação em artesanato e comércio. (CHAYANOV [1974], p. 120)

Sulzbacher (2005, 2007), refere-se à Agroindústria Familiar Rural (AFR), em seus estudos como espaço de resistência camponesa. Segundo ela; a AFR reforça os laços familiares, visto que a cultura e a história da família estão impregnadas no produto, e passa a ser valorizada e expandida para a população urbana.

Apesar da possível interpretação da Agroindústria Camponesa na perspectiva de resistência, existem autores tais como Schneider (2004), Abramovay (1990), dentre outros, abordam a Agroindústria entre os pequenos agricultores como um apêndice da indústria capitalista ou um subsistema do agronegócio. Desse modo, entendemos que a análise desses autores está voltada mais para uma visão economicista fundamentada no “paradigma do capitalismo agrário”. Os autores defendem a pluriatividade como estratégia de reprodução social e econômica das famílias rurais.

Embora os autores não tragam o conceito de resistência camponesa é evidente que a permanência no campo e a realização atividades voltadas à produção artesanal e inserir esses produtos no mercado para agregar renda para sobrevivência da unidade produtora família na perspectiva da camponesa

Dessa forma, o arranjo teórico atrelado à nossa observação empírica nas pesquisas de campo, é possível entender as relações camponesas na indústria doméstica, com olhar voltado para as estratégias de resistência camponesa.

CAPITULO II

2 A QUESTÃO AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL

A questão agrária está relacionada à existência de um problema estrutural na agricultura. Destaca-se como problema estrutural a apropriação e posse concentrada da terra, o que se desdobra em conflitos agrários diversos. O Estado de Mato Grosso do Sul possui uma estrutura fundiária altamente concentrada originada desde passado distante e tem sido responsável por conflitos entre camponeses sem-terra e latifundiários do agronegócio, principalmente.

Nesse contexto de apropriação concentrada da terra e surgimento dos sem-terra que devem ser entendidos os assentamentos de reforma agrária, bem como a organização dos assentados, como é o caso das mulheres camponesas do Assentamento Juncal em Naviraí, que se organizaram na AMAJU (associação das mulheres do assentamento Juncal)

2.1 A POSSE DA TERRA NO SUL DE MATO GROSSO DO SUL

A estrutura fundiária do Mato Grosso do Sul tem como principal característica a presença de grandes propriedades rurais destinadas à pecuária de corte, principalmente. Essa particularidade do espaço agrário destaca-se como característica de essencial importância e, como tal, caminho imprescindível para aquele que busca compreender a dinâmica agrária desta região do Estado à concentração da propriedade da terra em Mato Grosso do Sul surgiu em passado distante e intensificou-se nos dias atuais.

Dessa forma, observar-se, a partir dos dados atualizados da estrutura fundiária concentrada de Mato Grosso do Sul. Conforme tabela abaixo.

Tabela 02 - Estrutura Fundiária de Mato Grosso do Sul – 2014

Classe Área Total (ha)	Nº de Imóveis	%	Área Total (ha)	%
Menos de 200	65.494	69,92%	2.783.542,71	7,18%
De 200 a 500	12.215	13.05%	3.942.123,13	10,16%
De 500 a 1000	7.182	7,66%	5.070.926,01	13,08%
Acima de 1.000	8.77	9.37%	26.983.441,78	69,58
Total	93.668	100%	38.780.033,63	100%

Fonte: INCRA/SNCR (2014 apud NARDOQUE; MELO; KUDLAVICZ, 2018).

Neste sentido, é possível afirmar que o Estado de Mato Grosso do Sul possui uma grande desigualdade na distribuição da terra. Essa desigual distribuição originou-se a partir da participação de oligarquias regionais que se ergueram no poder a partir da propriedade da terra. Levando em consideração a desigualdade na distribuição das terras existentes no Estado, houve luta pelo acesso à terra a partir da criação de movimentos sociais que pleiteiam esse acesso por meio da Reforma Agrária.

Desse modo, a constituição de movimentos sociais de luta pela terra teve origem na desigualdade da distribuição dos recursos territoriais do estado. A maior parte das propriedades está nas mãos do agronegócio, que estabelece as regras do mercado de terras no Estado e limita o acesso a produtores de cunho familiar. À população de origem rural é designada a função de compor um exército de reserva, como forma de assegurar a obtenção de mão de obra pela indústria.

Para melhor compreensão de como se deu a concentração de terra no Estado de Mato Grosso do Sul faremos um breve histórico com a partir de autores como, Arruda (1997), Brand (1993), Fabrini (2008), Queiroz (2004, 2008), Albanez (2013), Figueiredo (1968), Lenharo (1986) e Foweraker (1982) que discutem o desdobramento do projeto que desencadeou na colonização do Estado, referindo-se sobre o projeto intitulado Marcha para Oeste, desenvolvido pelo Governo Federal, no Estado Novo. A Marcha para Oeste teve como resultado a ocupação capitalista da terra, povoamento de não indígenas e colonização do sul do Mato Grosso na fronteira Brasil- Paraguai.

As iniciativas de construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) de Campo Grande a Porto Esperança em Corumbá e o Ramal de Ponta Porã, bem como a criação do Território de Ponta Porã e da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) tiveram como objetivo nacionalizar as fronteiras e desestruturar a Matte Laranjeira para povoar a região. Porém, para realizar essas obras, o governo Vargas enfrentou barreiras locais, tendo como a barreira mais difícil à própria Matte Laranjeira, uma vez que ela monopolizava o arrendamento das terras devolutas povoadas por ervais.

Nesse sentido, a discussão sobre a Matte Larangeira se faz necessária, pois ela monopolizou a posse da terra na região Sul do Mato Grosso do Sul, impedindo a expansão da pequena agricultura. Vale lembrar que a Matte Larangeira surgiu com o fim da Guerra da Tríplice Aliança. Thomaz Laranjeira participou da demarcação do limite entre os dois países como fornecedor de alimentos a comissão de marcadora. Ao verificar a existência dos ervais nativos e o potencial econômicos destes, tratou logo de solicitar licença de explorá-los, tendo

conseguido permissão do Governo Imperial pelo Decreto nº 8.7999 de 09 de Dezembro de 1.882 (ARRUDA, 1997, p.30).

É importante ressaltar que a área dos ervais era habitada pelos indígenas desde antes da chegada dos espanhóis. Com a instalação da empresa ervateira, estes sofreram impacto, pois as convicções à Companhia atingiram em massa o território dos Kaiowá e Guarani (BRAD, 1993, p. 39).

Ocorreu que no território dos ervais havia uma área de 300.000 hectares reservada para colonização desde 1923, mas com a Matte exercia controle e decidia sobre a entrada e fixação de migrantes, ou seja, a quem chegasse à área ervateira era recomendado se fixar no campo onde existiam ervais. Desta forma, o parcelamento das terras proposto por Generoso Ponce foi sendo adiado.

O projeto de povoamento foi idealizado com objetivo de integrar as áreas consideradas frágeis politicamente. Discursando no Estado de Goiás, Vargas disse, “precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas” (VARGAS, 1940, p. 31-32).

Conforme ARRUDA (1997, p. 29), no início da década de 1940, o Governo Federal solicitou ao Governo Estadual a liberação da terra reservada para colonizar. No entanto, o pedido foi indeferido. Diante disso, o governo Vargas agiu, autoritariamente, por meio do Decreto- Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943 e criou a Colônia Agrícola Federal de Dourados (CAND). Nela foram distribuídos oficialmente 8.800 lotes de terra a trabalhadores rurais, considerados pobres, originários de vários estados brasileiros. A partir de então, a fronteira agrícola, foi expandida e nacionalizada, concretizando o projeto nacionalista a Marcha.

Para tanto, com a intensão de dar continuidade a seu plano e colonizar a região por meio da CAND era necessário enfraquecer o poder da Companhia Matte Laranjeira para que o projeto de Vargas de colonizar a fronteira fosse executado. As adotadas políticas de colonização do governo Vargas, no Estado Novo, orquestradas para ocupar o Centro-Oeste brasileiro, teve como slogan *Marcha para Oeste*.

Anunciar que os espaços estavam vazios foi uma das estratégias do Governo Federal. Vale lembrar que já habitavam a habitavam a região os indígenas Guarani e Kaiowá desde antes da chegada dos espanhóis no século XVI. Além dele, os posseiros e a Companhia Matte

Laranjeira, que se instalaram após a Guerra da Tríplice Aliança. Portanto, o anúncio de que os espaços estavam vazios não condizia com a real situação da região.

Na segunda década de do século XX, o território indígena ficou reduzido a 3.000 hectares de terra. Com a redução da terra os indígenas ficaram privados de coletar alimentos nas terras ervateiras e muitos se submeteram aos trabalhos nos ervais. A inclusão da mão-de-obra indígena nas atividades ervateiras, de certa forma, foi importante para Companhia, uma vez que esses eram possuidores de conhecimento sobre a região.

Cabe lembrar que, segundo Arruda (1997), mão-de-obra predominante na produção ervateira era composta de trabalhadores oriundos do Paraguai. Para Lenharo (1986, p. 64), “A Matte atuava como tampão para subida de migrantes oriundos do sul do país” Além de arrendar extensas áreas variavelmente em torno de mais de um milhão de hectares, a Matte era proprietária de vastas extensões de terra (FOWERAKER, 1982, p. 134). Conforme Arruda (1997, p. 55), no município de Ponta Porã, a Matte seria proprietária de 300.000 hectares e arrendatária de 1.300,000 hectares. O contrato de 1890, que regulamentava a instalação de quem quisesse adquirir terra nos arredores dos ervais, numa de suas cláusulas reza o seguinte:

É obrigado a zelar e fazer zelar por seus propostos às matas e os heruaes de modo que sejam conservados no melhor estado possível, não permitindo que estranhos ali se estabeleçam sem autorização legal ou qualquer forma destrua as matas e os heruaes vizinhos (ARRUDA, 1997 p. 34).

Nota-se que atuação da Companhia Matte Laranjeira era de controle do espaço geográfico, principalmente, onde existiam os ervais. Isso permite interferir que o anúncio de suprimir os vazios demográficos que pautavam a política de nacionalização e colonização do Estado Novo foi estratégico. Isso porque “assim como a ‘Marcha para Oeste’ teve significado de deslocamento da ação política, a imagem de ‘sertão vazio’ procurava também esconder aquelas complexas relações de poder” (ARRUDA, 1997, p. 129).

Cabe esclarecer que o “poder” político econômico exercido na região dos ervais polos donos da Companhia se consistiu com a entrada dos Murtinho como acionista da empresa em 1892. Isto porque eram políticos articulados com o governo central. Manoel José Murtinho foi o primeiro presidente do Mato Grosso, além de ser amigo, era médico de Floriano Peixoto, então presidente do Brasil, essa estreita ligação foi fundamental para colocar em prática os interesses da Companhia.

Ademais, ampliaram a área de arrendamento, garantindo assim o controle sobre as terras ervateiras. O contrato, ajustado em Cuiabá a 02 de agosto de 1894, levou assinaturas do

Dr. Manuel Murtinho, como presidente do Estado; Dr. Francisco Murtinho, representante do Dr. Joaquim Murtinho, Presidente da Empresa arrendatária (CORREA FILHO, 1969, p.591-619, apud ARRUDA, 1997:29).

Concluir-se que se não fosse à influência política dos acionistas, possivelmente a referida empresas não teria conseguido chegar aonde chegou. Até porque os indígenas, os posseiros, os produtores independentes e alguns políticos, por sua vez, não concordavam com o monopólio exercido pela Companhia Matte Laranjeira.

Porém, as relações de poder eram desigual quando se tratava de disputa entre os que não tinham influência política e os que tinham. Isto ficou evidente quando Murtinho formou a coligação com Generoso Ponce e depuseram Antonio Maria Coelho em uma ‘revolta armada’:

Com esse novo grupo do poder, as relações entre o público e o privado estreitou-se ainda mais. Reforçou-se o uso do poder privado para se chegar ao domínio da coisa pública e, esse domínio serviu para aumentar ainda mais o poder privado de seus detentores (ARRUDA, 1997, p. 33).

De certa forma, foi à fusão entre o público e o privado que preocupava o Governo Vargas. No início de seu governo, na década de 1930, foram tomadas algumas medidas no sentido de pôr limite à Matte. Entre elas, o governo criou em 1931 Conselhos do Matte, taxou o quilo do produto da erva-mate para exportação incentivou os produtores do Estado do Paraná e de Santa Catarina.

No entanto, essas medidas não foram suficientes para desestruturar a empresa, cuja permanência impossibilitava o parcelamento territorial, pois a liberação da área reservada para colonizar dependia do poder público que, por sua vez, se confundia com o poder privado.

Diante disso, a desestruturação da referida Companhia foi sendo adiada até a nova organização do poder central do Estado Novo arregimentado por Vargas. A partir da oficialização da Marcha para Oeste, o sul do Mato Grosso, considerado desprotegido militarmente, tornou-se alvo fácil de ser atingido, para nele implementar projetos que garantissem coincidir as fronteiras políticas com as fronteiras econômicas.

Embora o cerco à Companhia tenha se iniciado em 1930, quando o Governo Federal tomou certas medidas em relação à produção e comércio da erva-mate, somente anos mais tarde após o término do Governo Provisório e com a centralização do governo se conseguiu impedir a renovação de novo contrato de arrendamento das terras de região de fronteira. A nova Constituição, outorgada em 1937, proibiu a concessão de terras, numa faixa de 150 quilômetros das fronteiras brasileiras (GUILLEN, 1996, p. 41).

Os donos da Companhia sempre acreditaram renovar o contrato de arrendamento e insistiam no propósito de continuarem arrendatários oficialmente autorizados. Porém, em 1941, atenderam às recomendações da Comissão de Faixa de Fronteira e do Conselho de Segurança Nacional, Vargas não autorizou a renovação do contrato de arrendamento à Companhia Matte Laranjeira (QUEIROZ, 2008).

Observa-se que a oposição por parte do governo Vargas, revelava que os donos da Matte não entenderam a política de nacionalização do Estado Novo. Daí, entender que, por certo, o anúncio de ocupar os espaços considerados vazios foi estratégico, pois o fato de os donos da Matte insistirem em permanecer explorando os ervais demonstra a crença no poder político para continuar exercendo a exploração da erva-mate:

Foi o discurso veiculado pela ‘Marcha para Oeste’ de que o ‘sertão era vazio’ que marcou o fim do seu poder mas no contrário da imagem de espaço vazio que serviu para sustentar a política de colonização do Estado Novo e a região ervateira, o ‘sertão’, estava tomado de há muito por relações de poder. (ARRUDA, 1997, p 129).

O poderio exercido pela Companhia Matte Laranjeira, foi por várias vezes colocadas em cheque pelos imigrantes, sobremaneira pelos gaúchos, que defendiam seus interesses. Cabe ressaltar a eliminação da guarda aduaneira por Bento Xavier e Felipe Brun, que para Arruda, “foi o primeiro momento em que apareceu claramente a participação dos gaúchos em uma ação contra a Matte” (ARRUDA 2007, p. 49). Quando Vargas anunciou que o objetivo da Marcha era suprimir o “vazio demográfico”, a Matte se manifestou:

Ironicamente, a necessidade de se contrapor a proposta de uma nova organização espacial, baseada na pequena propriedade e de integrar à Nação, pretendida ‘Marcha para Oeste’ acabou por fazer a Matte Laranjeira anunciar seu discurso de ‘contribuição’ para o ‘progresso, nacionalização e civilização’ daquela região desmontada a imagem de ‘espaço vazio’ ao revelar a sua real ocupação. (ARRUDA, 1997, p. 129).

Faz-se necessário dizer que a Matte Laranjeira era considerada estrangeira para os contrários a permanência de na região. Embora o governo de Vargas tivesse negado a autorização para renovação do contrato de arrendamento à Matte em 1941, os donos da mesma relutavam usando a influência política no estado. Isto foi evidenciado quando, em 1942, o governo federal solicitou a liberação da área de terra para colonizar e teve o pedido negado. Essa decisão foi do poder público estadual foi decisiva para que Vargas tomasse uma medida autoritária e decidisse o destino da Matte Laranjeira. (ARRUDA, 2007, p.129).

Em vista da não renovação do contrato de arrendamento para Matte Laranjeira e com o objetivo de ocupar e incorporar a região de fronteira à dinâmica capitalista nacional, o Governo Federal criou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados CAND.

No Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, na área desmembrada pelo Decreto- Lei nº5. 812/43, o Governo do Estado Novo criou por meio do Decreto nº 5.941 de 28 de outubro de 1943, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). No projeto de assentamento, foram distribuídos oficialmente 8.800 lotes de terra de 30 hectares cada família consideradas pobres, que demonstrasse afinidades com atividades agrícolas.

O tamanho dos lotes foi delimitado pelo Decreto nº 3.059/41, onde deveriam conter de 20 a 50 hectares (deveria ser mantida uma reserva florestal equivalente a 25% da área total). As colônias estabeleciam ainda a fundação de uma sede, previa a instalação de indústrias de beneficiamento dos produtos agrícolas, florestais e animais, como também visava à organização de cooperativa destinada à compra e venda de produtos consumidos ou produzidos pelos agricultores.

Os lotes eram doados a cidadãos brasileiros, maiores de 18 anos, reconhecidamente pobres e aptos aos trabalhos agrícolas, que se comprometessem a morar nos lotes rurais. A preferência era dada para famílias com maiores números de filhos. Os lotes rurais ou urbanos, não poderiam ser vendidos, hipotecados, alugados, permutados, alienados, ou transferidos, antes da expedição do título definitivo de posse. Colonos imigrantes estrangeiros poderiam, excepcionalmente, ser aquinhoados, quando os seus conhecimentos especiais agrícolas servissem como exemplo. (OLIVEIRA, 1999).

Funcionários públicos, municipais, estaduais ou federais não poderiam receber concessões. Herdeiros ou legatários teriam o direito de receber o lote de terra em caso de falecimento do chefe da família ocupante. Seriam excluídos dos lotes os colonos que desvalorizassem a terra com excessivo desmatamento, ou não seguissem os critérios estabelecidos no interior do projeto.

Cada agricultor era responsável pelo zelo da limpeza de vales, valetas, além de contribuir para conservação das estradas e caminhos mais próximos. Os títulos definitivos seriam expedidos pela Divisão das Terras e Colonização, com dados de individualização e assinados pelo Presidente da República. (OLIVEIRA, 1999).

O título definitivo da terra seria concedido definitivamente mediante decreto executivo, quando todos os concessionários tivessem seus títulos definitivos expedidos, ou antes, se fosse conveniente. Ficava prevista ainda a cessão às cooperativas dos colonos de

instalações, máquinas, animais de trabalho e reprodutores após emancipação, através de regulamentação de concessão de Colônias Agrícolas emancipadas pelo Ministério da Agricultura. As benfeitorias da sede poderiam ser transferidas pelo Estado ou pelo Município, por meio de acordo com o governo da União, ou vendidas em concorrência pública.

Apesar de muitos assentados não terem conseguido permanecer na terra por conta de vários motivos, como o avanço das grandes propriedades e do agronegócio frente à agricultura camponesa, bem como a falta de incentivos ao pequeno agricultor para que ele permaneça na terra, na prática todos acabaram contribuindo para povoamento não indígena da região. Isto é, os imigrantes foram elementos essenciais para o Plano da Marcha para Oeste se consolidasse onde as fronteiras políticas não coincidiam com as fronteiras econômicas. No entanto, esses novos colonos se desconstruíram com progresso que resultou da sua ação, enquanto homens e mulheres que dispunham a enfrentar o desconhecido, à distância e a falta de recursos.

Embora os colonos tivessem sido beneficiados com os lotes da CAND, ainda sim muitos trabalhadores rurais não tiveram acesso à posse da terra. Assim deu-se origem a um grande contingente de despossuídos da terra que mais tarde se organizaram nos movimentos sociais de luta de pela reforma agrária

Cabe ressaltar aqui, que os colonos ou herdeiros remanescentes da CAND e que ainda moram nos lotes da antiga colônia são pequenos produtores e praticam uma agricultura diversificada. Aqueles que conseguiram acumular terra por meio de compra e formar médias propriedades produzem para abastecer o mercado consumidor da região e de outros estados.

Os que abandonaram ou venderam o lote moram em pequenas chácaras ou nas vilas e cidades da região e trabalham nos comércios, outros em indústrias e muitos em fazendas com diaristas. E ainda, alguns herdeiros dos antigos agricultores da CAND estão assentados nos projetos de assentamentos do Estado de Mato Grosso do Sul, implementados nas últimas décadas.

A acumulação capitalista concentradora de renda, capital e terra, provocou expropriação crescente de uma massa de trabalhadores, os quais procuraram se deslocar em busca condições dignas de trabalho e sobrevivência. Grande desses trabalhadores organizados nos movimentos sociais acabou por compor acampamentos às margens das estradas ou realizaram ocupações de terra que resultaram nos assentamentos rurais de reforma agrária.

2.2 COLONIZAÇÕES E A POSSE CAPITALISTA DA TERRA NO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ/MS

Durante as décadas de quarenta e cinquenta do século XX, no então Sul do Estado de Mato Grosso, ocorreu à colonização de várias áreas, fato este concretizado por iniciativa dos governos Federal e Estadual, como analisamos anteriormente, ao apresentarmos os processos de instalação da CAND na área em pauta.

No entanto, ao investigarmos aquele período, que mostra que houve encaminhamentos dados por empresas colonizadoras de cunho particular, ou por iniciativa de investidores que buscavam obter renda com a compra e venda de lotes. Dentre as empresas que operaram na área em pauta destaca-se: SOMECO: Sociedade de Melhoramento e Colonização que se fixou no município de Ivinhema; Companhia Viação São Paulo- MT, que ocupou áreas no município de Batayporã e Bataguassu, a Companhia Moura Andrade de Antônio Joaquim Moura Andrade, compreendendo a área do município de Nova Andradina e a Colonizadora Vera Cruz - Mato Grosso da, comercializando terras em Naviraí.

A partir ocupação territorial da região do extremo Sul do Estado do Mato Grosso do Sul, podemos afirmar que a apropriação da terra, desde a colonização do município de Naviraí através das ações da Colonizadora Vera Cruz, foi e ainda é conflituosa.

Portanto, é importante ressaltar o processo de colonização do município de Naviraí, com um olhar voltado para os trabalhadores e camponeses, ou seja, aquele que desembarcou as margens do Rio Amambaí, único meio de acesso as terras em questão, somente com o machado em punho e desbravou a floresta para a construção do município de Naviraí. No entanto cabe ressaltar que em meio às esses trabalhadores vieram pessoas de posse, inclusive as famílias que vinham com interesse de adquirir terras recebiam tratamento especial e eram trazidas de avião.

A história do município de Naviraí teve início nos anos de 1950, quando o território era apenas uma densa floresta habitada por índios Guaranis, e a cidade era um projeto urbanístico da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Ltda., que tinha sua sede na cidade de Marília, situada no estado de São Paulo. Nesse período a empresa contava com dezoito associados.

Conforme Fabrini (1996, p. 47), a Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Ltda. loteou duas Glebas: sendo a Gleba Naviraí com 9.469 ha e a Gleba Bonito com 9.528 há. Deste modo, a construção do município de Naviraí foi para Colonizadora Vera Cruz negócio

lucrativo, pois os associados haviam adquirido uma grande quantidade de terras divididas em duas glebas, que foram nomeadas de Gleba Naviraí e Gleba Bonito, onde mais tarde se tornaria o município de Naviraí, com uma área total de 18.997 ha.

Para estimular a vinda de pessoas compradoras para os lotes a serem vendidos na gleba, a empresa usava as emissoras de rádio da região Oeste paulista para divulgarem e fazerem propagandas das novas terras. Para isso, utilizava de uma música, conforme o jingle “Vamos Pra Naviraí”, apresentado na obra de Fabrini (1996, p. 47 - 48), em uma melodia que cantava as riquezas de uma esplendida natureza, o que passava imagem de lugar de prosperidade e desenvolvimento.

Para facilitar a venda, a empresa dividiu as duas Glebas em lotes rurais de tamanhos variados, esses lotes eram vendidos para migrantes que vinham de estados vizinhos, como Paraná e São Paulo e outros Estados,

Nesse contexto de divulgação nas emissoras da região Oeste do Estado de São Paulo, se iniciou o processo de migração de famílias residentes no Estado, para as Glebas que foram obtidas pela Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Ltda. E, ao relacionarmos as propagandas realizadas no Oeste Paulista com o trabalho de Albanez (2003, p 70), é possível verificar que entre os anos cinquenta e sessenta, Naviraí recebeu um considerável quantitativo populacional, visto que “o loteamento conduziu a uma densidade populacional que culminou, com a emancipação em 1963, do município de Naviraí” Albanez (2003 p 70). Já no que se refere à chegada de migrantes, de acordo com entrevista, com o Sr. João Martins Cardoso, sendo um dos primeiros migrantes que chegou ao município, a primeira leva que vieram para Naviraí, foi um grupo constituído por dez famílias.

Neste sentido, o processo acelerado de colonização e exploração das terras hoje pertencentes ao município de Naviraí, contribuiu para o surgimento de vagas de trabalho, atraindo trabalhadores de diversas regiões do Brasil para trabalhar na extração e indústria madeireira.

A utilização da mão-de-obra dos migrantes na extração de madeira e a exploração da erva-mate com força motora do primeiro ciclo de exploração e logo na sequência atividades agrícola como lavouras de café e a industrialização da madeira, com as diversas serrarias que começaram a se instalar em 1953, que perdurou até meados dos anos de 1970. Neste período também foi desenvolvida a pecuária extensiva, sendo priorizada pelos proprietários de grandes fazendas, em seguida ao ciclo da madeira começa o ciclo do algodão.

Cabe ressaltar que desde o primeiro ciclo de exploração desenvolvido no município, observamos características voltadas para grande propriedade, conforme aponta Fabrini (1996, p. 47), e podemos observar os dados na tabela abaixo:

Tabela 03 - Títulos provisórios expedidos pelo Estado em Naviraí

Dimensão (ha)	N. Títulos	Área	% Títulos	% Área
Até 100	0	0	0	0
100 - 1000	3	1.929	7,6	1,1
Mais de 1000	36	169.880	92,4	98,9
Total	39	171.809	100,0	100,0

Fonte: FABRINI (1996, p. 57).

A concentração fundiária no município de Naviraí possui característica semelhante à estrutura agrária do Estado de Mato Grosso do Sul e do Brasil. Neste sentido, fica evidente que a intenção de alguns indivíduos que adquiriam grandes porções de terras nessa localidade era a obtenção de renda e lucro através da comercialização de glebas de terra e conseqüentemente acumular capital a partir da especulação imobiliária.

A concentração fundiária que ocorre no Mato Grosso do Sul e conseqüentemente no município de Naviraí gerou descontentamento por parte dos trabalhadores rurais, que não possuem terra, desse modo, inicia-se no Estado a luta pela terra.

No Estado de Mato Grosso do Sul a luta pela terra apresenta um caráter fixado no processo de apropriação capitalista da terra, tendo início quando o Estado de Mato Grosso do Sul ainda era parte de Mato Grosso. A apropriação e centralização da propriedade capitalista da terra se deram por meio de leis, políticas ou decretos que tinham como objetivo motivar a migração para região fronteiriça e “ocupar” o Estado de Mato Grosso. (MORENO, 1994; 2008).

Contudo, essa apropriação capitalista da terra e criação de latifúndios foi promovida pela política fundiária adotada naquele momento de colonização de Mato Grosso do Sul. Desse modo, a estrutura fundiária de Mato Grosso do Sul é resultado de políticas direcionadas que, com a elevação política da elite pecuarista do Sul do Estado, no final da década de 1970, provocou sua divisão. Embora a política de apropriação concentrada da terra no Mato Grosso do Sul já havia sendo desenhada antes mesmo da década dos anos de 1970, por meio da política latifundiária.

Conforme Almeida; Kudlavicz e Silva (2012), o sul do Mato Grosso apresenta características econômicas que dependiam da concentração de terras, e grandes propriedades, sendo as atividades de pecuária extensiva, que demandam de uma grande quantidade de terra:

Esse processo de ocupação do Sul do antigo Mato Grosso, centrada na grande propriedade e na atividade pecuária, gerou uma classe de grandes proprietários de terra que dirigiu o processo de divisão do estado de Mato Grosso e fundação, em 1977, do estado de Mato Grosso do Sul. O próprio processo separatista, gestado durante décadas e levado a cabo no governo Militar de Geisel, foi projeto político da classe dos proprietários de terras. (ALMEIDA; KUDLAVICZ E SILVA, 2012, p. 5).

Conforme Fabrini (2008), o Estado não foi apenas planejador, mas indutor da formação das grandes propriedades a partir da concessão e venda de terras devolutas às empresas colonizadoras e grandes capitalistas:

[...] a concentração de terras no sul de Mato Grosso do Sul não é necessariamente resultado da expropriação e aglutinação de pequenas propriedades no processo de expansão capitalista de produção. A estrutura fundiária altamente concentrada deve-se ao processo de ocupação das terras, ou seja, quando o estado promoveu a transferência/venda de grandes áreas de terras públicas para proprietários fundiários. Portanto, a estrutura fundiária no sul de Mato Grosso do Sul “nasce” concentrada. (FABRINI, 2008, p.54).

Assim, é possível observar os traços deixados no processo de ocupação do estado na atual estrutura fundiária do estado de Mato Grosso do sul, e ainda pode-se observar como resultado do processo de ocupação do estado, trabalhadores migrarem de outras localidades para a região em busca de acesso a terra, e foram impedidos de participarem do acesso a terra, bem como as populações indígenas da região do município de Naviraí que foram expulsas e dizimadas por conta do avanço da fronteira agrícola.

Dessa forma, o processo ocupação de Mato Grosso do Sul é visto como responsável por boa parte dos conflitos existentes no estado, tendo em vista que grande parte dos trabalhadores não tiveram e ainda não tem acesso a terra.

Sendo assim os conflitos pela posse da terra no município de Naviraí seguem a mesma lógica do restante da região Sul do Estado, pois a concentração fundiária exclui uma grande parcela população camponesa que não teve acesso a terra, gerando um enorme contingente de trabalhadores que nem sempre foram tiveram possibilidade de se “incluir” no processo produtivo.

É neste contexto que surgem os movimentos sociais que lutam pela posse da terra por meio da Reforma Agrária, que consiste na desapropriação de terras improdutivas e

implantação de assentamentos rurais capazes acomodarem centenas de famílias de trabalhadores e produzir alimentos saudáveis e de forma sustentável, promovendo trabalho e renda para as famílias assentadas.

Cabe assinalar, que Naviraí foi palco de conflitos nos anos de 1980 entre os arrendatários, e os proprietários das fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá. Existia nessa época apoio da CPT e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Naviraí na organização do movimento que congregava 240 famílias.

O advogado Joaquim das Neves Norte, que representava os arrendatários contra os proprietários movia uma ação que defendia a permanência dos arrendatários na terra por mais três anos. Em 1980 a justiça concede parecer favorável aos arrendatários da Fazenda Jequitibá, autorizando a permanência por mais um ano devido irregularidades encontradas no primeiro contrato de arrendamento.

Com a ação da CPT e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Naviraí, os arrendatários passam a reivindicar a desapropriação da Fazenda Jequitibá para Reforma Agrária. Inconformado, a resposta do proprietário foi à soltura de cerca de 5.000 cabeças de gado sobre o plantio dos arrendatários. O advogado solicitou a aplicação das normas legais do Estatuto da Terra, com a desapropriação da área para fins de Reforma Agrária. À medida que a pressão e organização dos arrendatários tomavam proporção, aumentavam as represálias dos proprietários contra os arrendatários. Assim em 1982 acontece um fato grave ficando marcado na memória do município:

Neste mesmo ano de 1982 aconteceu um fato grave, dando um desfecho dramático ao conflito iniciado em 1979 na cidade de Naviraí. O advogado Joaquim das Neves Norte, já mencionado anteriormente, é assassinado em frente à sua casa, no dia 12 de junho, a mando dos fazendeiros. (SOUZA, 1992, p.45)

O fato acabou afetando a organização dos arrendatários e uma parte amedrontada temendo o ataque de jagunços, deixaram os lotes, procurando um novo arrendamento que havia sido iniciado na fazenda Curupaí, além do despejo das famílias da Fazenda Jequitibá que permaneceram na área.

Atualmente existe em Naviraí um preconceito por parte da população contra os participantes dos movimentos sociais que realizam ocupações de terra lutam por uma melhor distribuição de terra. Esse preconceito esse herdado da ideologia disseminada por uma minoria de grandes proprietários de terra, que prega os interesses particulares de quem não pertence à mesma classe, ou seja a classe trabalhadora.

Resultante desse preconceito existe dificuldade de realização lutas que resultem numa melhor distribuição de terras com a criação de assentamentos.

A luta pela posse da terra no Assentamento Juncal é caracterizada pela organização em torno de associações, tendo em vista que os trabalhadores se organizaram em torno da ANTEP com o objetivo de receberem um lote no Assentamento Juncal. No entanto é inegável o interesse da classe política e também da elite Naviraiense ao disponibilizarem apoio à criação do Assentamento Juncal, mas para que o apoio fosse dado era necessário que seguissem à risca o que era determinado pela classe política. O fato de o assentamento resultar de uma organização dirigida por autoridades políticas locais indica a dificuldade do surgimento de movimentos sociais que realizam ocupação de terra como parte das suas lutas. Ainda ressaltar que a maneira com que esse assentamento foi criado, era uma exigência dos políticos do município, para que não houvesse ocupação de nenhuma propriedade rural, por parte dos trabalhadores sem-terra. Em troca seria viabilizado a criação do assentamento das famílias sem-terra. O fato de não ter havido ocupação para conquista da terra levou muitos seguimentos sociais, inclusive assentados, a compreender que se tratou de um assentamento pacífico. Deste modo, nota-se através da opinião de grande parte da população do município de Naviraí que existe um interesse por parte do Estado e dos meios de comunicação, dos políticos locais, da elite local em que a sociedade partilhe do pensamento preconceituoso e marginalização com relação os movimentos sociais, pois as atuais disputas agrárias, em destaque, as ocupações protagonizadas pelas organizações camponesas e indígenas em Mato Grosso do Sul, comprometem o interesse do processo da ocupação e apropriação capitalista da terra por meio da política fundiária empregada pelo Estado brasileiro. Colocando em discussão na sociedade a legitimidade da titulação e o cumprimento da função social da terra:

[...] a ocupação representa a principal forma de contestação da ordem territorial estabelecida, e que os mantem marginalizados já que impede o acesso ao espaço. Por meio do ato de ocupar, os movimentos socioterritoriais desenvolvem os processos de espacialização e territorialização, é quando são citadas e recriadas as experiências de resistência dos que não possuem terra ou teto. A ocupação contém no mínimo duas partes, os ocupantes e as forças que estão em oposição. Esta tensão não está à frente, justaposta ou sobreposta ao conflito, ela é parte constitutiva dele. (PEDON, 2009, p.177-178.)

As atuais disputas agrárias, em destaque, as ocupações protagonizadas pelas organizações camponesas e indígenas em Mato grosso do Sul, comprometem o interesse do processo da ocupação e apropriação capitalista da terra por meio da política fundiária empregada pelo Estado brasileiro. Nota-se também, que, de modo geral as ocupações

realizadas por movimentos sociais ou a falta delas demonstram a dimensão da questão agrária: a luta pela terra (FERNANDES, 2001).

Sendo assim, a partir da reflexão de autores citados acima, a questão agrária no município de Naviraí, passa aos olhos do senso comum como algo pacífico, porém os conflitos agrários existentes e a concentração da terra nas mãos de uma pequena parcela, considerada elite, que, diga-se de passagem, nem reside no município ou até mesmo em outros estados, estão longe de serem solucionados, tendo em vista que o município ainda apresenta-se com apenas um assentamento, caracterizando a concentração fundiária.

A concentração da terra fica mais evidente quando observamos dados preliminares do último Censo Agropecuário-IBGE (2017), representados nas tabelas abaixo, referentes ao município, esses dados demonstram que o município permanece com uma estrutura desigual na distribuição da terra, seguindo as lógicas do Estado e do Brasil.

Tabela 04- Estrutura fundiária de Naviraí

Classe Área Total (ha)	Nº de estabelecimentos	Área Total (ha)	% Da Área
De 0 a menos de 10ha	87	291	19,8
De 10 a menos de 100ha	157	4.258	35,8
De 100 a menos de 200ha	28	4.087	6,3
De 200 a menos de 500ha	51	17.132	11,6
De 500 a menos de 1000ha	34	24.925	7,7
De 1000 a menos d 2.500ha	52	78.334	11,8
De 2.500 a menos de 10.000ha	25	97.030	5,7
De 10.000 e mais	3	x	0,68
Total	438	226.057	99,38

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017 adaptado pelo Autor.

Os dados apresentados apontam que o município de Naviraí possui 438 estabelecimentos agropecuários, sendo que 193 destes estabelecimentos possuem entre 100 e 10.000 hectares, sabendo-se que o Assentamento Juncal possui 113 lotes divididos entre cinco, sete e dez hectares, conforme já mencionado anteriormente, logo temos um total de 132 estabelecimentos agropecuários com áreas entre 1 e 99 hectares. Assim, verifica-se que a estrutura fundiária do município de Naviraí ainda está firmada na presença de grandes estabelecimentos agropecuários, caracterizando a distribuição desigual de terra.

Outro ponto também a ser considerado é a resistência e o preconceito da população com relação às ações dos movimentos, principalmente com relação às ocupações realizadas por movimentos sociais, como por exemplo, ocupações realizadas pelo MST. Tal resistência e preconceito indicam o posicionamento político da classe política e da falta de cobrança da aplicação do Estatuto da Terra e da função social da terra, como determina o Capítulo III, Art.184 da Constituição Federal, no que diz respeito à Reforma Agrária.

Cabe ressaltar que além do que determina a CF/88, ainda existe outra lei implementada em 1992 que regulamenta a luta pela posse da terra por meio da Reforma Agrária. Porém a MP 759/2016 atualiza as duas leis anteriores que tratam da reforma agrária e trata das ocupações em áreas da União, dificultado ainda mais o acesso e posse da terra por meio da reforma agrária. Desse modo, a falta de apoio por parte do poder público aos movimentos demonstram o posicionamento político contrário da população e da classe política do município com relação aos movimentos sociais e a ocupação, sendo assim, considerados marginalizados pela sociedade elitista do município.

O posicionamento político é resultado do processo de apropriação capitalista que se deu no município a partir da colonização e venda de terras públicas às empresas privadas que lotearam as áreas em grandes lotes dificultando o acesso a terra por parte de camponeses e trabalhadores que teriam interesse a posse da terra.

CAPITULO III

3 O ASSENTAMENTO JUNCAL E A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS

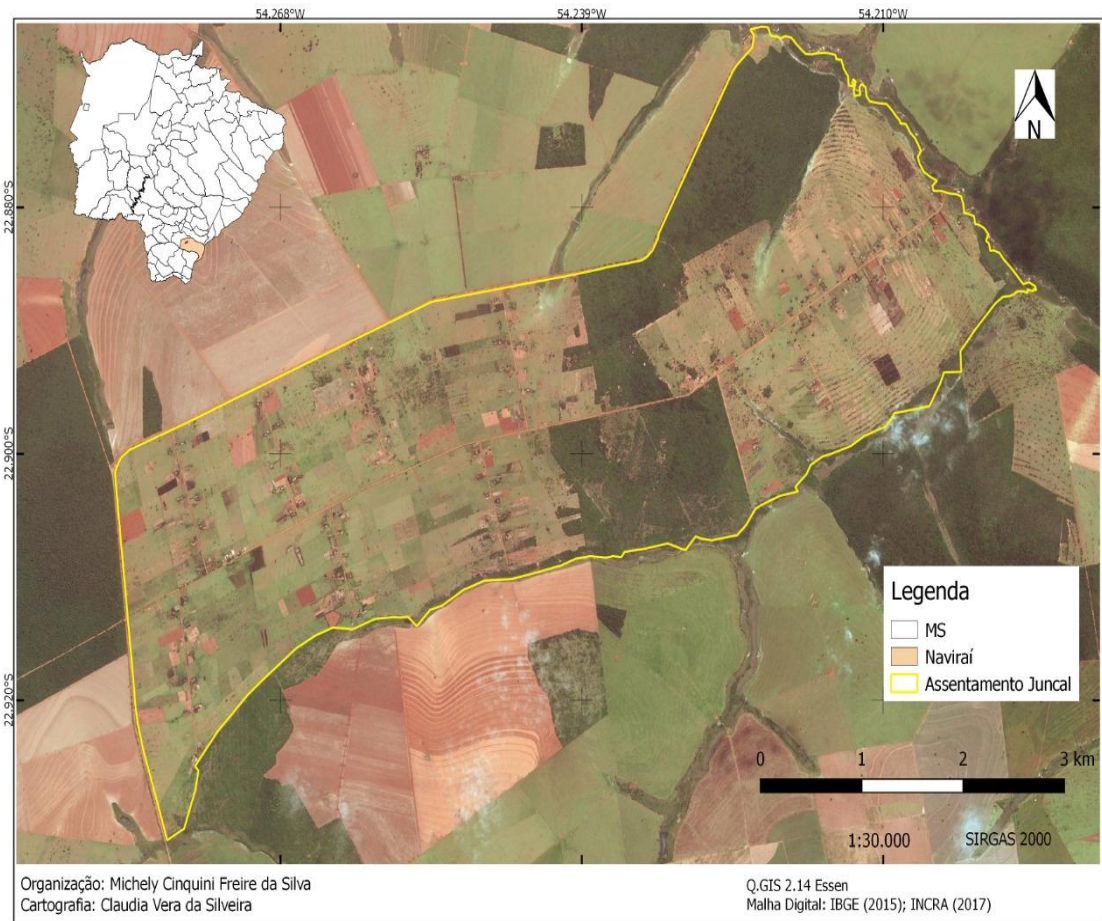
O Assentamento Juncal está localizado no município de Naviraí/MS e teve sua origem a partir da organização dos trabalhadores rurais sem terra na ANTEP, apoiada pela AGRAER, que juntos buscaram a concretização do assentamento que foi resultado da desapropriação da fazenda Juncal. No assentamento existe uma importante organização de mulheres camponesas na AMAJU. Na Associação as mulheres desenvolvem atividades produtivas, dentre as quais se destacam a produção de artesanatos, produtos alimentar de indústria camponesa, dentre outras, bem como realizam atividades de políticas como reuniões, debates, encontros, etc.

3.1 A LUTA PELA TERRA E O ASSENTAMENTO JUNCAL

A luta pela terra no Assentamento Juncal está diretamente relacionada organização da ANTEP que teve origem junção de trabalhadores que não possuíam terra e partilhavam das mesmas necessidades, ou seja, buscaram na organização mecanismos para minimizar os problemas que afetavam os trabalhadores rurais desprovidos do município de Naviraí. Nesse caso em especial contaram com o apoio da AGRAER para dar seguimento ao projeto que mais tarde daria origem ao assentamento das famílias.

O Assentamento Juncal está localizado no município de Naviraí, à aproximadamente 20 quilômetros da sede do município, possui 2.453 hectares, foi dividido em 113 lotes, assentando 113 famílias de trabalhadores, conforme apresenta o mapa abaixo.

Figura 01- Assentamento Juncal - Naviraí-MS



Fonte: IBGE (2015) INCRA (2017) Elaboração Claudia Vera Silveira

Na concepção do senso comum o Assentamento Juncal seja considerado pelos próprios assentados, autoridades, lideranças, políticos, dentre outros, como um assentamento pacificado, ou seja, não houve ocupação de terra ou acampamento prévio por parte dos beneficiados com lote. Porém existiu um contexto de resistência e luta para a realização do assentamento, ou seja, os trabalhadores participaram ativamente de reuniões e atividades diversas, buscando resolver questões relacionadas à criação do assentamento.

Conforme informações das famílias assentadas o Assentamento Juncal foi resultante da iniciativa de organização dos rurais de Naviraí na ANTEP e apoio da AGRAER interessados em desenvolver um espaço direcionado a famílias de origem camponesas que estivessem motivadas em obter um espaço em que pudessem desenvolver atividades ligadas a agricultura camponesa, visto que o município de Naviraí é caracterizado pela concentração fundiária, ou seja, grandes fazendas direcionadas a criação de bovino corte e grandes lavouras de extensão

Durante a criação do assentamento foram desenvolvidas ações por parte da ANTEP juntamente com a AGRAER, alguns levantamentos sobre a situação agrária dos trabalhadores de Naviraí. Assim, a partir desse levantamento foi possível chegar ao primeiro número de pessoas interessadas em receber um lote no assentamento que seria criado. Foi aplicado um questionário intitulado “Levantamento da Realidade do município de Naviraí”, para verificar quais trabalhadores se adequavam e apresentavam interesse em receber um lote de terra. O questionário foi aplicado por uma equipe de dez pessoas a todos os habitantes do município. Neste sentido, segue depoimento do então engenheiro agrônomo e na época da criação do assentamento gerente da AGRAER,:

Aqui em Naviraí nem fala em Reforma Agraria, faze assentamento. Porque aqui é uma região de grandes fazendas. Então tinha muita dificuldade e nós tínhamos muitos trabalhadores aqui no município, nós fizemos um questionário chamado levantamento da realidade do município, tinha como objetivo contabilizar os trabalhadores que se adequavam nas exigências e tinham interesse em receber um lote no assentamento, esse levantamento que foi entregue ao INCRA 15 de dezembro de 1997. Teve duração de dois anos, foi realizado em toda cidade de Naviraí. Nesse levantamento, foram apuradas várias informações. Quantas pessoas moravam na casa, quantos trabalhavam, se a casa era de madeira ou de material, se pagava aluguel. (Ronaldo Botelho, 2018).

A partir desse questionário foi elaborada uma lista totalizando 811 possíveis beneficiados com os lotes no assentamento. Desses existiam 406 famílias que residiam na zona urbana e trabalhavam nos comércios e indústrias da cidade; 365 eram participantes da Associação Naviraiense Terra e Paz e também trabalhavam no comércio, 19 eram produtores de horti-fruti-granjeiro que não possuíam terra, ou seja, eram arrendatários; 21 eram pequenos produtores de leite e que também não possuíam terra e eram arrendatários.

As informações foram levantadas durante dois anos, em aproximadamente oito mil residências do município, e entregue ao INCRA em 1997, juntamente a solicitação da criação de um assentamento rural para atender a demanda. Vale ressaltar que todos os nomes relacionados no levantamento realizados apresentavam perfil para ser contemplado com um lote no assentamento em questão. Porém era necessário que os trabalhadores permanecessem organizados, pois existiam muitas famílias interessadas em receber um lote e não seria possível assentar todas as 811 famílias.

Segundo o presidente da Associação Naviraiense Terra e Paz, havia grande dificuldade por parte do INCRA em adquirir uma propriedade com as condições adequadas para que fosse de fato criado o assentamento, pois era necessário um espaço que acomodasse

todas as famílias relacionadas. Desse modo, conforme depoimentos dos responsáveis pela ANTEP a seguir e também pela AGRAER houve a necessidade de se realizar uma nova classificação dos trabalhadores, que pudesse contemplar aqueles necessitavam de terra, sendo que alguns critérios foram adotados como participar das reuniões, não ser proprietário de residência na zona urbana do município e acreditar na proposta do assentamento.

A partir dos critérios mencionados acima se chegou a um número de 113 famílias que posteriormente foram contempladas com os respectivos lotes no Assentamento Juncal. Porém ainda não havia sido adquirido pelo INCRA um imóvel para a realização do assentamento devido à dificuldade de encontrar uma fazenda que pudesse ser desapropriada por improdutividade, conforme declaração do então presidente da ANTEP.

Durante o processo de criação do assentamento a ANTEP que congregava 365 famílias e, tinha como representante o Professor Edson Santos, que na época era professor concursado da rede estadual de ensino e por motivos de ordem pessoal tinha pedido demissão e apresentou interesse em viver no campo. Pois já tinha suas raízes culturais fixadas no campo, mas como não obtinha condição financeira para comprar uma propriedade, resolveu participar da lista de famílias interessadas em receber um lote e até os dias atuais reside no assentamento Juncal produzindo de forma diversificada em seu lote. Conforme podemos observar no depoimento do presidente da ANTEP:

Até 1996 eu lecionava na cidade, em Naviraí mesmo. Quando foi no começo do ano de 1997, assumiu o governador Barbosa Martins, e veio uma proposta de “PDV” indenizar as pessoas que quisesse sair do Estado, e eu estava lecionada em uma escola, me sentindo pressionada, uma molecada rebelde, e um menino quis me bater e eu me vi numa situação difícil, em que não sabia se ia conseguir me controlar. Ai eu tomei a decisão de vender o meu tempo de serviço e vou comprar um sitio e criar vaca de leite. Mas o governo demorou e só foi pagar o PDV nos últimos dias de Dezembro, ai comprei um carro e fui viajar com a família e quando voltei de viagem fiquei sabendo desse movimento que estava acontecendo em Naviraí, por intermédio do prefeito Euclides Fabris do partido PFL, fui chamado para fazer parte desse movimento, foi ai que entrei nessa luta. Tanto é que nós não temos vinculo nenhum com MST, CUT e nem outro movimento. Ai fundamos a Associação Naviraiense Terra e Paz, foi fundada em 1997, tinha a época da fundação 365 associados, só moradores de Naviraí, e fomos trabalhar nessa questão de arrumar a terra para formar o assentamento. Foram cinco anos de muita luta e as terras só saíram porque foi criada essa Associação. E a que sobrou foi essa aqui, um capoeirão que dava medo. Ficamos um ano acampado cuidando da terra para que não fosse ocupada por outros. (ANTEP, 2018).

Desse modo, o presidente da ANTEP representava os trabalhadores nas eventuais reuniões, juntamente com os órgãos públicos, com a finalidade de negociar nas reuniões em Campo Grande, com o objetivo de resolver às questões pertinentes a criação do assentamento,

visto que os trabalhadores não podiam participar de todas as reuniões. Por serem várias reuniões os custos de transporte até a capital do estado e terem que ser arcados pelos mesmos e também estavam exercendo suas atividades do dia a dia.

Após muita procura de um imóvel por parte da associação e também da AGRAER, chegou-se ao proprietário da Fazenda Juncal, que ao contrário de outros, apresentou interesse em vender a propriedade caso não houvesse ocupação da mesma. A mesma era produtiva, porém o proprietário apresentou interesse em vender. Nesse momento com o fechamento da compra e o lote já demarcado, as famílias já poderiam fixar acampamento na fazenda. Sendo, assim, o entendimento pautado no senso comum em afirmar que “O Assentamento Juncal é o primeiro assentamento pacificado do país”.

O acampamento ocorreu somente após a compra da propriedade pelo INCRA e a demarcação lotes, no ano de 2002. Observa-se que a tramitação entre a elaboração do projeto até a concretização do assentamento foi de aproximadamente sete anos. Cabe também ressaltar que as benfeitorias da propriedade desapropriada foram pagas em dinheiro, porém terra em si seria paga por título da dívida agrária. Mas, segundo informações da AGRAER as TDA não foram pagas até os dias atuais, visto que já se passaram dezessete anos desde a aquisição das terras e por esse motivo segundo afirmação do gerente da AGRAER, os assentados ainda não possuem o título definitivo da terra.

Outra questão também muito importante a ser mencionada foi o tamanho dos lotes a serem distribuídos. A princípio foi proposto pelo líder, então presidente da ANTEP, lotes de 15 hectares, porém essa proposta foi descartado rapidamente, pois poucas pessoas seriam beneficiadas. Nesse caso houve a necessidade da intervenção do gerente da AGRAER que fez a seguinte proposta: Lotes de cinco, sete e dez hectares, em que quem fosse trabalhar com pecuária leiteira receberia 10 hectares para os que fossem trabalhar com lavouras (mandioca, milho, feijão e arroz), ficaria com 07 hectares e por fim aqueles que fossem trabalhar com bicho da seda, horta e frutas, verdura, caso contrário o assentamento só haveria beneficiado sessenta famílias. Observa-se que o critério não foi técnico, mas político e capaz de resolver o problema.

Após a distribuição dos lotes, as famílias começaram a desenvolver as infraestruturas para cada tipo de cultura, ou seja, barracões para desenvolvimento do bicho da seda, curais para criação dos bovinos, preparo de solo para o plantio das lavouras. Para essa infraestrutura foram liberados recurso por parte do Governo Federal para que pudessem desenvolver a produção em seus respectivos lotes e também foram contemplados com uma quantia de

13.600,00 de ajuda de custo para limpar as áreas e aquisição de animais, 2.500,00 para construção da residência da família, também receberam Uns mil reais para aquisição de ferramentas.

No período de criação do assentamento as famílias, inclusive as mulheres que futuramente fariam parte dessa organização já estavam de certa forma inseridas nas discussões, como por exemplo, o que produziriam como produziram até mesmo o posicionamento da casa no lote, bem como os animais que seriam criados na propriedade, mesmo que de forma discreta, como podemos perceber n. fala uma das integrantes da associação de mulheres e atual vice-presidente da mesma, Sr.^a Maria, conhecida como “Dona Cida”:

Quando saiu o assentamento ficamos todos muito feliz e entusiasmado e já começamos a pensar onde ai ser construída a casa, que raça de vacas ia criar para produção de leite, as frutas que ia plantar no quintal e formar um pomar, porque esse sempre foi o meu sonho, ter uma casinha com um lugar reservado para plantar frutas e flores no quintal. (ENTREVISTA MARIA, 2018).

Nesse sentido, podemos observar a participação das mulheres em todo o processo, desde a idealização, quando praticavam das reuniões em tudo era apenas um sonho distante e os dias atuais, em que vários obstáculos e dificuldades estão presentes diariamente, sendo eles de ordem física, econômica ou social.

Ao longo dos anos em que o Assentamento Juncal passou pelo processo estruturação a representação do mesmo, no que diz respeito à captação de recursos, esteve a cargo da ANTEP. Porém com o passar do tempo e muitas lutas por parte dos assentados, eles notaram que havia necessidade da criação de novas instituições que fossem capazes de melhorar a geração de renda das famílias dos assentamentos e captar recurso como PRONAF e PRONAF- MULHER. A necessidade de novas entidades organizativas ocorreu também devida alguns conflitos internos, que segundo as (os) próprias (os) assentadas (os) eram por conta de ideias divergentes, buscaram novas possibilidades de se manterem participando do processo produtivo do assentamento e diversificando a produção.

Neste sentido o Professor Edson, presidente da associação diz:

Foi necessário procurar desenvolver o assentamento, e sem a cooperativa, a associação de mulheres a captação de recurso para o desenvolvimento dos lotes fica muito limitada, sem contar que existe conflitos, porque onde tem pessoas diferentes e interesses diferentes existe conflitos...Então ai ouve a necessidade de criar a cooperativa do frango e a associação de mulheres, isso é muito importante, pois

diversifica a produção, e tendo onde entregar, melhora e muito a renda das famílias do assentamento. (EDSON, 2018).

A busca por convênios que pudessem alavancar os desenvolvimentos do assentamento parte dos (as) assentados (as), que se veem em dificuldade, pela falta de acesso as políticas públicas de créditos e apresentada na forma de burocracia, falta de documentação exigida para liberação de crédito. É nesse sentido que surgiu o convênio entre a UFMS e AGRAER e Prefeitura Municipal de Naviraí.

3.2 A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA AMAJU - ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO JUNCAL

A AMAJU foi formada inicialmente por quinze mulheres, porém atualmente tem ativamente associadas sete mulheres com idade entre 50 e 59 anos. Todas são casadas e mães de um a cinco filhos, sendo todos em idade adulta, ou seja, com mais de 21 anos. Cabe ressaltar que duas das sete mulheres membros da AMAJU já participaram da Marcha das Margaridas e Liga das Camponesas, porém atualmente não participam de nenhum movimento social.

A organização produtiva das mulheres do Assentamento Juncal, por meio da criação da AMAJU, surge a partir da necessidade das mulheres construir uma alternativa de renda e participação política. Acrescenta-se que a criação da Associação também foi motivada também pela insatisfação das mulheres camponesas com a condição de dependência de seus companheiros no contexto da família patriarcal em que o homem toma as decisões econômicas, sociais, políticas, etc.

A organização das mulheres em torno da AMAJU nasceu com objetivo de fortalecer esse grupo de mulheres por meio da produção da “agroindústria” e artesanal de produtos como doces, pães, biscoitos e artesanatos para decoração. Portanto, a construção da emancipação dessas mulheres camponesas passou, principalmente, pela necessidade de geração de renda e organização da produção visando à comercialização de produtos artesanais e “agroindustriais”. Mas, observa-se que não se trata de empreendedorismo em que as mulheres se emancipam a partir de sua inserção na dinâmica capitalista, ou seja, tornam-se empresárias. No horizonte social, política e econômica das mulheres estavam à ideia de se construir enquanto camponesas e não como pequenas empresárias.

O fortalecimento desse grupo de mulheres se deu no momento que elas começaram a se reunir para elaborar produtos para a comercialização. Nesse momento da produção associativa as mulheres também começaram a discutir assuntos pertinentes as relações familiares como, por exemplo, a maternidade, seus relacionamentos, questões de gênero, divisão social do trabalho nas unidades produtivas e internamente aos lares dessas mulheres e principalmente questões relativas à administração da associação, busca por melhorias e acesso as políticas públicas disponíveis para o setor agrícola.

Sendo assim, pode-se notar que a mulher do assentamento Juncal exerce um papel fundamental na organização e desenvolvimento da unidade produtiva do assentamento em questão. Desta forma entendemos a necessidade de promover uma análise sobre as relações de gênero a partir de autores que nos permita o entendimento de questões como a mulher exerce controle entre as tarefas pertinentes aos cuidados com a família e ao mesmo tempo consegue desenvolver atividades que trazer melhoria na sua condição de vida social e econômica, através de organizações que visão desenvolvimento individual e coletivo dessas mulheres.

Deve-se ressaltar a importância da participação das Universidades com a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e outros órgãos como a AGRAER, em unidades produtivas camponesas por meio de convênios que desenvolvem projetos ligados a produção de alimentos saudáveis como se pode identificar no Assentamento Juncal, pois a ITCP/UFMS trouxe à AMAJU os princípios norteadores da Economia Solidária, esses princípios são auxiliam a associação.

No Assentamento Juncal o convênio entre AGRAER, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, por meio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – ITCP/UFMS, o convênio permitiu a criação uma cooperativa para criação de frangos semi-caipira, a Cooperativa dos Produtores do Assentamento Juncal – COOPAJU, no ano de 2008. A cooperativa foi formada inicialmente por um grupo de mulheres que se organizaram no assentamento.

A organização produtiva das mulheres do assentamento Juncal por meio da constituição da AMAJU está pautada na concepção da Economia Solidaria. A Economia Solidária tem como objetivo fazer com que os empreendimentos econômicos solidários sirvam para os trabalhadores e trabalhadoras como possível afirmação de história, o resgate e a valorização do seu “modo de vida”, do trabalho e da cultura, gerando relações sociais de bem viver. Da mesma forma a Economia Solidaria torna os momentos de formação, de reflexão e pesquisa sobre os processos coletivos, possibilitando conhecimento e a articulação

com as ações e políticas públicas de fomento e apoio à economia solidária como, formação, crédito e comercialização.

As relações de trabalho e os posicionamentos políticos decisórios em vários espaços, seja nos grupos produtivos, sejam nas organizações familiares e nas relações geracionais são organizadas hierarquicamente machista e patriarcal, ou seja, existe uma relação desigual de reconhecimento entre o trabalho do homem e o trabalho da mulher.

Desse modo, utilizarmos a Economia Solidária como hipótese de igualdade no processo produtivo, na gestão do grupo e na comercialização, é fundamental um olhar para as relações e na observação de como o gênero perpassa diretamente as práticas e os conhecimentos tradicionais. Contudo, existe um trabalho importante realizado por meio de convênios firmados entre as instituições, como AGRAER, Prefeitura Municipal, Banco do Brasil e Universidades como é o exemplo da ITCP/UFMS que desenvolvem projetos das incubações de empreendimentos solidários, onde o foco maior neste caso é a participação das mulheres neste vasto campo de estudos de gênero, assunto inserido nas discussões.

Logo, o gênero é relacional e possui significado às diferenças de sexo, classes e etnia vivenciadas nas relações sociais e de poder. A partir da reflexão de autores que embasaram essa pesquisa no que diz respeito as relação de gênero e divisão do trabalho afirmam que as relações de gênero são relações de poder e estão presentes em todos os lugares, porém como pontos mais visíveis e em outros menos visíveis, com probabilidades de questionamentos, observações e deslocamentos.

Assim, a Economia Solidária propõem um o movimento relacionado ao poder, que consiste na apropriação dos saberes dos sujeitos em períodos e ambientes singulares, como por exemplo, assentamentos, comunidades indígenas e quilombolas, onde se realiza um trabalho com atividades voltadas a revalorização de saberes de grupos considerados vulneráveis.

A história das mulheres nem sempre é escrita como elas gostariam, ou como deveria ser, ou seja, com capítulos repletos de vitórias e reconhecimento, mas elas continuam a escrevê-la em linhas irregulares, tortuosas, envolvidas por uma memória de luta e de resistências. E neste sentido a Economia Solidária atua na aproximação de lutas, de histórias de vida e de rupturas. Por isso, é a probabilidade do encontro entre mulheres para além de tudo, diálogos sobre experiências similares e contraditórias e assim poderem reavaliar suas condições reais de existência.

A Economia Solidária, segundo autores como Singer (2002), Zart (2006 e 2014) e Arruda (2003) estão relacionadas ao desenvolvimento de unidades produtivas a partir do fortalecimento de grupos sociais populares. A AMAJU - Associação das Mulheres do Assentamento Juncal é exemplo de grupos populares que se pauta na Economia Solidária como caminho para a organização produtiva, social e política, principalmente.

De acordo com Zart (2014), a cultura da solidariedade é um desafio para todos e todas quem tem como utopia a transformação das estruturas, das relações e das práticas sociais embasadas atualmente na competição, concorrência, na exploração, na dominação política, econômica e cultural da sociedade globalizada firmada segundo os domínios do capital.

Segundo Singer (2002, p. 39), a Economia Solidária, por meio dos seus princípios entrevê caminhos para a construção social de valores, práticas e relações sociais que promovam a existência humana substanciada na cooperação, colaboração, reciprocidade, participação, igualdade social, reconhecimento das diversas culturas que compõem a sociedade brasileira.

Segundo Singer (2002) ainda, para um empreendimento ser considerado solidário deve haver coletividade e autogestão na realização das atividades:

É necessário que os meios de produção sejam de propriedade coletiva e/ou com atividades compartilhadas, que o planejamento e administração sejam autogestionários e os resultados do trabalho tenham divisão e distribuição em conformidade com o trabalho de cada associado/a. (SINGER, 2002 p. 39).

Desse modo, é fundamental, que as funções no empreendimento desde o planejamento, a execução e as avaliações sejam exercidas por todos/as aplicando o princípio da variação de técnicas, isto é, em que cada participante tenha conhecimento de todas as atividades a serem desenvolvidas. Sendo assim, aplica-se a cooperação como metodologia de divisão do trabalho. A Economia Solidária contribui para não discriminação e subjugação do trabalho de mulheres, jovens e idosos, mas a interação complementar entre habilidades manuais, força física, conhecimentos intelectuais e emocionais. Assim, faz-se necessário investir continuamente na formação técnica, para quem possam produzir de forma mais eficiente e na educação dos/as participantes para gerar e garantir a cultura e a solidariedade.

A Economia Solidária por meio dos seus princípios entreveem caminhos para a construção social de valores, práticas e por consecutivo de estruturas e relações sociais que promovam a existência humana substanciada na cooperação, e na colaboração, na

reciprocidade, na participação, na igualdade social, no reconhecimento das diversas culturas que compõem a sociedade brasileira.

Os conceitos que fundamentam as práticas desempenhadas pela Economia Solidária são: A Agroecologia, Autogestão, Auto-organização, Coletividade, Democracia, Cooperação, Política, Trabalho Associado e Educação Solidária. Desse modo, cada um desses conceitos tem sua importância na construção dos ditos Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis, que devem ser classificados como organizações econômicas que têm como finalidade a geração de trabalho e renda para os/as trabalhadores/as.

A Economia Solidária por meio dos seus princípios entreveem caminhos para a construção social de valor, práticas e por consecutivo de estruturas e relações sociais que promovam a existência humana substanciada na cooperação, e na colaboração, na reciprocidade, na participação, na igualdade social, no reconhecimento das diversas culturas que compõem a sociedade brasileira.

Para Singer (2002, p. 24/25), “a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários está relacionada às atividades desenvolvidas tenham como fundamento o cuidado com a natureza e a conservação do meio ambiente”. Nota-se que nesses empreendimentos está presente os princípios da diversidade cultural, bem como o reconhecimento das etnias, das religiosidades, das práticas sociais e dos modos de vida dos grupos sociais e também a organização produtiva das mulheres. Como estratégia de sustentabilidade a Economia Solidária desenvolve a *Agroecologia*

A *Agroecologia*, ela se constitui de forma complementar em um conjunto de princípios éticos e de práticas sociais de produção e de consumo embasado no cuidado com o meio ambiente e nas culturas humanas. A *Agroecologia* para Zart (2014, p. 17) é entendida como uma ciência que estabelece princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar e avaliar os agroecossistemas, que nada mais é que é um local de produção agrícola - uma propriedade agrícola, por exemplo - compreendido como um ecossistema.

Ainda de acordo com Zart (2014, p.17/18) agroecologia proporciona uma estrutura com a qual podemos analisar os sistemas de produção de alimentos como um todo, incluindo seus conjuntos complexos de insumos e produção e as interconexões entre as partes que os compõem. O princípio científica é consolidado porque a agroecologia se aproxima das concepções de um desenvolvimento sustentável e integrado da sociedade, e por isso a ecologia e a economia são dimensões que dependem entre si.

Neste sentido, partido da reflexão de Zart (2014), a agroecologia vai além da técnica, pois congrega, investiga e analisa os elementos culturais de manutenção e conservação dos recursos bióticos e de proteção da qualidade ambiental. Além das dimensões biológicas da vegetação, a agroecologia incorpora a cultura, reconhece e valoriza os conhecimentos populares e as relações sociais, isto é, tem como objeto de análise e de ação a totalidade interrelacional da cultura, natureza, economia e sociedade.

Compreende-se o processo de implantação de experiências como, por exemplo, a produção de alimentos de maneira equilibrada e sustentável, de observação e de aprendizagens por meio das organizações camponesas, comunidades tradicionais e ampliadas para as organizações urbanas, que tem como objetivo a produção agrícola em harmonia com a preservação do meio ambiente. Os conhecimentos e as práticas agroecológicas se contrapõem as formas de monocultura, uso de agrotóxicos, sementes transgênicas. Aprecia a pluricultura, a matéria orgânica, as sementes naturais.

Se por um lado, houve na história da evolução mundial, houve com a modernização da agricultura, uma dinâmica de desapropriação dos saberes dos camponeses, por outro lado, há com agroecologia, um movimento histórico que afirma a cultura camponesa e a dos camponeses na sua historicidade de produção, de convivência social e de conservação da natureza.

A organização das mulheres é parte do movimento é a constituição de conhecimentos que se embasam na elaboração científica, não a tradicionalidade conservadora e fechada, mas uma natureza que se inova a partir das experiências internas dessas mesmas comunidades que se abrem para uma nova forma de aprender e fazer. Deste modo, a agroecologia é o aprofundamento dos conhecimentos e das práticas em relação aos ecossistemas e por meio da auto-organização supera-se a cultura da heteronomia, isto é, da obediência exclusiva das normas de alguém, estranha ao grupo social, hierarquicamente superior e que impõem a sua vontade, sua visão de mundo, seu modo de fazer.

A partir da observação realizada durante o trabalho de campo no Assentamento Juncal e também na AMAJU, nota-se que a Agroecologia está inserida como uma prática sustentável, pois as mulheres desenvolvem o plantio e manejo dos produtos utilizados como matéria-prima para fabricação dos doces, de maneira agroecológica, sem uso de agrotóxicos, inseticidas e adubos químicos e usando sementes naturais, como por exemplo, o mamão, a abóbora, o maracujá, o amendoim e o figo, banana, entre outros produtos, como podemos observar nas imagens abaixo.

Figura 02: Plantio, batata doce e banana, no Assentamento Juncal



Fonte: Trabalho de campo, Janeiro/2019.

Essas práticas garantem a produção da AMAJU, produtos orgânicos e de excelente qualidade para ser entregue ao mercado consumidor, a comercialização do excedente desses produtos faz parte das estratégias criadas para aumentar a renda das famílias em períodos em que a associação não entrega seus produtos por meio do PNAE.

A *Auto-organização* sendo em um importante princípio da Economia Solidária consiste na ação política dos movimentos sociais populares, das entidades sindicais e dos empreendimentos econômicos solidários em organizar-se sem interferência impositiva externa.

Desse modo, o autor Zart (2014) afirma:

Que as relações de autonomia, ou seja, a potencialidade dos/as associados/das de construir de forma interrelacional, participativa e coletiva as normas, que quando aceitas, devem ser observadas, seguidas e/ou referidas pelos integrantes em conformidade com os interesses e as aprendizagens do coletivo. (ZART, p 87).

Pra concretizar a auto- organização parte-se do reconhecimento da cultura, da ética, dos saberes, das práticas, das tecnologias do universo linguístico do grupo social que se propõem mobilizar e organizar. Sendo assim, auto-organização é uma das características mais marcante na AMAJU, tendo em vista que as mulheres praticam a organização antes mesmo do desenvolvimento do projeto da ITCP/UFMS, pois já tinha a concepção de que a auto-organização e união funcionam como forma de resistência e de luta para melhoria nas condições de vida e aumento da renda de suas famílias.

As mulheres que hoje fazem parte da AMAJU se organizaram desde o período da formação do Assentamento Juncal, pois, nesse momento já havia preocupação por parte das mulheres no sentido de unirem forças para buscar melhorias para o Assentamento e conseqüentemente para suas famílias, agindo como verdadeiras protagonistas da história do assentamento em questão, e promovendo reconhecimento por parte de outros sujeitos, diante das conquistas realizadas.

O protagonismo dos sujeitos sociais para consolidar os estabelecimentos de objetivos e metodologias, configurando uma coletividade, ou seja, um conjunto de pessoas associadas que agregam forças para alcançar uma finalidade específica e que representa a vontade conjunta dos participantes. As organizações não são entidades fechadas e isoladas da sociedade, sem a influência ideológica e política dos entornos.

Portanto, há a necessidade de um processo contínuo de diálogo e de formação com os participantes. Para a efetivação desta necessidade, o grupo social associado pode buscar instituições que tornem parceiras na concretização da competência auto-organização. Esta externalidade deve somente reforçar, ampliar e aprofundar os princípios, à vontade e as práticas de auto-organização. Essas práticas unidas à coletividade dos grupos sociais é a afirmação da proximidade gerando a cultura do compartilhamento de costumes, interesse, crenças, valores.

Sendo assim, a coletividade caracterizada como princípio de Economia Solidária é também considerada um modelo da formação social que atende aos princípios da convivência presente na subjetividade dos sujeitos como a mais relevante para o desenvolvimento da condição humana. Representa o encontro entre as pessoas que na configuração social em forma de comunidade. O estar em comum em todas as necessidades e possibilidades: materiais e espirituais está presente na reciprocidade coletiva que ocorre na construção de estruturas, pois é fundamental que a relação entre os/as integrantes pratiquem a reciprocidade.

As organizações com características como da AMAJU trazem as relações sociais de corresponsabilidade e atuam para a elevação da humanidade do indivíduo, da existência com bases de igualdade social e de reconhecimento das diferenças culturais, baseia-se nos valores e nas práticas sociais de participação integral do homem e da mulher nas organizações sociais.

Desse modo, por meio da coletividade do trabalho desenvolvido nos empreendimentos econômicos solidários, tendo como exemplo a AMAJU, a prática da comercialização e o consumo também se dá de uma forma solidária, ou seja, o princípio da produção, comercialização e consumo visa atender a todos os participantes de forma igualitária, esta é necessária para sua viabilidade. Desta situação de variação nos rendimentos decorre a primeira dificuldade quando se avalia o mercado dominante, que são as relações de trocas orientadas pelos valores do capitalismo.

Conforme depoimento de Elisete, associada da AMAJU desde o início da organização da associação, as integrantes da AMAJU são solidárias e se sentem felizes por praticarem boas ações umas com as outras:

Eu tenho muito orgulho de dizer que faço parte de uma associação como a AMAJU, porque aqui nós é parceira mesmo, até a comida nos dividimos, quando alguém tem uma mistura diferente em casa traz e a gente cozinha aqui na associação, porque a gente não tem tempo de ir a casa almoçar, então tem que comer por aqui mesmo. E tudo que agente produz é coletivo, quando a gente vai fazer doce de abóbora a gente pede pra quem tem abóbora em casa para trazer, quando a gente vai fazer o doce de mamão todas traz o que tem em casa também. Tem um doce diferente que a gente faz e que tem muita procura, todo mundo gosta bastante é um doce de leite com maracujá, a gente faz o doce de leite e depois faz uma calda de maracujá e coloca pra decorar o vidro, fica bem gostoso e diferente, tem bastante saída. O maracujá as mulher que tem no quintal já traz e a gente tira a polpa e congela porque não é sempre que tem. Então tudo que a gente vende é dividido igual, sem nada a mais pra nenhuma. A gente se ajuda muito. (ELISETE, 2019).

Os princípios da *Comercialização* e o *Consumo Solidário*, estes vem contrapor as práticas impostas na ética do capital e do mundo da mercadoria, tendo em vista que essa lógica conduz as pessoas à competição, a concorrência e ao individualismo buscando vantagens sobre o trabalho do outro, pagando menos para ter mais. Na socioeconômica solidária os valores afirmados invertem as relações humanas. Nela aprende-se e se socializa a cooperação, a solidariedade, a reciprocidade.

De acordo com (Singer, 2002. p. 34). “No processo de desenvolvimento socioeconômico solidário afirma-se que o ser e ter do outro é um complementa-se com o meu ser e o meu ter. O Eu e Tu se fazemos humanos na convivência”.

Neste sentido, o mercado não é compreendido como a livre concorrência, o espaço da competição. Ele é um espaço e tempo de intercâmbio de produtos, de serviços, de tecnologias, de saberes, de práticas, de experiências. É a afirmação da cultura local, na sua diversidade, que, ao ser reconhecer, potencializa as condições materiais e intelectuais de desenvolvimento.

A *Comercialização Solidária* é a metodologia que realiza o encontro entre quem produz e quem consome. Não é a abstração do mercado de capitais, mas são pessoas que se identificam pelo trabalho e os desejos de consumo, para satisfazer necessidades e promover as possibilidades de renda dos produtores, expandindo a capacidade de produção, de trocas, de diversificação e de qualificação dos produtos.

O princípio da *Comercialização Solidária* é visto pela AMAJU como justamente um método para que o produto seja produzido e comercializado de forma solidária, satisfazendo as necessidades e a possibilitando melhoria na renda das mulheres e conseqüentemente de suas famílias.

Segundo depoimentos de Dirce, associada AMAJU, ela nos conta como produzem e comercialização seus produtos de forma solidária, buscando mecanismos e intensificando a produção e comercialização para que todas as mulheres que pertencem à associação continuem obtendo renda nos períodos em que não entregam produtos para o PNAE:

Como nós entregamos os produtos para a merenda escolar e tem um período que não podemos entregar porque o aluno estão de férias, então temos que procurar vender nossos produtos. Aí a gente entrega nas feiras de Naviraí, tem também o Mercado Municipal, e para nosso cliente que sempre compram o ano todo. A Cida e o Julindro, leva pra cidade e entrega nos lugares e no dia da prestação de conta ela passa a nossa parte do dinheiro. Isso ajuda muito no tempo que não tem entrega pra merenda escolar. (DIRCE, 2019).

Na economia solidária o encontro entre produtores e consumidores gera uma afinidade que consiste na confiança entre quem produz e quem consome. Desse modo, ambos assumem compromissos éticos e políticos com o desenvolvimento solidário e sustentável, a prática social é denominada de consumo solidário, gerando a promoção do trabalho emancipador, o cuidado com o meio ambiente, por meio da agroecologia, possibilitando o reconhecimento da diversidade cultural.

No consumo solidário, aprende-se que a atitude de consumir um produto promove uma característica específica de desenvolvimento social, a articulação entre entidades públicas, privadas, movimentos sociais para harmonização, convergência de princípios,

objetivos e metodologias comuns em projetos de desenvolvimento econômico, educacional, cultural em determinados territórios e a participação é organizada nos moldes da *Cooperação*, ou seja, que tem em um dos seus princípios básicos, o princípio da Economia Solidária que trata da coletividade, executando um trabalho associado, ou um trabalho em conjunto.

Na AMAJU, pode-se observar por meio de vários depoimentos que a cooperação é um dos motores que impulsionam a associação, pois as mulheres trabalham em conjunto e participam de todo o processo, desde a produção à entrega dos produtos ao consumidor final. Ao longo do processo produtivo as mulheres da AMAJU se tornam participativas, adquirindo conhecimento e também transmitido conhecimento por meio de seu trabalho, o que não ocorre entre os trabalhadores na produção capitalista, como por exemplo, nas indústrias do agronegócio.

Como nos mostra a imagem abaixo, em que as lideranças da AMAJU participam de reunião juntamente com lideranças de outras associações e cooperativas do município que participam das chamadas do PNAE. Na ocasião foram discutidos valores, produtos e quantidade que seriam entregues para merenda escolar.

Figura 03: Lideranças da AMAJU em reunião com Secretaria de Educação de Naviraí/2018



Fonte: Trabalho de Campo, Janeiro/2019.

No modo de produção capitalista existe *Cooperação* entre os trabalhadores/as na fábrica, no comércio, na prestação de serviços. Sob o regime do capital a relação de trabalho entre patrão e empregado predomina as normas dos que dominam os meios de produção privados, que são as indústrias, o comércio, a mineração, sistema financeiro. Uma vez que os/as trabalhadores/as cooperam entre si, o resultado do trabalho não pertence a quem produz, mas ao proprietário do capital que, em uma relação contratual, compra a força de trabalho, em troca, paga um salário. Desta relação de trabalho surge o lucro para o capitalista. Na economia solidária rompe-se com círculo da exploração do trabalho ou, mais especificamente, com a lei objetiva de geração de mais-valia, ou lucro.

A cooperação na Economia Solidária tem uma relação direta entre as condições materiais de trabalho e a subjetividade das pessoas participantes, ela ocorre porque os meios de produção, condições materiais, são de propriedade dos/as trabalhadores/as. As subjetividades nas relações solidárias mudam.

Enquanto empregado/a deve ocorrer à obediência, submissão às leis de previamente definidas, trabalhar sem questionar das condições e da finalidade, na cooperação solidária as pessoas tornam-se sujeitos da sua própria história, portanto passam do medo para ousadia, da obediência cega para autonomia. Tais características possuem um sentido complementar, os resultados não são apropriados por um único dono, mas serão distribuídos em conformidade com o trabalho de cada um/a. Os/as trabalhadores/as viverão dos esforços da força do trabalho social, ou seja, cooperação na produção, na comercialização e no usufruto dos resultados do trabalho.

Conforme já dito anteriormente na AMAJU o trabalho da mulher é autônomo, ou seja, é nesse momento que ela pratica a almejada autonomia, pois naquele espaço as mulheres são as detentoras dos saberes culturais e podem colocar em prática sem interferência de terceiros.

Desse modo, para que haja uma compreensão do funcionamento da engrenagem contida na Economia Solidária faz-se necessário a abordagem referente a um dos princípios de maior importância nela contidos, a *Democracia*. A democracia está materializada na relação de poder e cada vez que nos referimos à democracia estamos tratando dessa relação de poder, onde um se sobrepõe ao outro por meio do poder que exerce ao outro. Em sociedade com períodos não democrática, a concepção de poder é relacionada e/ ou confundida com atitudes autoritárias de dominação e de exploração.

A etimologia da palavra *democracia* nos remete ao sentido de “poder ao povo”, o oposto às relações autocráticas em que o poder está centrado em um indivíduo que governa conforme seus interesses e desejos. Já a autocracia é uma forma de governo ditatorial que atende a mecanismos de controle do Estado embasados no delineamento de leis orientadas pelo privilégio de um grupo diretamente vinculado ao soberano chefe a quem atendem e por quem são atendidos.

A *Democracia* para Ribeiro (1995), é contraditória às relações de poder estabelecidas pela plutocracia, ou seja, governo centralizado não mãos dos ricos, ou uma elite dominante, se julgam melhores que os demais. Esse critério de avaliação da suposta superioridade fundamenta-se nos argumentos do mérito individual. É a dominação pela meritocracia, alguém é e possui por que foi capaz, inteligente e investidor.

No Brasil, predominam os grupos plutocratas os homens brancos e capitalistas. Ainda são opostas à democracia as relações de poder teocráticas, nelas a fonte de poder está em Deus e todas as relações são justificadas como uma inspiração ou uma ordem superior, portanto divina, e em nome de Deus é exercido. Diferente é na democracia, em que a fonte do poder é o povo e em seu nome é exercido.

A cidadania como uma das principais características da democracia, para ser exercida, deve seguir ritos formais de requerimento, de tempos rigidamente controlados de fala, de processos que consagram os autos. A democracia liberal, acima de tudo, é a afirmação da ideologia e de poder da classe burguesa e o Estado é organizado para atender a lógica política e econômica dos homens que controlam os meios de produção - os capitalistas. A segunda configuração de democracia é a organização popular. Ao analisarmos a sua configuração nota-se que essa modalidade firma-se na organização política popular.

Desse modo a democracia popular é o movimento histórico de construção de condições materiais e substanciais para além da formalidade, garantir a participação efetiva do povo em todo o processo do exercício do poder. A prática política se inicia no conhecimento real dos problemas sociais, na concepção crítica das situações sociais, na construção de uma agenda coletiva, na execução e na avaliação da política e no exercício.

Nesse caso o poder popular, por ser expressão do povo na sua diversidade prática das demandas que surgem de todos os territórios onde existam pessoas na sua condição de trabalhadores e de trabalhadoras, homens, mulheres; negros e índios, brancos; jovens, crianças e idosos; heterossexuais e homossexuais; escolarizados e analfabetos.

Conforme Paludo (2001), a democracia popular é o exercício do poder de todos/as na afirmação e consolidação dos direitos, na ampliação de conquistas e na construção coletiva das condições objetivas e subjetivas, econômicas e culturais para a concretização ampla da participação democrática. Essa por sua vez é radicalmente transformadora, pois nela não aceita nenhuma exclusão social. Sendo assim a explicação e a compreensão da história de dominação é um exercício com vistas à mudança social profunda para a vida em sociedade solidária.

Na AMAJU, toda e qualquer decisão é discutida e tomada de forma democrática, garantindo a participação e o uso do direito de todas e todos os membros da associação. Desse modo, garante igualdade e respeito entre as/os associados (as). Conforme o depoimento da associada Elenir, ela nos conta com suas palavras com a democracia está presente na associação:

Na AMAJU as eleições são feitas a cada dois ano e cada uma de nois tem direito de vota e colar nosso nome pra se votada também, só que a gente tem consciência de que o trabalho na frente da associação não é nada que a fácil, tem que falar com o pessoal da prefeitura, tem que representar a AMAJU nas reunião e todo mundo sabe que a gente não tem estudo, não sabe conversa direito, tem que negociar os preço dos produto. Mais graças a Deus está tudo dando certo e até hoje que nois elegeu pra está na frente da AMAJU, sempre fez tudo nos conforme pelo menos é a minha opinião. (ELENIR, 2019).

Conforme já dito anteriormente tais práticas somente podem ser efetivadas no regime democrático e por meio da *Educação Solidária*, tendo em vista que, é um dos princípios norteadores da Economia Solidária e contribui para construção de uma sociedade firmada nos valores éticos e solidários. Com o objetivo de constituir um complexo de valores e de práticas sociais, que tem como fundamento promover a transformação de realidades sociais dominadora, exploradora, individualista em sociedades éticas, participativas, promovendo a solidariedade, a política democrática, o trabalho associado, a subjetividade, a igualdade social, o reconhecimento da diversidade e cooperação entre os integrantes dos grupos sociais que praticam a Economia Solidária.

A partir de uma relação de ensino e aprendizagem de valorização do ser humano, da capacidade crítica e criativa de imaginação, de invenção e de práticas de relações sociais de reciprocidade, de mutualidade de organização do trabalho a partir de bases coletivas e da distribuição justas dos produtos para o bem viver de todos e todas que se associam às organizações econômicas solidárias.

Assim a convivialidade entre os indivíduos que reforça a corresponsabilidade pela existência, do construir-se mais gente e do cuidado com o outro. Desse modo a educação solidária é à base da formação intelectual para construção social com a organização socioeconômica, cultural e política da classe trabalhadora, É, portanto, uma educação para emancipação da humanidade. As participações de cursos de aperfeiçoamento são vistos pelas mulheres da AMAJU com parte importante do processo produtivo, motivando o aprimoramento do trabalho desenvolvido.

Segundo nos conta Maria, atual presidente da AMAJU, as mulheres associadas à AMAJU passam por palestras relacionadas à prevenção e combate à violência doméstica, curso de aperfeiçoamento técnica como, por exemplo, técnicas de panificação, preparo de novos tipos de compotas e doces com ênfase na produção orgânica e diminuição de adubos químicos na produção, também participaram de curso de modalidades de turismo rural. Pois na região do assentamento existem vários rios com existência de quedas d'água com potencial turístico, “o SEBRAE também veio aqui e deu um curso pra gente sobre o turismo rural, porque aqui tem bastante rio, então dava para transformar o lote em um lugar pra turismo e passeio”. (MARIA, 2019).

A realização de cursos e oficinas demonstra que as mulheres participam ativamente e buscam o aperfeiçoamento técnico do seu trabalho. E, por fim, e tão importante quanto os demais princípios norteadores da Economia Solidária é a *Política*, o que é a política? Política é a arte de bem cuidar da coisa pública? É a capacidade de barganhar e impor os interesses privados sobre os coletivos? A primeira pergunta leva ao sentido original da palavra.

Partindo dos primeiros estudos filosóficos no que diz respeito à política, em que os gregos faziam a filosofia política para expressar a ideia fundamental da boa administração da coisa pública. Sendo assim, política neste caso é uma ciência social. Ciência, pois estuda as relações humanas em sociedade.

A ciência *Política* aborda e constitui os princípios e os processos organizacionais da vida em sociedade e neste sentido procura explicar e compreender as formas de poder.

Desde os gregos, há a defesa da democracia, ela presume a participação de todos os cidadãos e cidadãs na gestão das coisas públicas, os ditos direitos constitucionais da população, como: educação, saúde, a ciência, a tecnologia; como também a rua, a praça, a habitação, o meio ambiente, o preço do feijão, da carne, o valor do salário mínimo, entre outros. Nestes termos, tudo é definido pela política, posto que defina as opções, o direcionamento e a concretização ou não de determinados projetos sociais.

A política é uma prática social porque traduz os relacionamentos humanos, podendo ser autocrático, poder de imposição de um só – indivíduo ou grupo, ou plutocrático, quando uma pequena elite se julga superior e única capaz de governar porque é mais inteligente. Também podem ser totalitárias, nas quais as relações de poder são negadas os direitos sociais, políticos, econômicos. Neste caso os direitos humanos são desrespeitados.

É nos regimes totalitários que o sentido da política é corrompido, porque quem detém o poder necessita, para garantir os seus privilégios ocultar as verdades e evitar a participação do povo. Desta forma, para a construção de uma sociedade justa e igualitária, portanto solidária, é preciso redimensionar o processo histórico para compreensão da política que realiza a crítica da situação vivida e influir nas possibilidades utópicas de uma sociedade solidária. Para a concretização de tal sociedade as relações de poder devem ser democráticas, por isso é um processo participativo que englobe os cidadãos.

Na democracia a política é concebida e praticada no sentido original, os cidadãos e cidadãs decidem os rumos da economia, da educação, da cultura, dos direitos fundamentais, além do exercício formal da política e do direito ao voto. A política democrática orienta para a existência social em que os valores sintéticos da vida são valorizados e praticados na integralidade. Neste sentido, a política é a construção das relações sociais humanas necessárias para vivências solidárias e sustentáveis.

A partir da observação no trabalho de campo foi possível que a Política está presente nas ações das mulheres que compõem a AMAJU, visto que existe um relacionamento social que consiste na integração dos valores e dos direitos e respeitos sobre as diferenças, estando sempre abertas a debates que possam elevar a melhoria da qualidade de vida das famílias que pertencem ao grupo em questão.

Também é notável a presença mulher como liderança e representatividade nos eventos realizados a fim de resolver questões importantes para o Assentamento Juncal, como por exemplo, o bem feitorias realizadas nas dependências comuns, bem como aquisição de implementos agrícolas, como tratores, e outros maquinários que são de uso comum do assentamento. Na figura abaixo a vice-presidente da AMAJU participa de reunião, com a finalidade de reivindicar recursos para melhoria nas estradas internas do assentamento que dão acesso da sede as unidades produtivas do assentamento.

Figura 04: Reunião entre lideranças do Assentamento Juncal e Gerência de Obras e Desenvolvimento de Naviraí.



Fonte: Trabalho de Campo, Janeiro/2019.

A presença da figura feminina nos espaços de decisão na maioria das vezes liderados por homens, demonstra que a mulher é capaz de representar a classe, nesse caso a classe das mulheres camponesas, a fim de buscar melhorias na forma de políticas públicas a que vem beneficiar a todas as mulheres com é o caso da AMAJU, que contribui para o desenvolvimento econômico e social das mulheres do Assentamento Juncal.

A organização das mulheres do Assentamento Juncal teve início muito antes do convenio entre ITCP/UFMS, AGRAER, Prefeitura Municipal e Assentamento, embora estas entidades e o convênio tenham contribuído para fortalecer a organização das mulheres. A organização das mulheres nasceu de suas próprias iniciativas, conforme depoimento de Maria da Silva, presidente da AMAJU:

Eu ficava pensando à tarde depois que terminava o serviço de casa. O que, móis mulheres podia fazer pra melhorar a renda da nossa família e não ficar só esperando

pelo dinheiro da renda do nosso marido Foi ai que uma vizinha me falou, porque não montar uma associação só de mulheres. Foi ai que eu fui conversar com a Fátima que na época era presidente da ANTEP, sobre a possibilidade da criação de uma associação somente de mulheres, mas recebi foi um balde de água fria, voltei pra casa decepcionada. A mesma coisa aconteceu quando fui pedir apoio na AGRAER Foi ai então que resolvi ir à prefeitura para conseguir uma barraca para vender nossos produtos na feira do produtor da cidade, ai sim começamos a colocar os produtos para vender. Nois começamos levando, doces, bolos, pão, ovos caipiras, frangos, verduras, mandioca e mais os artesanatos, isso tudo era levado de trator na carreta, no domingo móis saia de madrugada pra feira. Foi assim que tudo começou. Tudo era feito nas casas, era tudo individual, não tinha nada coletivo, isso que era ruim. (Maria da Silva, 2018).

A partir da fala das mulheres assentadas é possível notar que as mesmas tinham a compreensão sobre a necessidade de se organizarem em torno de uma associação, pois, com isso seria muito mais possível conseguir as melhorias que tanto almejavam para o assentamento e também para melhorarem a renda de sua família.

Conforme já dito anteriormente o campo brasileiro vem passando por um processo de modernização, a partir de meados da década de 1960, que desencadeou em profundas transformações no modo de produção camponesa. Essas transformações trouxeram com ela a necessidades de adequação por parte dos camponeses, com isso tiveram que utilizar de estratégias de resistência para se manter em sua posição. A incorporação da “agroindústria” na produção de alimentos aliada as políticas públicas de desenvolvimento rural, como o PAA e PNAE, garantem meios de sobrevivência a esses indivíduos.

Essa cooperativa tem como um dos seus principais objetivos quebrar alguns preconceitos de que a produção de frangos pode somente ser desenvolvida em larga escala e na verdade nota-se que esta modalidade vem ganhando grande destaque no assentamento, isso por se tratar de um alimento saudável, livre de hormônios e outros produtos químicos utilizados na alimentação dos animais criados em confinamentos. Cabe ressaltar ainda que o produto/alimento produzido pela cooperativa começou a ser comercializado para merenda escolar das escolas do município de Naviraí, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o que vem agregando visibilidade aos assentados do Juncal.

A AMAJU contou e conta até os dias atuais com o auxílio da UFMS para seu desenvolvimento que por meio de projetos criados pela ITCP, que tem como objetivo nesse caso promover melhorias e conhecimento técnico para as camponesas/esses do Assentamento Juncal.

Desse modo, o trabalho de trazer o conhecimento técnico para as mulheres camponesas, apresentando metodologias que garantem melhor desempenho na produção,

disponibilizando assistência técnica adequada para o manejo do solo e das plantas, auxiliar na organização produtiva da AMAJU, por meio de projetos desenvolvidos pela ITCP/UFMS trouxe para o grupo social pertencente ao Assentamento Juncal à possibilidade de transformação social, econômica e até mesmo intelectual das mulheres da AMAJU, através de práticas fundamentadas em princípios que norteiam a Economia Solidária e juntamente com as notáveis particularidades dessas mulheres que já praticavam a auto-organização como estratégia de melhoria de renda para famílias, ou seja, as mulheres do Assentamento Juncal já pensavam na coletividade como forma de resistência e permanência no campo. A ITCP/UFMS veio com as técnicas e a metodologia para orientá-las.

Para o desenvolvimento do trabalho com mulheres de assentamentos rurais, a ITCP/UFMS amplia o ponto de vista de viver e produzir e concretiza ações interdisciplinares e intertemáticas, por entender que a vida é um campo de possibilidades e de restrições, principalmente no que se refere às relações de gênero e trabalho.

As mulheres que estão presentes na sociedade economicamente ativa, compartilham da recriação do trabalho e influenciam na situação dos campos de criatividade pertinentes a crescente melhoria da qualidade de vida. De fato a participação não se limita ao campo econômico, abrange as dimensões da ética, da estética, da arte, enfim, as definições e significados constituídos nas relações sociais com outros valores, no caso dos grupos relacionados atualmente com a ITCP/UFMS, ligados a terra como o lugar de moradia e de reprodução social da vida.

No entanto, deve-se ressaltar que as mulheres do Assentamento Juncal, desde o período em que o mesmo era apenas um projeto. Conforme relatos de assentados homens inclusive fica claro que em vários casos a mulher era quem estava à frente nas reuniões e até mesmo no acampamento em períodos finais antes da demarcação dos lotes. Essa situação se dava pelo motivo de seus companheiros terem seus trabalhos na cidade e estarem comprometidos com outras tarefas. É possível evidenciar esse fato, a partir de relatos.

Como nos conta o Julindro Lopes da Silva, assentado do Juncal, sobre a organização e participação das mulheres no período do acampamento:

Na época eu era taxista então não podia estar participando das reuniões e nem ficar no acampamento foi quando a Cida, minha esposa tomou a frente pela nossa família. Era ela quem ia à reunião, ela também fazia parte da diretoria da ANTEP. Ela sempre gostou muito de trabalhar e antes de nós morar na cidade nós moramos sempre em fazenda e eu trabalhava de empregado, isso foram muitos anos e ela sempre trabalhava limpando a casa do fazendeiro, fazendo comida quando ele vinham pra fazenda, então ela sempre gostou de ter o dinheiro dela e ser

independente e sempre gostou de ajudar os outros. E quando foi pra começar a organizar a AMAJU ela que tomou a frente, chamou as mulheres, foi atrás de apoio da AGRAER e da Prefeitura, só depois que apareceu a Universidade, mas foi muito tempo e muita luta pra isso tá como está hoje, elas passaram por muita dificuldade, hein... E eu reconheço que elas são mulheres que lutam pela melhoria da renda das famílias e hoje elas é muito desenvolvidas por causa da associação mas elas são a associação, elas tem força. (JULINDRO, 2018).

Desse modo, nota-se o reconhecimento por parte de outros membros da família, a importância do trabalho da mulher, no caso o marido. Esse reconhecimento está relacionado às práticas de organização e a busca pelo desenvolvimento da unidade produtiva familiar por meio da coletividade entre as mulheres, como trajetória de vitória para trabalhadores e trabalhadoras do campo, sejam eles assentados ou pequenos produtores para que permaneçam produzindo alimentos e continuem resistindo o avanço do agronegócio frente ao campesinato. Ou seja, as práticas relacionadas à organização produtiva em torno de associações e cooperativas que fortalecem de forma significativa os camponês/esa.

Atualmente a AMAJU, conta com a infraestrutura da “agroindústria”, como por exemplo, os fornos e fogões industriais movidos a gás, que foram adquiridos a partir de recursos próprios. Esses equipamentos são utilizados no preparo dos pães e doces produzidos pela associação.

Conforme nos conta a associada Dirce Maria, que está na associação desde a sua fundação:

Antigamente os doces e os pães eram preparados no fogão e no forno a lenha, era muito trabalhoso, tinha que sair a procura de lenha para aquecer o fogão e o forno. Também as panelas dava muito trabalho pra limpar, ficava tudo grudado no fundo, e não era forrada a cozinha, porque era esquentava demais. Depois que adquirimos o fogão e o forno industrial forramos a cozinha com PVC, ficou tudo mais limpo e mais higiênico. Assim podemos produzir mais e sempre melhora as nossas ferramentas de trabalho. Isso melhorou muito e a gente se sente motivada a trabalhar e produzir. (DIRCE MARIA, 2019).

É evidente que ainda existem muitos obstáculos a serem superados, porém é notável o desenvolvimento não apenas financeiro, mas também a autonomia social conquistada por essas mulheres.

Desse modo, a partir do depoimento de Maria da Cruz Silva, atual presidente da associação e membro desde a fundação, observa-se ao falar passagens importantes sobre sua vivência no campo. Verifica-se também gratidão das mulheres associadas na AMAJU bem como a importância do papel da organização e a coletividade:

Eu só estudei o primeiro ano, porque minha mãe morreu muito cedo, eu e meus irmãos era tudo criança e tive que ajudar cuidar deles e também meu pai queria que trabalhasse. Nós morava na Fazenda Vaca Branca e lá também não tinha escola. E quando casei fui trabalhar no corte de cana, mas sempre gostei da vida no campo, porque na roça tem fartura, tem liberdade, sempre gostei de se livre. Então quando apareceu a lista pra esse assentamento fiquei muito feliz, porque antes nós ficamos no acampamento Sul Bonito de Itaquiraí e isso já fazia uns três anos e não saía. E hoje aqui no assentamento com a associação nossa renda melhorou muito e eu aprendi a conversar com as outras pessoas, aprendi a negociar também, eles dão cursos pra gente. Essa associação é muito importante porque com ela nós podemos vender o produto que nós mesmos produzimos, o meu maior prazer é ver meus netos podendo usufruir o que tem aqui, é minha felicidade os ver correndo aqui no lote. Eu não tenho palavras pra agradecer o quanto a AMAJU tem ajudado a melhorar a nossa renda. (Maria da Silva, 2019).

A organização das mulheres do Assentamento Juncal proporcionou uma melhoria significativa na unidade produtiva familiar, por meio da diversificação da produção nas unidades produtivas do assentamento, trazendo propostas inovadoras, valorizando os saberes populares e também trazendo conhecimento científico e tecnológico que puderam melhorar as rendas das famílias camponês.

Por meio do conhecimento técnico adquirido através de curso disponibilizado para as mulheres e também as famílias vinculadas a AMAJU, as unidades produtivas se tornaram mais diversificadas. Como se pode observar na imagem abaixo, onde demonstra o interesse em aprimorar as técnicas e aumentar a produção nas unidades produtivas do Assentamento Juncal.

Figura 05 - Viveiro de mudas de hortaliças no Assentamento Juncal



Fonte: Trabalho de Campo, Setembro/2018.

A AMAJU fundamenta-se na promoção da participação social, no processo de organização coletiva e comunitária, adequando a ciência e a tecnologia às realidades sociais concretas. Desse modo, a construção social do conhecimento é a matriz mobilizadora e organizadora de agentes de desenvolvimento social para viabilidade da adequação sociotécnica.

Conforme fala da vice-presidente da AMAJU, Cida, as mulheres da associação participam de seminários, levam seus produtos pra serem expostos em feiras, em outros momentos levam seus produtos para serem comercializados em barracas em eventos de comemoração da cidade. Ainda segundo a fala da vice-presidente as ações mencionadas anteriormente tem a intenção de diminuir a desistência das mulheres com relação ao trabalho na AMAJU.

Todo ano nos participa da “Feira de Semente Carriola de Juta”, nós também promove festas aqui no assentamento.

A gente tem a festa do frango com quiabo, tem o rodeio que sempre vem muita gente da cidade e da região. Eu acho que isso é muito bom pro assentamento porque

as pessoa fica conhecendo nosso trabalho e acaba virando cliente. No tamém leva nosso produto pras festas na cidade. (CIDA, 2018)

Diante da relevância dos fatores que levaram as mulheres vinculadas a AMAJU a desistirem a logo do processo, é inegável a importância das ações das mulheres que permaneceram trabalhando e produzindo, fortalecendo o nome da AMAJU e buscando aprimorar suas técnicas e conhecendo novos produtos, por meio da participação em feiras de produtos camponeses e agroecológicos, como por exemplo, Feira De Sementes Nativas E Crioulas de JUTI-MS, Feira de Mulheres Camponesas em Campo Grande e Dourados e até mesmo em outros Estados como Goiás e Paraná.

Além das estratégias mencionadas, a AMAJU também promove almoços com pratos típicos como frango com quiabo e a galinhada, esses eventos são promovidos com intuito de expor seus produtos e conseqüentemente aumentar suas vendas. Os produtos comercializados nesses eventos partem desde tapetes confeccionados artesanalmente, utensílios de crochê, sendo toalhas de mesa, panos de prato, doces, pães e biscoitos.

A resistência das mulheres ao longo do tempo e das dificuldades e a busca por estratégias para que os produtos permaneçam no mercado e fortalecendo cada vez mais a associação, mesmo quando os obstáculos persistem em forma de exigência impostas pelo mercado. São exemplos de dificuldade as burocracias impostas pela Vigilância Sanitária, que elevam os custos da produção, como custos com embalagens.

Durante o trabalho de campo no Assentamento Juncal foi possível observar que as mulheres da AMAJU atravessam várias dificuldades para realizar a produção dos alimentos, visto que essas mulheres dependem diretamente dos maridos, pois elas não possuem autonomia para se locomoverem até a cidade para adquirirem a matéria prima para produção e entregar a produção.

Essa dependência gera conflitos familiares internos, ou seja, entre o marido e a mulher, pois na maioria das vezes, o marido prefere que a mulher não exerça atividades em grupos produtivos para que não necessite de prestar sua ajuda. Desse algumas mulheres optam em não participar da associação para não provocar esse tipo de conflitos provocando a diminuição no número de participantes da associação.

Podemos exemplificar essa teoria na prática ao colocarmos a fala da assentada e membro da Associação de Mulheres do Assentamento Juncal, senhora Dirce Antônia Elias do Nascimento “nois aqui da AMAJU, depende dos maridos, porque eles que levam pra cidade o

que noís produz a gente não dirige, eles que leva a gente pra compra o trigo pra faze o pão, o açúcar pra fazer o doce, as embalagens pra pôr as coisas”. (DIRCE NASCIMENTO, 2018).

A diminuição no número de participantes também está diretamente ligada a conflitos de ordem econômica entres as próprias integrantes, conforme depoimento da Senhora Dirce que nos conta:

[...] Teve mês que não conseguimos tirar nem o dinheiro do material para produzir os pães e o doce. Porque a gente vendia muito barato e não dava pra pagas às contas, teve viés que nos trazia açúcar de casa, uma trazia o trigo, outro ovo pra pode fazer o produto, foi ai que muitas desistiram, os maridos não estava gostando de elas ter que trazer as coisas pra pode produzir. (DIRCE NASCIMENTO, 2018).

Neste sentido, podemos observar as dificuldades vivenciadas pelas mulheres ao longo do processo de organização das mesmas. Ficam claro também que a mulher camponesa ainda está subordinada as decisões do marido, ou cônjuge, mesmo quando desenvolve atividades fora do espaço lar, ou seja, a mulher ainda necessita do aval de seu companheiro para que se sinta confortável e possa se desenvolver e produzir, logo gera renda e melhoria na qualidade de vida de sua família.

Percebendo que as mulheres do assentamento também possuíam conhecimentos adquiridos previamente com suas matriarcas relacionados à produção de pães, bolachas e doces artesanais e também vários outros produtos artesanais com tapetes de crochê e outros produtos como tolhas bordadas, panos de pratos bordados e também pinturas a mão. A partir desses conhecimentos, também buscaram criar uma nova associação de mulheres, no ano de 2008, para que pudessem desenvolver e diversificar a produção do assentamento, visto que havia uma grande demanda desses produtos no município.

A existência de disputas entre as próprias mulheres é também parte dos conflitos internos a associação, o mesmo acontece em alguns casos com mulheres de fora da associação. Essas disputas tem inúmeros motivos, dentre eles os mais recorrentes são, o modo com que as lideranças conduzem a associação, ciúmes e intrigas por motivos banais como, aquisição de bens não duráveis, ou uma simples melhora no visual.

Outro tema também importante que dificulta e aumenta o custo da produção e diminui a renda com a comercialização dos produtos é o preço da matéria-prima para produção de pães e os doces que necessitam do leite para produção, visto que nem todas as associadas da AMAJU produzem o leite. Isso obriga a associação a incluir os custos com essa

matéria-prima na prestação de contas, ou seja, todo leite consumido na produção dos alimentos são adquiridos pela AMAJU da COOPAJU.

A decisão de pagar a COOPAJU pelo leite utilizado na produção foi tomada de comum acordo com as associadas para que estabelecesse uma maneira justa no momento de dividirem a renda final entre as mulheres associadas. Vale ressaltar que, a comercialização do leite entre a AMAJU e a COOPAJU, promove renda para aos produtores de leite, consequente melhora a renda das famílias do Assentamento Juncal cooperadas na COOPAJU.

Cabe ressaltar que existe uma relação amigável entre a AMAJU e a COOPAJU, visto que a maiorias das mulheres associadas na AMAJU também pertencem à cooperativa, mas essa relação amigável não acontece com a ANTEP, devido a conflitos de interesses entre as lideranças de ambas as partes.

A partir do trabalho de campo foi possível observar a existência também conflitos internos à associação, na maior parte das vezes esses conflitos são causados por divergências de pensamentos e interesses. Segundo informação das entrevistadas a dificuldade no relacionamento interpessoal seria um dos principais motivos pelo qual as mulheres desistem do trabalho na associação. Cabe ressaltar que, também existem conflitos entre as integrantes da AMAJU e os integrantes da ANTEP.

Conforme depoimento de Cida, vice-presidente da AMAJU, ela nos conta que os maridos associados na ANTEP obrigam as mulheres a deixar o trabalho na AMAJU por não aceitarem que elas trabalhem fora de casa:

[...] Quando foi pra começa organização da AMAJU quase todas as mulheres aqui do assentamento queria fazer parte da associação, mais quando começo a ter a reunião fora do assentamento e os maridos viram que elas ia-te que deixa a casa pra trabalha fora elas começou a deixa a associação [...] Vou te dizer uma coisa na maioria do caso é os maridos que fazem parte da associação do professor, porque desde o início eles nunca quis que existisse isso aqui [...]. (CIDA, 2019).

Diante das informações contidas no depoimento acima, ainda prevalece uma relação marcada pela dominação patriarcal, em que o homem exerce o poder de decisão. A relação de dominação masculina sobre as mulheres camponesas caminha a passos lentos, mesmo quando notamos em alguns casos a inserção de mulheres em espaços de decisão como associações como a AMAJU, que traz entre seus objetivos o reconhecimento do trabalho e do papel da mulher na sociedade.

No entanto, pode –se notar que existe ainda uma disputa ente a AMAJU e a ANTEP que vai muito além do gênero, ou seja, por serem mulheres e sim por disputas e conflitos políticos, pelo poder e direção do assentamento.

A AMAJU atualmente juntamente com a ITCP/UFMS, está desenvolvendo um projeto voltado para inserção dos doces produzidos pela associação nos comércios de gêneros alimentícios da cidade de Naviraí, evidenciando a importância dos princípios estabelecidos na Economia Solidária. Essa parceria entre a AMAJU e a ITCP/UFMS visa aumentar a visibilidade desses produtos, por meio da promoção de degustação de doces, e compotas em supermercados da cidade de Naviraí, desse modo trabalho da UFMS por meio da ITCP está contribuindo para o aumento da renda das famílias do Assentamento Juncal.

A ação que visa à visibilidade dos produtos da AMAJU se faz necessário, visto que nos períodos de férias escolares acontece uma diminuição na renda unidades produtiva do assentamento, pois não existe aquisição de produtos por meio do PNAE. Sendo assim, a associação se mantém apenas com o que comercializam nos comércios realizados de porta em porta, entregam os produtos aos vendedores ambulantes e nas feiras-livres, onde comercializam além dos produtos da AMAJU outros produtos que são produzidos no interior das unidades produtivas, como por exemplo, a mandioca, o milho verde, o colorau, hortaliças e geral, limão, frango semi-caipira, bolos e também queijos.

Cabe também ressaltar que os produtos que são produzidos no interior das unidades produtivas tem um caráter de subsistência das famílias que residem nos assentamentos e o que não é absorvido no autoconsumo é comercializado e transformado em renda.

A partir da observação dos dados contidos na tabela a seguir, que compõe o questionário aplicado para mulheres no trabalho de campo, notam-se quais são os alimentos cultivados e produzidos para autoconsumo e o excedente comercializado como estratégia para a melhoria de renda das famílias.

Tabela 05: Culturas para autoconsumo e comercialização

Culturas	A/C	Culturas	A/C
Abacate	X	Girassol	
Abacaxi	X	Goiaba	X
Abóbora	X	Inhame/cará	X
Abobrinha	X	Laranja	X
Alface	X	Limão	X
Algodão		Maçã	
Alho	X	Malva	
Amêndoas		Mamão	X
Arroz		Mandioca	X
Banana	X	Manga	X
Batata-doce	X	Maracujá	X
Batata-inglesa		Milho	X
Berinjela		Nabo	
Café	X	Palmito	
Cana-de-açúcar	X	Pimentão	
Cebola		Quiabo	X
Cebolinha	X	Rabanete	
Cenoura	X	Rúcula	X
Centeio		Soja	
Chuchu		Trigo	
Coentro	X	Urucum	X
Couve	X	Uva	
Ervas medicinais	X	Outras frutas	X
Feijão	X	Outras verduras	
Fumo		Outros legumes	X
Guabiroba		Outras fibras vegetais	

A/C=Autoconsumo/Comercio

Fonte: Trabalho de Campo/2018

Diante dos dados apresentados, nota-se que existe uma diversificação da produção nas unidades produtivas no que diz respeito a produção para autoconsumo e comercialização, nota-se também que tanto a mulher quanto o homem estão inseridos na produção e também na comercialização dos produtos. Cabe ressaltar que além dos alimentos presentes na tabela 5, ainda existem também a criação de animais que produzem o leite para produção de seus derivados que também são comercializados.

A comercialização nas feiras-livres contribui para manter a cultura tradicional camponesa presente no modo de vida dos sujeitos e principalmente a renda das famílias nos períodos fora das chamadas do PNAE. Além das feiras-livres, como dito anteriormente, as mulheres de forma organizada também produzem em suas unidades produtivas e comercializam produtos para os vendedores ambulantes, presente em toda cidade, como

estratégia de permanecerem produzindo e garantindo renda para as famílias do Assentamento Juncal.

As chamadas do PNAE acontecem semestralmente, e as entregas as Instituições de Ensino Municipais de Naviraí, são realizadas duas vezes por semana e devem seguir rigorosamente os critérios pré-estabelecidos pela Gerencia de Educação. Na imagem a seguir demonstra um cronograma com um dos produtos da AMAJU, a quantidade em Quilogramas entregues a cada instituição de ensino atendida pelo PNAE, porem pode variar conforme a necessidade de cada instituição.

Figura 06 - Cronograma semanal de entrega as Instituições de Ensino Municipais de Naviraí, de pão caseiro AMAJU

Prefeitura Municipal de Naviraí / Gerencia de Educação e Cultura
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

PNAE

DISTRIBUIÇÃO AMAJU - AGRICULTURA FAMILIAR

PÃO CASEIRO (KG)		
ESCOLAS	Segunda-feira 07/05/18	Quarta-feira 09/05/18
Eva Moraes	3	3
Irmã Ivanete	2,5	2,5
Extensão Irmã Ivanete (Paraíso Infantil)	2,5	2,5
Mamãe Zezé	3	3
Mundo Mágico	2,5	2,5
Sonho de Criança	5	5
Vera Brida Creche	3	3
Zenaide	3	3
Extensão Zenaide (Jardim Encantado)	2	2
Juncal	1	1
Marechal	6	6
Diomedes	1	1
Maria Aquino	2,5	2,5
Odércio	5	5
TOTAL	42	42

Total geral = 84

ATENÇÃO
Essa distribuição deve ser seguida **RIGOROSAMENTE**, não deve ser mudada sem autorização da Gerência de Educação.

Nutricionista RT
Tatiana Ferreira
CRN3 - 43505

Fonte: Trabalho de campo/2018.

Conforme mostra a figura, o total geral do produto entregue as Instituições de Ensino Municipais de Naviraí, semanalmente nesse período foi de 84 quilogramas. Segundo a atual

presidente da AMAJU, quando questionado sobre o valor pago pela Prefeitura Municipal, por quilograma do produto, ela informou que recebem R\$10,90 por quilograma. Ela também acrescenta que as associadas estavam pleiteando por aumentos para próxima chamada. A figura abaixo mostra os principais produtos comercializados pela AMAJU.

Figura 07 - Principais produtos comercializados pela AMAJU- Pães e Doces



Fonte: Trabalho de Campo, Setembro/2018.

A partir da organização em torno de uma associação e por meio da produção e comercialização de pães e doces, as mulheres da AMAJU são capazes de trazer melhorias na renda de suas famílias, além de também, da melhoria na qualidade de vida das próprias mulheres que por meio do trabalho organizado conquistam reconhecimento do seu papel na sociedade.

Desse modo, a organização traz meios para que a divisão social do trabalho seja realizada de forma mais justa e igualitária, reconhecendo as especificidades de cada sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar e compreender como as mulheres participam do processo produtivo e as mudanças nos seus cotidianos a partir do momento em que passaram a buscar união em um grupo produtivo, numa “agroindústria” com estratégia de desenvolvimento rural sustentável proposto pela Economia Solidária. Procurou também avaliar os reflexos proporcionados nas relações sociais de gênero na família e na comunidade.

Como demonstrado ao longo dos capítulos que compõem essa dissertação, a análise das questões relacionadas a mulher camponesa, bem com as mulheres unidas em torno de uma associação, podem modificar um ambiente a partir de práticas alicerçadas nos princípios da Economia Solidária e aliadas aos saberes culturais adquiridos por meio de suas vivências.

Para tanto, foi necessário considerar todo o contexto histórico, social, econômico e cultural vivenciado pelas mulheres da AMAJU que alicerçou a realidade tanto de uma forma mais ampla, quanto nas condições particulares que envolveram o cotidiano da vida dessas mulheres.

A aproximação dessa realidade tão complexa exigiu um estudo interdisciplinar no qual, diferentes especialidades de conhecimento, em um diálogo de saberes das disciplinas como geografia, história, sociologia e estudos de gênero, aliadas aos dados coletados em campo junto às agricultoras e suas famílias, puderam trazer apontamentos fundamentais para compreender o momento vivenciado pelas mulheres em suas relações sociais de gênero.

Ao longo da pesquisa, pode-se verificar que no Assentamento Juncal onde vivem as mulheres que compõem AMAJU, estas, estão em diferentes graus de contato com a vivência da própria Economia Solidária. Outras pesquisas poderiam avançar nesse assunto de modo a exemplificar de maneira detalhada a relação entre tempo de vivência e de discussão sobre os princípios que alicerçam a Economia Solidária, com relações sociais de gênero mais justas e também estudos que discutam o uso do tempo e o grau de sobrecarga de trabalho.

Para as mulheres e as consequências sobre momentos de lazer e de autocuidado (não tratou disso na discussão para chegar a essa conclusão), uma vez que neste presente estudo há uma sinalização de que quanto mais a família compreende, discute e vivencia a organização, mais ela tende a apresentar divisões sexuais do trabalho mais justas e novos papéis sociais de homens e mulheres dentro da unidade produtiva.

No entanto, esta pesquisa também assinalou que todas as mulheres entrevistadas, sejam as que vivenciavam a organização produtiva desde início da organização do

assentamento em 2002 ou as que iniciaram recentemente na AMAJU, ainda permaneciam divisões desiguais e hierarquizadas entre homens e mulheres, sendo os espaços de poder e decisão tanto na unidade produtiva familiar quanto na comunidade, ocupados por homens.

O Assentamento Juncal tem conquistado, com a proposta de desenvolvimento socioeconômico baseado na organização produtiva e todos os desdobramentos advindos dela aqui descritos, avanços importantes para o empoderamento das mulheres como produção de renda, autorrealização, aprendizado e participação.

A visibilidade que elas conquistaram através da participação efetiva e coletiva aponta que é possível superar a ideia patriarcal de que o lugar de atuação das mulheres seja restrito apenas ao espaço privado, reprodutivo e não reconhecido. Ao mesmo tempo, a contribuição das mulheres da AMAJU no desenvolvimento da comunidade se apresentou como uma condição necessária para que elas fossem capazes de melhorar seu bem estar aumentando sua interação com a comunidade e reforçando o sentimento de pertencimento ao local.

Cabe ressaltar aqui a importância dos espaços coletivos democráticos e de cooperação construídos pelo assentamento, voltados para os grupos produtivos, que foram influenciados pela capacidade organizativa de movimentos sociais e da iteração de Instituições como é o caso da ITCP/UFMS. Esses espaços coletivos mostraram-se fundamentais para a construção de uma consciência do lugar ocupada pelos acampados e acampada. No caso especial das mulheres, favoreceu a aproximação e o fim de seu isolamento, a discussão e o reconhecimento de que elas participam dessa história e isso contribui para o avanço das relações sociais de gênero mais justas nas esferas pública e comunitária.

Mas, isso não basta e não parece ser o objetivo final almejado pela Economia Solidária quando tem em seu cerne a transformação social, com uma sociedade verdadeiramente justa para homens e mulheres. Com a organização produtiva, o assentamento avançou porque ao construir a proposta de um grupo “coletivo” produtivo visando o empreendimento solidário, trouxe mais visibilidade às mulheres do grupo, todavia ainda não as emancipou por completo, mantendo-as presas e sobrecarregadas às correntes culturais do patriarcado e a dependência em atividades como, por exemplo, a locomoção.

As mulheres serem incluídas e visibilizadas somente ao adentrar a esfera pública, sem a concentração das relações sociais de gênero significou uma maior sobrecarga de trabalho para elas, na medida em que as atividades domésticas, naturalizadas femininas, ainda são tratadas como responsabilidade apenas das mulheres no espaço privado, no doméstico.

Pesa sobre isso, a não percepção desses homens e mulheres, e da sociedade em geral, de que as atividades de subsistência e cuidado com a família não podem ser encaradas como um lugar de submissão da mulher e desvalorização do doméstico, uma vez que as atividades deste espaço são necessárias para o bom funcionamento da unidade produtiva e também da comunidade como um todo.

A partir da observação realizada no trabalho de campo ainda não se notou nada concreto nas famílias das mulheres da AMAJU para o avanço em direção a mudanças na execução das atividades domésticas. A manutenção da responsabilidade feminina pelas tarefas domésticas e de cuidado com a família, seu acúmulo de trabalho com outras atividades, a ausência delas na maioria das discussões teóricas e práticas de implantação e manejo das atividades de produção agroecológicas, e também o predomínio masculino nos espaços de decisão, seja no âmbito público ou privado do Acampamento, apontam obstáculos que precisam ser enfrentados para se avançar na conquista de autonomia e igualdade para todos.

É fundamental uma maior reflexão da comunidade à respeito do cuidado com as tarefas domésticas que estão sendo encarado como um “problema” privado da família. Tal fato está restringindo a participação das mulheres nos espaços coletivos e impedindo maiores avanços ao processo de desenvolvimento social das mulheres e de diminuição das desigualdades nas relações entre homens e mulheres, principalmente dentro da unidade produtiva familiar, em que a cultura patriarcal ainda se apresenta com muita força.

É na vivência com o coletivo e no trabalho fora de casa que as mulheres constroem e reconstroem suas identidades a partir das novas relações que as mulheres estabelecem na comunidade, seja pela participação ativa no grupo produtivo, seja pelo reconhecimento de suas capacidades produtivas ou pelos novos conhecimentos e espaços de domínios e posicionamentos políticos que a mulher vai se conhecendo e se reconhecendo como capazes de destruir as correntes da opressão machista e patriarcal, na conquista do verdadeiro reconhecimento de seu lugar na sociedade.

Ainda há amarras que precisam ser rompidas e que vão além da consciência que a mulher passa a ter de sua capacidade e do saber fazer. Envolve a luta pelo reconhecimento, sair das amarras da opressão e dominação a que estão submetidas.

E isso não é só problema das mulheres, mas trabalho de todos e todas que estão envolvidos, pois não se pode esquecer que quem tem o poder sob suas mãos decide até onde permite o avanço e quais espaços liberará para serem ocupados. Com a devolução dos resultados desta pesquisa à comunidade e Associação de Mulheres do Assentamento Juncal,

acredita-se que contribuirá para uma reflexão sobre como estão se manifestando as relações de gênero na comunidade, na família e na Agroindústria.

Portanto, a Economia Solidária pode não trazer consigo, em seus princípios fundantes, a transformação esperada e necessária das relações sociais de gênero. Contudo, ela contribui para a construção e fortalecimento da identidade das mulheres ao reconhecer e valorizar a produção diversificada de alimentos em suas discussões de soberania e segurança alimentarem, visibilizando e possibilitando a geração de renda através das atividades que são do domínio das mulheres no âmbito da reprodução, ao transformá-las em atividades produtivas. Segue, portanto, que na medida em que as mulheres vão se tornando capazes de construir suas histórias, mostrando capacidade organizativa e política e se reconhecendo sujeitas dessa história, elas passam a brigar por mais espaços de atuação dentro da comunidade, do município de Naviraí.

Demonstra-se com esta pesquisa que a organização produtiva pautada na Economia Solidária é tida como um novo modelo de produção de respeito entre os seres humanos e também deles com a natureza, aquela que preza pela igualdade, preocupando-se com todo o sistema desde produção até a comercialização, e que busca a participação de todos os indivíduos e comprometimento com a coletividade sem a luta das mulheres por maiores espaços inclusive nas esferas decisórias e de poder pode não atingir toda a completude de uma mudança de padrões a que se propõe. As mulheres ainda têm muito que contribuir com suas experiências e conhecimentos não só para com os grupos, as comunidades e também para o desenvolvimento mais justo e sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBANEZ, Jocimar Lomba. **Sobre o processo de ocupação e as relações de trabalho na agropecuária: o extremo sul de Mato Grosso (1940-1970)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2003.

ALMEIDA, Rosemeire A de, KUDLAVICZ, Mieceslau, SILVA, Tânia Paula da. **Agropecuária e transformações territoriais em mato grosso e mato grosso do sul na última década: estudo comparativo dos dados censitários**. In: ARAÚJO, Ana C. de, BATISTA, Luiz Carlos, VARGAS, Icléia Albuquerque (Orgs.). *Dinâmicas do Rural Contemporâneo*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2014.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec. 1990.

ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço Mato- - grossense, contexto, propósitos e contradições** / Silvana de Abreu. – Dourados, MS: UFGD, 2014

ARGAWAL, Bina. **Negociação e relações de gênero: dentro e fora da unidade doméstica**. *História Agrária*, n. 17, p. 13-58, 1999.

ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: Os trabalhadores da Matte Laranjeira*. Londrina: Ed. Da UEL, 1997.

ARRUDA, Marcos. **Humanizar o Infra-Humano: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. Brasília, 05 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp>. Acesso em: 10 de abr. 2019.

_____. Código Civil - Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. 30 de mar. 2019.

_____. Decreto Lei nº 5.812 de 12 de setembro de 1943, que Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del5812.htm>. Acesso em: 15 de mar. 2019.

_____. Estatuto da Terra – Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm>. Acesso em 05 de abr. 2019.

BRAND, Antônio Jacob. **O confinamento e seu impacto sobre os Pâi/Kaiowá**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1993.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a Situação da Mulher na Agricultura do Rio Grande do Sul . Revista de Estudos Feministas. UFSC. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão. v.12, n.1, 2004.

BUARQUE, C. **Reflexões sobre o poder e as instituições sob a ótica do feminismo.** In: BUARQUE, Cristovam. et al. Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs. Recife: GTGênero. Plataforma de Contrapartes Novib / SOS CORPO Gênero e Cidadania, p. 26-55, 2002.

BURG, I. C; LOVATO, P. E. Agricultura familiar, agroecologia e relações de gênero. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v.2, n.1, p. 1522-1528, fev. 2007.

CARVALHO, H.M. **O campesinato no século XXI:** possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis- RJ: Vozes, 2005.

CARRASCO, Cristina. **Por uma economia não androcêntrica:** debates e propostas a partir da economia feminista. In: SILVEIRA, Maria Lucia; TITO, Neuza. (Orgs.) Trabalho doméstico e de cuidados: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2008.

CAMPOS, Cristiane. S.S. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio:** trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil – o caso de Cruz Alta/RS. São Paulo: CLACSO, Expressão Popular, 2011.

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARAES, Acyr Vaz. História de mato Grosso do Sul. 5.ed. Campo Grande, MS: Instituto Histórico e Geográfico MS.

CHAYANOV, Alexander. **A organização da unidade econômica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CODO, Wanderlei. et al. **Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

CORDEIRO, Rosineide M. **Empoderamento e mudanças das relações de gênero:** as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosemeire (Orgs.). Agricultura Familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Editora Universitaria da UFPE, 2006. p. 145-171.

CORRÊA, Lucia Salsa. História e fronteira: o sul do Mato Grosso -1970-1920. Campo Grande :UCDB, 2006.

DEERE, Camem Diana. Os direitos da mulher a terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista de Estudos Feministas.** V. 12. Florianópolis: UFSC, 2004. p. 175-2004.

DEERE, Carmem Diana; LÉON, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina.** Tradução de Leticia Abreu, Paula Azambuja Rossato Antinolfi e Sônia Terezinha Gehering. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

ERIKSON, E.H. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976

FABRINI, João Edmilson. **A posse da Terra e os Sem- Terra no Mato Grosso do Sul: o caso de Itaquiraí**. Corumbá: AGB, 1996.

FABRINI, João Edmilson. **A posse e concentração de terra no sul de Mato Grosso do Sul**. In. ALMEIDA, Rosemeire Ap^a de et al. (org). A questão agrário em mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar. 1. Ed. Campo Grande:UFMS, 2008.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Relações de gênero no Assentamento Rural Sul Bonito, Itaquiraí-MS:O que mudou?** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, João Pessoa, Anais... João Pessoa, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

FIGUEIREDO, Alvanir de. **Presença da Atividade Ervateira em Mato Grosso**.Presidente Prudente, Unesp, 1968. Tese de Doutorado.

FOWERAKER, Joe. **A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FREITAS, Tais. Viudes. Experiências de socialização do trabalho doméstico na América Latina. In SILVEIRA, Maria. Lucia.; TITO, N.(Org) **Trabalho doméstico e de cuidados: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, p. 27-53, 2008.

GOUVEIA, Taciana. Muito trabalho e nenhum poder marcam a vida das agricultoras. **Revista Observatório da Cidadania**. Rio de Janeiro. 2003. p. 44-49.. Disponível em <https://issuu.com/raphaelroma/docs/observat_rio_da_cidadania_2003_n_7>. Acesso em: 24 de nov. 2018.

GRAZIANO DA SILVA, José. “Progresso Técnico e Relações de Produção na Agricultura”, Hucitec, São Paulo, 1980.

GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados**. 1988

GUILLEN, Isabel C. Martins. **O lugar da história: confronto e poder em Mato Grosso do Sul**. Revista Científica. Campo Grande: UFMS, v. 3, n. 2, p. 37-44, 1996.

HEREDIA, Beatriz. Maria. Alasia. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no nordeste do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

KING, Yenestra. **Curando as feridas: feminismo, ecologia e dualismo natureza/cultura.** In BORDO, Susan. R; JAGGAR, Alison. M. *Gênero, corpo, conhecimento.* Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1997. P 127 – 154.

KAUTSKI, Karl *A Questão Agraria, Proposta de, São Paulo.*1980.

LAMARCHE, HUGUES, (coord.). **Agricultura familiar: 2. Do mito à realidade,** Campinas, Unicamp, 1998.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política.* Campinas. Papirus, 1986.

LÊNIN, Vladimir Ilich. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.* São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LOMBARDI, Maria. Rosa. **Ocupação no setor agropecuário no período de 1993 – 2006 e o trabalho das mulheres.** In: BUTTO, Andreia. *Estatísticas rurais e economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres.* Brasília: MDA, 2009. p. 123 – 162.

MACEDO, M. S. **Relações de gênero no contexto urbano: um olhar sobre as mulheres.** In: BUARQUE, Cristina et al. *Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs.* Recife: GTGênero . Plataforma de Contrapartes Novib / SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002. p. 56-79.

MARTINS, José de S. *Os camponeses e a política no Brasil Petrópolis: Vozes,* 1981.

MELO, Hildete. Pereira; DI SABATTO, Alberto. **Gênero e trabalho rural.** In: BUTTO, A. *Estatísticas rurais e economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres.* Brasília: MDA, 2009. p. 31-120.

MENEGAT, Alzira Salete; TEDESCHI, Losandro Antônio; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de (Orgs.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário.** Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

MENEGAT, Alzira Salete. **No coração do Pantanal. Assentados na lama e na areia. As contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no Assentamento Taquaral-MS: UEMS/UFGD,** 2009.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.** Chapecó, Unochapecô, Editora Argos, 2005. 338 p.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. **Território e reestruturação produtiva na avicultura.** Dourados-MS: UFGD, 2009.

MORENO, Gislaene. *Os (Des) Caminhos da Apropriação Capitalista da terra em Mato Grosso.* 633f. Tese de Doutorado FFLCH USP. São Paulo. 1994.

_____. *Terra e Poder em Mato Grosso: políticas e mecanismos de burla –1892-1992.* EdUFMT, Cuiabá, 2008.

MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. (Org.). *Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Agricultura e indústria no Brasil*. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, AGB, n. 58. 1981.

_____. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária*, In *Estudos Avançados*, IEA/USP São Paulo, v 15, n.43, p. 185-206. 2001.

_____. *Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI*. In: Oliveira A. U.; Marques, M.I.M.(Org.). *O Campo no século XXI*. 1º ed. São Paulo: Paz e Terra/ Casa Amarela 2004.

_____. *A Reforma Agrária em 2006: a política de agronegócio venceu*. In *Radio Agência Notícias do Planalto*, Brasília(www.radioagenciaNP.com.br) 2007. asseço em 20 de novembro de 2018.

_____. **Agricultura brasileira: as transformações no final do século XX**. São Paulo, 1994.

OLIVEIRA, Benicia Couto de. **A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937- 1945)**. Dissertação (Mestrado em História) – FCL/UNESP, Assis 1999.

PALUDO, Conceição. *Educação Popular em Busca de Alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História. Tradução de Viviane Ribeiro**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PAULILO, Maria Ignez, **Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise**. *Revista de Estudos Feministas*. V.12. Florianópolis: UFSC, 2004, p.229-252.

PEDON, Nelson R. **Movimentos socioterritoriais no Brasil: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica**. 240f. (Tese Doutorado) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009.

QUEIROZ, Paulo Roberto. Cimó. **As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)**. Campo Grande: UFMS, 1997.

QUEIROZ, Paulo Roberto. Cimó [2004]. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na 1ª metade do século XX**. Bauru: Edusc; Campo Grande: Ed. UFMS, 2004. 526 p.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. [2008]. **Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)**. In: LAMOSO, Lisandra Pereira (org.). *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados: Ed. UFGD, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: formação e o Sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth I.B **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente). 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **A mulher na sociedade de classes - Mito e realidade.** 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Violência de gênero - lugar da práxis na construção da subjetividade. Lutas Sociais, São Paulo, PUC, pp. 59-79.1997

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, Coleção Estudos Rurais.

SCOTT, Joan. El problema de la invisibilidad. In. ESCANDÓN, C.R. (Org.) Gênero e História. México: Instituto Mora/UAM, 1989.

SHANIN, Teodor. A Definição de Camponês: Conceituação e Desconceituação - O velho e o novo em uma discussão Marxista. Estudos Cebrap, Petrópolis, n. 26.1980.

SILIPRANDI, Emma. C. **Políticas de segurança alimentar e relações de gênero.** Cadernos de debates, Campinas, SP, v. XI, p. 38-57, dez.2004.

_____. **Mulheres e Agroecologia:** a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

_____. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. In: LAGARDE, Marcela. VALCARCEL, A. (org.) Feminismo, gênero e igualdade. Madrid: egraf, 2011. Disponível em: <<http://bivica.org/upload/feminismo-genero.pdf#page=141>>. Acesso em: 11 de set. 2018.

_____. Alimentação como um tema político das mulheres. In: ROCHA, C.(org.) SILIPRANDI, Emma. C. Segurança alimentar e nutricional - Perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013. 225p.

_____. Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, Carmem. PORTELLA, Ana. Paula. **Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no nordeste brasileiro.** In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife (PE): Ed. da UFPE, 2006. p. 127-144.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SORJ, Maria, Cristina, B. O trabalho doméstico e de cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil. In: SILVEIRA, Maria L., TITO, Neuza. (org.) Trabalho

doméstico e de cuidados: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2008.

SOUZA, Cláudio Freire de. **O Homem e a Terra: a Luta dos Sem-Terra e a Educação nos Assentamentos do Sul de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, UFMS, 1992. Dissertação de Mestrado.

SULZBACHER, Aline. Weber. A agroindústria familiar rural enquanto alternativa para agricultura familiar: estudo de caso no município de Chapada/RS. Monografia (Curso de Geografia – Licenciatura Plena) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005.

TRONTO, Joan. Carlos. **Mulheres e cuidados**: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In BORDO, Susan. R.; JAGGAR, Alison. M. Gênero, corpo, conhecimento. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1997.

VARGAS, Getúlio Dorneles. **A nova política do Brasil. 1940**. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro www.biblioteca.presidencia.gov.br/getuliovargas/vargas acesso em 20/11/2018.

VIEZZER, Moema. O problema não está na mulher. São Paulo: Cortez, 1989.

WANDERLEY, Maria Nazareth. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: Anais XX Encontro Anual ANPOCS. Caxambu, MG, 1996.

WOORTMANN, Ellen. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra. Brasília**: Editora UNB, 1997.

ZART, Laudemir Luiz e Santos, Josivaldo Constantino (Org.). **Educação e Socioeconômica Solidária**: interação universidade – movimentos sociais. Cáceres: Unemat Editora, 2006.

ZART, Laudmir Luiz e VAILANT, Clovis (Org.). **Incubação em Economia Solidária**: empreendimentos em residência camponesa. Cáceres: Unemat Editora, 2014.

ANEXOS

ANEXO 1

Questionário Assentamento Juncal

1. Nome:

2. Idade: _____

3. Gênero: Homem () Mulher () Outro ()

4. Estado civil:

Solteira () Casada () Amasiada () Divorciada () Viúva ()

5. Com quantos anos casou e por quê?

6. Nível de escolaridade:

Pré escola/Creche () 1ª a 4ª Fundam. () 5ª a 8ª Fundam. () Ensino Médio () Supletivo () Superior (Incompleto) () Superior (Completo) ()

7. Caso não tenha terminado os estudos, por que parou?

8. Qual sua profissão?

9. É aposentada? Sim () Não ()

10. Tem filhos?

Sim () Não () Quantos _____ Homem () Mulher ()

11. Se sim, moram no seu domicílio?

Sim () Não ()

12. Quantas pessoas moram no total em seu domicílio?

13. Possui religião? Qual?

14. sim, com que frequência participa dos cultos/missas/encontros?

15. Quem é o titular da terra?

16. Como adquiriu a terra?

17. A senhora tem vontade de deixar o campo e ir viver na cidade?

Sim	Por quê?	Não	Por quê?
	A vida no campo não tem futuro/não traz compensação econômica		Na cidade, o custo de vida é alto
	O trabalho na terra é muito desgastante		Na cidade, o trabalho/a rotina é mais desgastante
	Não quer repetir a história de vida dos pais		Na cidade, a gente não conhece ninguém
	Não terá direito a herdar a terra da família		Porque minha origem é o campo
	A terra da família é pequena		Porque gosto de trabalhar com a terra
	Sente-se velha para trabalhar na terra		No campo, teria mais qualidade de vida (casa melhor, alimentação melhor etc.)
	Há muita violência no campo		Há muita violência na cidade
	A cidade oferece mais oportunidades (estudo/trabalho/renda)		Porque hoje o campo está mudando para melhor (mais oportunidade/serviços/renda)
	A cidade oferece mais serviços (saúde/educação/saneamento)		O campo é um lugar mais feliz
	A cidade é um lugar mais feliz		Outra razão
	Outra razão		

ANEXO 2

Trabalho produtivo e reprodutivo

18. Quais as culturas produzidas na propriedade (roça) ou horta? Quais são para autoconsumo e/ou para comercialização? A quem é retribuída a responsabilidade (mulher ou homem e/ou filhas/os) da atividade?

	Culturas	A/C	H/M	FM/FH		Culturas	A/C	H/M	FM/FH
1	Abacate				27	Girassol			
2	Abacaxi				28	Goiaba			
3	Abóbora				29	Inhame/cará			
4	Abobrinha				30	Laranja			
5	Alface				31	Limão			
6	Algodão				32	Maçã			
7	Alho				33	Malva			
8	Amêndoas				34	Mamão			
9	Arroz				35	Mandioca			
10	Banana				36	Manga			
11	Batata-doce				37	Maracujá			
12	Batata-inglesa				38	Milho			
13	Berinjela				39	Nabo			

14	Café				40	Palmito			
15	Cana-de-açúcar				41	Pimentão			
16	Cebola				42	Quiabo			
17	Cebolinha				43	Rabanete			
18	Cenoura				44	Rúcula			
19	Centeio				45	Soja			
20	Chuchu				46	Trigo			
21	Coentro				47	Urucum			
22	Couve				48	Uva			
23	Ervas medicinais				49	Outras frutas			
24	Feijão				50	Outras verduras			
25	Fumo				51	Outros legumes			
26	Guabiroba				52	Outras fibras vegetais			

A/C = Autoconsumo/Comércio

H/M = Homem/Mulher

FM/ FH = Filha/Filho

19. Tem orientação técnica? () Sim () Não.

20. _____

São

plantadas em áreas de uso coletivo?

21. Quantos ha?

22. Que produtos são cultivados?

23. São plantadas em áreas individuais (apenas da família)? Quantos ha? Que produtos são cultivados?

Onde/como é realizada a comercialização dos produtos?

Em casa () PAA () PNAE () Feiras () Pontos de comercialização () CEASA ()
Turismo () Outros ()

24. Quem toma as decisões de plantio na roça?.

Eu somente () Meu cônjuge () Eu e meu cônjuge () Filha (s) () Filho (s) () Todos ()
(para quais produtos???)

25. Quais são as culturas de extração na propriedade? São para autoconsumo e/ou para comercialização? A quem é retribuída à responsabilidade (homem ou mulher e/ou filhas/os) da atividade?

Extração		A/C	H/M	FM/FH
1	Castanhas			
2	Borracha			
3	Madeira (lenha, tora)			
4	Piaçava			
5	Pinhão			
6	Pinus para extração			
7	Erva mate			
8	Eucalipto para extração			
9	Mel			
10	Outros			

A/C = Autoconsumo/Comércio H/M = Homem/Mulher FM/ FH = Filha/Filho

26. A extração é realizada nas áreas de uso coletivo? Quantos ha? E que produtos?

27. A extração é realizada em áreas individuais (apenas da família)? Quantos ha?

28. Onde é realizada a comercialização dos produtos?

Em casa () PAA () PNAE () Feiras () Pontos de comercialização () CEASA ()
Turismo() Outros ()

29. Quem toma as decisões da extração? Coletiva () Individual ()

Eu somente () Meu cônjuge () Eu e meu cônjuge () Filha (s) () Filho (s) () Todos ()

30. Quais são os animais da família? Quais são para autoconsumo e/ou para comercialização? A quem é retribuída à responsabilidade (homem ou mulher e/ou filhas/os) da atividade?

Animais		A/C	H/M	FM/FH
1	Bovinos de corte			
2	Bovinos de leite			
3	Cachorros			
4	Caprinos			
5	Codornas			
6	Equinos			
7	Galinhas/ frangos			
8	Gatos			
9	Ovinos			
10	Ovos			
11	Peixes, crustáceos			
12	Suínos			
13	Outros			

A/C = Autoconsumo/Comércio H/M = Homem/Mulher FM/ FH = Filha/Filho

São criados à solta? Sim () Não ()

31. Como identificá-los?

32. Onde é realizada a comercialização dos produtos?

Em casa () PAA () PNAE () Feiras () Pontos de comercialização () CEASA ()
Turismo()Outros ()

33. Quem decide quais são os animais a serem criados?

Eu somente () Meu cônjuge () Eu e meu cônjuge () Filha (s) () Filho (s) () Todos ()

34. Quem cuida do quintal e/ou horta?

Eu somente () Meu cônjuge () Eu e meu cônjuge () Filha (s) () Filho (s) () Todos ()

35. Onde é realizada a comercialização dos produtos?

Em casa () PAA () PNAE () Feiras () Pontos de comercialização () CEASA ()
Turismo () Outros ()

36. Quem toma as decisões de plantio no quintal e/ou horta?

Eu somente () Meu cônjuge () Eu e meu cônjuge () Filha (s) () Filho (s) () Todos ()

37. Como é realizado o planejamento do plantio do quintal e/ou horta?

38. Beneficiam algum tipo de alimento? Quais são para autoconsumo e/ou para comercialização? A quem é retribuída a responsabilidade (homem ou mulher e/ou filhas/os) da atividade?

Beneficiamento		A/C	H/M	FM/FH
1	Derivados do leite			
2	Compotas de frutas			
3	Conservas de alimentos			
4	Embutidos			
5	Grãos			
6	Panificados			
7	Outros			

A/C = Autoconsumo/Comércio H/M = Homem/Mulher FM/ FH = Filha/Filho

39. Em casa () agroindústria()

40. Caso seja em uma agroindústria: Comunitária () Individual ()

41. Quem toma as decisões no beneficiamento da produção?

Eu somente () Meu cônjuge () Eu e meu cônjuge () Filha (s) () Filho (s) () Todos ()

42. Onde é realizada a comercialização dos produtos?

Em casa () PAA () PNAE () Feiras () Pontos de comercialização () CEASA ()
Turismo() Outros()

43. Existem outras atividades realizadas no lote? Quais?

44. Trabalha fora da propriedade? Qual tipo de trabalho?

45. De quem é a responsabilidades das atividades domésticas?

Atividades domésticas	H	M	FM		FH
Organizar a casa					
Varrer a casa					
Passar o pano na casa					
Tirar o pó da casa					
Lavar a roupa					
Passar a roupa					
Arrumar os dormitórios					
Fazer o café da manhã					
Lavar a louça do café da manhã					
Fazer o almoço					
Lavar a louça do almoço					
Fazer o café da tarde					
Lavar a louça do café da tarde					
Fazer a janta					
Lavar a louça da janta					
Outras					

H= homem M= Mulher FM= Filha mulher FH= Filho homem

46. De quem é a responsabilidade com o cuidado com as/os filhas/os:

47.

Cuidado com as/os filhas/os	H	M	FM+	FH+
Educação				
Arrumar para ir à escola				
Tarefas escolares				
Alimentação				
Roupas				
Outros				

H= homem M= Mulher FM+= Filha mulher mais velha FH+= Filho homem mais velho

48. Quem você considera ser chefe de família do domicílio?

49. Eu somente () Meu cônjuge () Eu e meu cônjuge () Filha (s) () Filho (s) ()
 Todos ()

Outro() _____

50. Por que você considera tal pessoa como chefe de família?

É dona da terra ou da casa () Ganha maior salário/mais dinheiro () Estudou mais () É responsável pelos afazeres domésticos () É responsável pela administração econômica da casa () É a pessoa mais velha () É homem () É mulher () Nenhum requisito especial ()

Renda

51. Qual é a principal fonte renda? Roça () Extração () Horta () Animais () Beneficiamento da produção () Turismo ()

52. Quem administra esse dinheiro?

Eu somente () Meu cônjuge () Eu e meu cônjuge () Filha(s) () Filho(s) () Todos ()

53. Qual a sua descendência?

54. No assentamento são tomadas decisões coletivas de produção, manutenção e de comercialização? Como?

Movimentos Sociais

55. Você faz parte de algum Movimento Social? Qual?

56. Você participou de alguma manifestação? Qual e por quê?

Organização de mulheres

57. Você faz parte de algum grupo de mulheres? Qual?

58. Como surgiu o grupo de mulheres?

59. Por que resolveu fazer parte da associação de mulheres?

60. Como são organizadas as reuniões?

61. Você participa das reuniões?

62. A família participa das reuniões?

63. Você participa de rodas de conversa sobre gênero? Quais?

64. Você participa ou participou de cursos de capacitação técnica ou política? Quais?

Organicidade em associações e/ou cooperativas

65. Você faz parte de alguma associação e/ou cooperativa? Qual?

66. Você participa das assembleias? Por quê?

67. A família participa das assembleias?

68. Quem da família mais participa das assembleias?

Políticas públicas

69. Você já realizou algum financiamento pelo PRONAF. Qual PRONAF?

70. Você já realizou algum financiamento pelo Programa Nacional de Habitação Rural?

71. Se sim, como foi tomada a decisão?

72. O assentamento que você mora recebe o ICMS Ecológico? O que é realizado?

73. A sua propriedade já recebeu o ICMS Ecológico? O que foi realizado? Quem decidiu?

74. Você já utilizou algum financiamento de incentivo ao turismo? Qual?

75. Foram acessadas outras políticas públicas?

A mulher e o reconhecimento das atividades

76. Você se sente uma mulher trabalhadora e tomadora de decisões? E qual a importância disso para a melhoria na condição de vida da sua família

77. Qual o lado bom do trabalho da mulher? Qual o lado ruim do trabalho da mulher?

78. Você possui tempo de descanso? O que faz enquanto está descansando?

79. O que faz para se divertir em casa?

80. Passear? Sai com frequência? Vai para a cidade? Viaja a lazer? Viaja para visitar parentes?
